



LYZ ELIZABETH AMORIM MELO DUARTE 

*Este exemplar
corresponde à edição final
da dissertação defendida e
aprovada pela Comissão
Fulgadora. 10/ de dezembro
de 1990*
Maria de

POSSES E POSSEIROS DE PONTINÓPOLIS: A BUSCA DA
"TERRA PROMETIDA"

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA AO
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
HUMANAS DA UNICAMP - UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE CAMPINAS.

ORIENTADORA

MARIA DE NAZARETH BAUDEL WANDERLEY 

CAMPINAS
Novembro de 1990

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

Bc/91102547

AGRADECIMENTOS

Aos lavradores de Pontinópolis, pela hospitalidade e pela paciência com que relataram suas experiências de vida e suas lutas. Agradeço especialmente a Maria dos Anjos, lavradora pioneira, que me traduziu os anseios de seu povo.

À Prelazia de São Félix do Araguaia, especialmente a Dom Pedro Maria Casaldáliga, pelo seu compromisso com o lavrador, o que me incentivou a realizar este trabalho.

À Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior - CAPES - pela Bolsa de Estudos que me permitiu realizar o curso de Mestrado.

Aos colegas e professores do Programa de Pós-Graduação de Sociologia Rural da Unicamp, especialmente à minha orientadora Maria de Nazareth Baudel Wanderley pelas críticas e por ter-me feito acreditar ser possível realizar este trabalho.

Aos professores e funcionários do ICHL, especialmente ao Prof. Francisco Itami Campos pelo apoio e incentivo.

Ao Elio, por ter compartilhado todos os momentos da elaboração deste trabalho, pelo estímulo, pelas discussões e críticas.

À memória de minha mãe, Línea, que esteve comigo nos momentos difíceis, me apoiando e incentivando e à minha sogra D. Francisca que tantas vezes assumiu os meus afazeres de casa para que eu estivesse liberada para este trabalho.

A Eleniza, pelo apoio recebido e pelas discussões.

Ao prof. Geraldo Faria Campos que pacientemente, fez as revisões.

Ao Luis Fernando que se encarregou da digitação do trabalho.

Finalmente eu dedico esse trabalho a Luciano, Juliana, Vinícius, Marina e Caimi, meus filhos, que souberam compreender e respeitar os motivos da ausência da mãe durante a realização deste trabalho.

INDICE

Agradecimentos

Introdução	1
Capítulo 1 - Migrações - A Caminho da Terra Prometida ...	15
1 - Trajetória das Migrações	15
2 - Emergência das Lideranças	27
3 - A Situação das Terras de Pontinópolis na ocasião da chegada dos primeiros moradores	32
4 - Histórico da Prelazia de São Félix do Araguaia .	36
5 - A Atuação da Igreja Católica em Pontinópolis ...	54
Capítulo 2 - A Estrutura Social em Pontinópolis	60
1 - O Processo da Ocupação	61
2 - A Instalação da Posse Individual	69
3 - O Surgimento do Povoado	78
4 - Areas Comuns	84
Capítulo 3 - A Organização da Produção	89
1 - O Processo de Produção	89
1.1 - A Lavoura	91
1.2 - A Criação de Animais	99
2 - A Divisão de Trabalho	103
2.1 - O Trabalho dos Homens	103
2.2 - O Trabalho das Mulheres	109
2.3 - O Trabalho dos Jovens	116
2.4 - O Trabalho das Crianças	121
2.5 - Assalariamento dos Jovens e o Recurso ao Mutirão	124
3 - Considerações Acerca da Produção	133
Capítulo 4 - O Destino da Produção	136
1 - Consumo: Fartura x Miséria	136

2 - Comercialização	144
Capítulo 5 - O Conflito Pela Terra	154
1 - Índios e Posseiros: Convivência Conflituosa	154
2 - O Acirramento do Conflito	157
3 - A Emergências de "Novas Lideranças"	178
4 - A Presença da Igreja Católica na Luta pela Terra em Pontinópolis	184
5 - As Influências Exercidas pela Igreja Católica na Luta pela Terra em Pontinópolis	193
Capítulo 6 - Transformações na Estrutura Fundiária de Pontinópolis: A Desestruturação do Grupo de Posseiros	205
1 - A Regularização Fundiária das Terras	205
2 - Implicações Políticas das Transformações das Posses em Propriedades Provadas	209
3 - Situação das Terras e do Patrimônio de Pontinó- polis Pós-Titulação - O Destino dos Moradores ..	219
Conclusão	226
Bibliografia	233

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende relatar a experiência de um grupo de posseiros, que, após inúmeros deslocamentos, consegue se estabelecer, em uma localidade, e ali criar uma vida comunitária mais ou menos intensa. Interessa-nos desvendar os fatores que auxiliaram e os que dificultaram a reprodução destes lavradores nas diferentes situações enfrentadas e, particularmente, após a instalação em uma região onde criaram um núcleo urbano e rural a que denominaram "Patrimônio de Pontinópolis".

A experiência a ser relatada constitui-se em um esforço sobre-humano do grupo de lavradores.

No caminho encontraram inimigos e aliados.

Como inimigos, principalmente, empresas agro-pecuárias, fazendeiros e grileiros, com os quais frequentemente entravam em conflito.

O principal aliado foi a Igreja Católica. Ela teve a dupla função de organizá-los e ajudá-los a encontrarem a própria identidade. A sua ação concorreu para a criação de condições visando a permanência em Pontinópolis.

A primeira preocupação deste trabalho é caracterizar a forma de produção destes posseiros e das unidades de produção que constituem as posses, bem como as modalidades de troca, presentes, nesta economia e a vinculação com a sociedade mais ampla.

As unidades de produção destes lavradores, as quais chamamos unidades camponesas, são de base familiar. Todo o

trabalho que garante a sobrevivência é executado pela família e só, eventualmente, a mão de obra de terceiros é utilizada, na forma de assalariamento.

O acesso à terra e aos meios de produção é condição fundamental para a reprodução deste campesinato.

"Com efeito, a organização interna da produção camponesa está baseada em dois elementos fundamentais, a saber: o caráter familiar da força de trabalho e o acesso à terra e aos meios necessários à produção."(1)

A unidade familiar inicia e desenvolve um processo de produção a partir de motivações muito específicas. Possui também uma concepção própria de lucratividade e não poderia ser explicada unicamente a partir de categorias capitalistas.

A família camponesa, ao final de um ano de trabalho, tem como resultado uma quantia de produtos que, depois de comercializada, representa o produto bruto da unidade de produção. Deste total se deduz o correspondente aos gastos efetuados com a produção, ao longo do ano, restando o produto do seu trabalho.

"Este produto do trabalho familiar é a única categoria de renda possível, para uma unidade de trabalho familiar camponesa ou artesanal, pois não existe maneira de decompô-

1 - WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel, **Trajetória Social e Projeto de Autonomia: Os Produtores Familiares de Algodão na Região de Campinas, São Paulo**. Campinas, UNICAMP, 1988 (Cadernos IFCH UNICAMP, 19) p. 11.

la analítica ou objetivamente.” (2)

O resultado da produção da unidade familiar é um rendimento indivisível. A categoria salário está ausente e a mais valia não aparece como motor da produção, impossibilitando o cálculo do lucro líquido. Não há como separar em parcelas autônomas, o salário, o lucro e a renda da terra.

As categorias econômicas que dão sustentação à teoria econômica da sociedade capitalista moderna estão vinculadas entre si, determinam-se umas às outras e são funcionalmente interdependentes. Desta forma,

“... na ausência de qualquer dessas categorias econômicas, todas as demais perdem o seu conteúdo conceitual e sem sequer podem ser definidos quantitativamente.” (3)

Torna-se impossível aplicar o cálculo capitalista do lucro a essas unidades familiares de produção. Os princípios gerais de funcionamento interno diferenciam a unidade de produção camponesa da unidade de produção capitalista, ou seja, a magnitude da produção efetuada pela família camponesa não é determinada pelo lucro capitalista, mas por outras motivações que lhe são específicas.

Os fatores determinantes para a realização do trabalho durante o ano serão, principalmente, o tamanho e a

2 - CHAYANOV, Alexander V. "Sobre a Teoria dos Sistemas Econômicos Não Capitalistas", in: GRAZIANO DA SILVA, José e STOLCKE, Verena (org.), **A Questão Agrária**, São Paulo, Brasiliense, 1981, p. 138.

3 - Id. Ibid. p. 136.

composição da família trabalhadora, o número de membros em idade de trabalhar, a produtividade da unidade de trabalho, o grau de esforço e o grau de auto-exploração.

Internamente a família se organiza sob a direção do chefe, o qual distribui as tarefas de acordo com as necessidades. A lógica que orienta a produção está voltada para os interesses da família. O grau de auto-exploração será determinado por um cálculo realizado pela família, considerando-se, de um lado a satisfação da demanda familiar e, de outro lado, a penosidade do trabalho.

"O produtor efetua o que ele chama um balanço entre o trabalho e o consumo, isto é, entre o esforço exigido para a realização do trabalho e o grau de satisfação das necessidades da família."(4)

A quantidade de trabalho será aumentada até atingir um ponto de equilíbrio entre esses elementos considerados. Além desse ponto, a penosidade do trabalho torna-se insuportável.

O ponto de equilíbrio é variável e sofrerá interferências:

- internamente, de fatores ligados à família, tais como composição, necessidades, as quais determinam o consumo e também os fatores relacionados à

4 - WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Em Busca da Modernidade Social. Uma Homenagem a Alexander V. Chayanov**, Campinas, UNICAMP, 1989 (Texto apresentado no seminário: "Os Camponeses tem Futuro? Uma Homenagem a Alexander Chayanov", mimeogr.) p. 5.

produção,

- externamente, da situação do mercado, da localização em relação ao mercado, etc.

A família camponesa almeja o mais elevado nível de bem estar possível. Para atingí-lo ela procura utilizar as condições naturais e a situação de mercado. Irá aplicar o seu trabalho de modo a conseguir o maior rendimento possível por unidade de trabalho.

"A família que explora a unidade utiliza, dentro de suas possibilidades, todas as oportunidades de sua posição natural e histórica e da situação de mercado, na qual existe."(5)

A economia camponesa apresenta uma heterogeneidade quanto à composição das unidades de exploração. Em toda região onde o campesinato predomina estão presentes empresas agrícolas pequenas, médias e relativamente grandes.

Esta heterogeneidade do campesinato é melhor explicada pela diferenciação demográfica do que pela diferenciação social, esta traduzida em uma progressiva concentração da produção em unidades camponesas, que preparam o terreno à proletarianização de camponeses médios e pequenos.

A diferenciação demográfica, por outro lado, decorre de fatores ligados à composição da família, a qual deter-

5 - CHAYANOV, Alexander V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**, Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión, 1974 (Colección Teoría e Investigación en Ciencias Sociales) p. 135.

mina, em cada momento considerado, a capacidade da força de

trabalho de que a unidade dispõe e a necessidade de consumo. Assim, ao longo do tempo, a família sofre transformações, aumenta ou diminui o seu tamanho. O volume da produção, a quantidade de terra trabalhada estarão ligadas às necessidades de consumo.

Desta forma, as dimensões da exploração, a utilização de uma quantidade maior ou menor de terra estarão também determinados pelas avaliações subjetivas efetuadas pela família camponesa, procurando o equilíbrio entre as necessidades de consumo e o grau de penosidade do trabalho.

"... a família camponesa nunca é igual a ela mesma ao longo de sua existência: começa com um casal que, em geral, trabalha; amplia-se com crianças pequenas que consomem mas não trabalham; ao crescerem, os filhos vão progressivamente participando da atividade produtiva, até o momento da saída de cada um para constituir uma nova família/empresa. O casal se reencontra, no final, porém com uma capacidade de trabalho bem mais reduzida."(6)

São essas variações que a família sofre explicadoras da magnitude da produção em cada momento considerado, melhor traduzidas, portanto, em uma diferenciação demográfica. As unidades maiores estarão sob o comando de grandes famílias, com maior disponibilidade de

6 - WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel, 1989, op. cit. p. 6. mão de obra e vice-versa.

"Chamaram diferenciação demográfica a este processo, pondo assim em relevo que a causa principal das diferenças no tamanho da unidade de exploração é o processo demográfico do tamanho da família que se vai produzindo com o aumento da idade desta e não os fatores sociais que fazem com que as unidades econômicas camponesas se convertam em capitalistas e proletárias como supúnhamos originalmente."(7)

Isso não exclui um processo de decomposição e proletarização em curso, deste campesinato, o qual pode ser atenuado ou acelerado em decorrência, principalmente, de fatores externos à unidade de produção, caracterizando, de fato, uma diferenciação social.

Há que se levar em conta, entretanto, a persistência da unidade da base familiar e procurar a compreensão dos mecanismos que explicam a sua reprodução.

A primeira consideração a ser feita é que ocorre uma subordinação desta economia camponesa ao capital, diferente da que vincula o trabalhador assalariado ao capital.

O agente da economia camponesa é um produtor familiar que tem o acesso à terra, organiza e dirige a produção e, nesse sentido, ele é produtor autônomo. Ocorre

7 - CHAYANOV, Alexander V., 1974, op. cit. p. 301.
que, como produtor ele está inserido em um sistema mais amplo

de produção. Estabala-se uma relação entre o "nível interno" da unidade produtiva e o "externo" da acumulação capitalista.

"Esta relação tem uma dupla face. Por um lado ela se traduz no fato de que os mesmos elementos que fundamentam a autonomia camponesa servem de base a sua subordinação ao capital. Por outro lado, no entanto, ela não anula, antes reforça, redefinindo, as características do produtor campones, permitindo, desse modo, que ele possa criar um espaço onde desenvolve uma autonomia relativa."(8)

O processo de subordinação deve ser buscado na vinculação desta economia camponesa ao sistema mais amplo, em que predominam as relações capitalistas, e em que a agricultura não constitui um setor isolado mas está integrado ao processo de acumulação de capital. A produção agrícola de unidades familiares camponesas também está vinculada a esta reprodução. Para que a agricultura ingresse no sistema capitalista geral, não é necessária a criação de unidades capitalistas no campo, funcionando a partir da utilização de mão de obra assalariada. O capitalismo pode progredir no campo, mesmo nos locais predominantes da pequena produção de base familiar. Ocorre uma vinculação destas unidades

8 - WANDERLEY, Maria de nazareth Baudel, 1988, op.cit. p. 11. camponesas dispersas, ao sistema mais amplo, através de um

processo de concentração vertical, através do qual o capital subordina esta economia camponesa que passa a lhe servir de base, geralmente na forma de capital comercial.

"Os vínculos comerciais que convertem a exploração familiar natural ilhada em uma pequena produtora de mercadorias são sempre as primeiras maneiras de organizar as unidades econômicas camponesas dispersas e de abrir as primeiras vias de penetração às relações capitalistas no campo." (9)

Esta economia camponesa se reproduz no interior de um determinado modo de produção e se constitui em uma forma de organizar a produção.

"...a chamada econômica camponesa não constitui propriamente um modo de produção, no sentido forte do termo. Ela é percebida, antes de tudo, como uma forma de organizar a produção que se produz no interior de modos de produção diversos. Sua reprodução social está, assim, intimamente inserida no processo global de reprodução do capital, cujas formas concretas tem, sabidamente, um caráter heterogêneo." (10)

A vinculação das unidades produtivas familiares ao

9 - CHAYANOV, Alexander V., 1974, op. cit., p. 306.

10 - WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel, 1989, op. cit., p. 10.

processo mais global de acumulação de capital, configurando

uma forma de subordinação não descaracteriza esse campesinato.

"...a vigência das leis gerais de reprodução do capital...não anula as especificidades desta. Isto é, mesmo estando integrada ao movimento geral de valorização do capital, a economia camponesa se reproduz sobre a base dos princípios gerais de seu funcionamento interno..." (11)

Mesmo estando inserida no processo global de acumulação de capital, a família camponesa se reproduz a partir de suas características. A lógica da produção é explicada pelas avaliações subjetivas que efetua entre as necessidades de consumo e a penosidade do trabalho. As atividades visando a sobrevivência são executadas pela família e coordenadas pelo chefe, o qual distribui as tarefas de acordo com as necessidades. Procura-se o nível mais elevado de bem estar. O tamanho e a ocupação da família, o número de membros em idade de trabalhar e o grau de esforço e de auto-exploração irão interferir na magnitude da produção.

A família cria as condições para continuar se reproduzindo e, enquanto consegue sobreviver como unidade camponesa, permanecer inserida no sistema mais amplo.

"...os mesmos elementos que fundamentam a autonomia camponesa servem de base a sua

11 - Id. ibid. p. 12.
subordinação ao capital." (12)

Esta economia camponesa pressupõe, como um dos elementos fundamentais de sua produção, o acesso à terra. É nesse sentido que a luta pela terra assume proporções de grande significação para o conjunto deste campesinato. A falta de terra significa a impossibilidade de estruturação de todas as relações, que atribuem significados a esta economia camponesa e representa ainda uma ameaça a sua continuidade.

Por essas razões, mediante situações que colocam em risco a permanência na terra, a família camponesa pode fazer novos arranjos na sua organização interna, alterando, inclusive, as relações de poder instituídas. Ela pode ceder à influência e, inclusive, submeter-se à liderança de uma instituição que, embora apresentando-se externa a ela pode auxiliá-la na criação de formas de organização e enfrentamento visando a permanência na terra.

É neste prisma que pode ser analisada a influência exercida pela Igreja Católica sobre os posseiros de Pontinópolis, durante toda a década de 70. A criação de uma dimensão comunitária na localidade de lavradores foi parte da estratégia. A família camponesa empenhou-se profundamente em um projeto de "construção da terra prometida", por perceber que a concretização desse projeto poderia significar a permanência na terra e a possibilidade da reprodução da família camponesa, a partir da sua lógica.

Para contar a história destas famílias de lavradores, este trabalho se estruturou em 6 capítulos.

No primeiro capítulo analisamos o processo

migratório empreendido e as sucessivas expulsões que esses lavradores sofreram até a chegada em Pontinópolis. Primeiramente tratamos das formas de lideranças que emergem. Em seguida descrevemos a região de São Félix do Araguaia e a localidade de Pontinópolis. Relatamos, ainda, a história mais geral da Prelazia de São Félix do Araguaia, desde a sua instalação em 1968, com a chegada de missionários espanhóis, incluindo a atuação da Igreja Católica em Pontinópolis.

No segundo capítulo analisamos as condições básicas em que ocorreram a reprodução do campesinato, enquanto o núcleo era formado basicamente por posseiros. A análise fica, portanto, restrita às décadas de 60 e 70. Analisamos a estrutura social, incluindo a instalação das posses individuais, o surgimento do povoado e das áreas coletivas.

No terceiro capítulo mostramos como os lavradores se organizaram para garantir a sobrevivência, como desenvolveram a produção e a forma em que estruturaram a divisão de trabalho.

O quarto capítulo trata do destino da produção, incluindo o consumo e a comercialização.

No quinto capítulo tratamos do conflito pela terra, envolvendo, de um lado, os posseiros e, de outro, o dono das terras, que habitam, e uma empresa agropecuária que se instala em região limítrofe às áreas de posses. Analisamos as formas de lideranças que emergem por considerar que elas conduzem à luta pela terra e, no sentido inverso, que elas emergem da situação de instabilidade e insegurança da população. Mostramos como as relações de autoridade, que se legiti-

nam ao longo do processo de assentamento e fixação, sofrem transformações a partir da instalação da equipa de pastoral ligada à Prelazia de São Félix do Araguaia. A liderança passa a ser compartilhada pelos primeiros posseiros, os chamados "fundadores", e os agentes de pastoral. Entretanto, o direcionamento da luta pela terra passa a ser dado pela Igreja.

Em seguida, procuramos mostrar como a Igreja organiza esses lavradores para a resistência na terra e a sua atuação concreta no sentido de ajudá-los a encontrar a sua própria identidade.

Ainda no quinto capítulo analisamos um documento que foi redigido em 1971, constituindo-se em um conjunto de normas, feito com o objetivo de explicitar os comportamentos a serem seguidos pelos posseiros. Procuramos perceber as influências exercidas pela Igreja Católica sobre o documento e em que elas se fundamentam.

O sexto capítulo trata das transformações que ocorreram a partir da regularização jurídica das terras. Constatamos que a titulação as terras desencadeou alterações significativas na estrutura fundiária, e na vida destes lavradores e procuramos compreender o sentido dessas alterações.

Ainda no sexto capítulo procuramos examinar as influências exercidas pela Igreja frente ao processo de mudança e as posições assumidas por ela após o desencadear do processo. Mostramos que a postura assumida pela Igreja constitui um elemento importante nos rumos tomados por aquela comunidade de lavradores, após a titulação das terras.

A pesquisa baseou-se em uma experiência pessoal, resultado de um ano de convivência com o grupo e mais 2 visitas posteriores. Na verdade, durante esse ano de contato, fizemos parte da caminhada destes lavradores.

Não havia, de nossa parte, nenhuma pretensão acadêmica durante o ano em que convivemos no núcleo de posseiros. Apenas a última visita, que teve a duração de uma semana, em janeiro de 1988, foi planejada com a finalidade de colher dados que pudessem retratar aspectos da realidade vivida por estas famílias, visando a elaboração deste trabalho.

Entretanto, a maioria das informações foi colhida naquele ano em que passamos em Pontinópolis. Convivendo de perto com essa gente pudemos escutar as suas histórias, perceber as suas aspirações, conhecer seus medos e sua coragem. Conviver com eles nos possibilitou abstrair o que é que dava sentido para a vida desse povo, conhecer seus valores, suas aspirações e seus costumes. Convivemos nos momentos de festas e nas dores. Vimos a morte de perto, a violência e presenciamos o esforço pela vida e pela sobrevivência.

Este trabalho não tem a pretensão de reconstruir, através de um relato, a vida dos lavradores de Pontinópolis. Apenas se propõe a tratar de alguns aspectos e relatar alguns fatos que fizeram parte da história destas famílias de trabalhadores rurais. A riqueza de seu cotidiano é indescritível.

CAPITULO 1.

MIGRAÇÕES - A CAMINHO DA TERRA PROMETIDA

Para a análise da reprodução deste campesinato, faz-se necessário indagar a sua história, retomando a trajetória efetuada antes de sua instalação no patrimônio denominado Pontinópolis. É preciso conhecer também a situação das terras no momento em que se intensifica a ocupação pelos posseiros.

Estes fatores irão condicionar o relacionamento com o meio, o qual estará pautado na experiência concreta desses homens e nas condições encontradas no local.

1. Trajetória das Migrações.

Os habitantes de Pontinópolis, em sua quase totalidade, são oriundos de outras regiões e sofreram uma série de expulsões anteriores. Antes de sua instalação nessa área, passaram por outras localidades, na maioria das vezes, na condição de posseiros.

Provém do Maranhão, do Piauí, Sul do Pará e Norte de Goiás.

As regiões procuradas são aquelas onde se possa "abrir uma posse". São principalmente locais que ainda possuem "terras devolutas", que possam ser ocupadas sem maiores problemas.

Observando as rotas das migrações efetuadas por estes posseiros, percebe-se que eles vão se adentrando para áreas antes desabitadas, às vezes cobertas de matas. Vão se

distanciando das regiões mais densamente povoadas. Dessa forma, eles são os desbravadores dessas regiões.

Expulsos de uma região, procuram outra área onde possam novamente se instalar como pequenos produtores. Neste movimento, eles estão assegurando a preservação da família camponesa, a manutenção da gleba familiar.

Buscam a sobrevivência, mas não de qualquer forma. A comunidade camponesa tem o que preservar. Se ela empreende estes deslocamentos constantes, existem motivos que a impulsionam a agir assim. Procuram um tipo específico de vida que inclui o acesso à terra e aos instrumentos de trabalho, garantindo ocupação aos membros da família em idade de trabalhar. O fato destes lavradores terem o acesso à terra de trabalho, que é condição básica para a preservação da sua família significa também a manutenção de costumes, conhecimentos e usos que dão uma feição própria a estas categorias sociais.

O nordestino tem um papel importante na ocupação desta região. Entretanto, ao contrário das migrações empreendidas para a Amazônia, para trabalhar no extrativismo ou para o Centro-Sul, atraídos pelo parque industrial em expansão, esses lavradores não sabem exatamente o que vão encontrar. Partem à procura de terras para trabalhar.

A história destes camponeses registra que os deslocamentos tiveram início no Nordeste, fugindo da falta de terras e da seca. Há que se levar em conta também a questão da religiosidade popular, impulsionando as migrações. Muitos partiram em busca das "bandeiras verdes", um mito que

acompanha muitos dos lavradores nordestinos que deixaram a sua terra. Atribui-se a sua criação ao Padre Cícero. Segundo ele, "as bandeiras verdes estão fincadas do outro lado do grande rio". Esse "grande rio" a que se refere, segundo a compreensão dos migrantes, é o Araguaia. Nas suas profecias, o nordestino deveria sair das suas terras para ocupar a Amazônia: grande área desabitada. O Padre Cícero morreu em 1934. Entretanto a sua influência perdura ainda hoje, levando milhares de romeiros a cultivar a sua memória. Um antigo morador de Pontinópolis relata acerca desse mito:

"Do Goiás nós viemos para cá, por causa de uma conversa que houve aí no Goiás, que procurasse as bandeiras verdes, que atravessasse as bandeiras verdes pro lado de cá. Esse negócio ia acontecer até na era de 64 prá 65. Se não viesse pra cá, aí não atravessava mais porque a água ia ferver. Eram as águas do Araguaia. Depois disso, os de lá não podiam mais atravessar. Ficariam de lá."(1)

Esses migrantes, influenciados pelas profecias, concentravam-se principalmente às margens do Araguaia, na divisa do Maranhão, Pará e Goiás, na região denominada "Bico do Papagaio".

Fugiam, na verdade, do empobrecimento inevitável, da falta de terras e das secas a que estavam sujeitos nas

1 - Depoimento prestado em 29/01/88 pelo Sr. João Siriqueira pequeno proprietário (ex-posseiro) em Pontinópolis.

regiões de origem.

Nos seus constantes deslocamentos, os lavradores passaram pelo Sul do Pará e pelo Norte de Goiás. Quase todos entrevistados, em Pontinópolis, tiveram um período de permanência na Ilha do Bananal, formada pelos rios Araguaia e Javaé. Adentraram-se depois para Mato Grosso e foram à procura de terras onde pudessem novamente se instalar.

A migração para essa região se intensifica a partir da 2ª metade da década de 50. A construção da Belém-Brasília, entre os anos 1956-60, possibilitou a penetração e representou um marco importante no povoamento do Sul do Pará e norte de Goiás (Atual Estado do Tocantins). Posteriormente se construiu uma rodovia ligando Guaraí a Couto Magalhães, às margens do Araguaia, facilitando a penetração para o Nordeste de Mato Grosso.

Jean Hébert e Rosa E. Acevedo Marin, estudando a colonização espontânea ao longo da Belém-Brasília, analisaram as rotas de migrações responsáveis pelo povoamento da região. Assim escreveram a respeito:

"A migração para outra área rural na verdade não é resposta, a não ser que proporcione condições de fixação; caso contrário se processa a migração crônica sem benefício para o colono.

Constituem-se corredores migratórios por onde se sucedem levas de colonos sem paradeiro definitivo. Um deles vai dos vales de Itapecuru, Mearim e Pindaré para o Vale do

Tocantins (Imperatriz e Extremo Norte Goiano) e de lá para a margem esquerda do Araguaia e para a Transamazônica. Os ocupantes atuais de uma área de colonização são muitas vezes ocupantes expulsos de outra área. Migrar significa, para eles, não somente deixar uma área que é seu meio de produção e sua fonte de subsistência, mas também abandonar uma casa, vender sua criação, pagar transporte e viver durante algum tempo sem renda." (2)

A maioria dos habitantes de Pontinópolis ajudaram a construir esta rota migratória, na vertente que se dirige para a margem esquerda do Araguaia.

As áreas procuradas são principalmente as que são cobertas de matas e possuem água nas proximidades: rios, fontes ou córregos. Os posseiros buscam terras possuidoras de fertilidade natural, devido à quase total impossibilidade de recuperação do solo por meios artificiais.

Nas histórias de vida destas famílias são registrados inúmeros deslocamentos. Intercalam-se casos de expulsões com outros motivos que levam o lavrador a migrar.

Ilustrativos desses fatos são os relatos de moradores de Pontinópolis, que transcreveremos a seguir:

Nasci em 20 de maio de 1932, no município de

2 - HÉBETTE, Jean e MARIN, Rosa E.A., "Colonização Espontânea, Política Agrária e Grupos Sociais", in COSTA, José Marcelino Monteiro da, "Amazônia: Desenvolvimento e Ocupação", Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1979, p. 162/163.

Castel, no Piauí. Com a idade de 10 anos, a minha mãe morreu. Meu pai, muito desgostoso, mudou-se para outra cidade, distante 45 léguas. Aí ficamos, eu, duas irmãs e ele.

Com a idade de 22 anos, saí de casa. Tinha vontade de percorrer o mundo. Estive no Maranhão, andando prá aqui, prá lá, prá acolá. Atravessei Goiás, de Imperatriz a São Vicente do Araguaia. Subi o rio Araguaia acima, estive no Pará, na região chamada Barreirinha. Fui depois para Mato Verde, no Goiás. Lá eu passei 3 anos. De lá, vim prá dentro da Ilha (Ilha do Bananal). Lá trabalhei vaqueirando. Nessa época eu era solteiro. Na Ilha eu vaqueirei 3 anos. No ano em que eu saí da fazenda, eu me casei. Nesse ano eu voltei para outra fazenda. E aí vaquerei 3 anos. Estava com 11 meses de casado, a mulher morreu. Fiquei 1 ano e 21 dias viúvo e me casei de novo. Aí tiramos o resto da temporada, 3 anos de vaqueirice na Ilha.

Nesse tempo tinha aquela "epidemia" da floresta, de que não era prá tirar nem um canico, nem uma palha, não era prá fazer nada, não era pra gravar nada, dizem que eles iam nas casas com a polficia prá fazer correr, botar fogo nas casas, derrubar casas, prá pessoa desocupar o lugar. E eu fiquei

desconfiado, com receio, e resolvi vir pro Mato Grosso. E vim para o Tapirapé, lá onde hoje é Porto Alegre (Porto Alegre do Norte). Vim com toda a família. Lá eu trabalhava com posse. Aí foi o tempo em que a Frenova (Agropecuária) baixou. Disse que a terra era dela e que não era prá posseiro ficar. A gente nesse tempo não sabia de nada, não tinha idéia de nada. E saímos. Aí tinha lá uma fazenda do Sr. Manoel Costa que me chamou prá tomar conta da fazenda dele. Tornei a vaqueirar outros 3 anos, no Tapirapé. O dono acabou com a fazenda. Daí eu vim morar em Pontinópolis, desde 1975." (3)

"Sou natural do Maranhão. Eu me casei lá. Viemos de lá para Goiás, para a cidade de Cristalândia. De lá viemos para esse Mato Grosso. Atravessei a Ilha (Bananal).

Eu vim do Maranhão para o Goiás por causa daquelas "furupas" que o povo falava: vai para tal lugar que lá é que é terra de pobre. Lá o homem dá a mão a outro.

Tivemos quase todos os filhos no Goiás. Do Goiás nós viemos por causa de uma conversa que

3 - Relato de um pequeno proprietário, antigo posseiro de Pontinópolis, Sr. Elesbão, em 28/01/88.

houve, que procurasse as bandeiras verdes ...

O meu irmão endoidou prá vim. Eu não queria sair. Falei: vamos aquietar por aqui mesmo, nós estamos apumados, nós estamos agasalhado, isso é conversa. Ele insistiu em sair. Disse que se eu não viesse acompanhar mais ele, então nós apartava os "cuzinhados de fava", porque ele vinha mesmo. E o que eu havia de fazer? Nós éramos só dois irmãos. Onde estava um estava o outro. Não tinha mais pai, nem mãe, nem nada. Fiquei com pena de ficar e ele seguir sozinho. Entonce eu vim prá cá por causa disso. Aí morei na beira do córrego da Gameleira, que fica a umas três léguas de Porto Alegre (do Norte). Lá eu fui tocar roça. Tiremos a terra (posse). Quando nós viemos prá cá, diz que o cara tirava a terrinha onde quisesse, onde agradasse. Aí onde tirava era dono. Diz que era terra do povo. Bom, aí nós viemos e tiremos um local, uma posse e aí assituemos. E fomos trabalhar. Fiquemos quase uns oito anos. Muito serviço. Deixemos muita lavoura. Saímos por causa dos "tubarão" que vieram. Fiquei desconfiado com essa conversa que houve prá vim procurar as bandeiras verdes. Pensei que isso foi "jornal" (boatos) que os "tubarão" fizeram, que era pros bestas vir amansar aqui as terras do Mato Grosso.

Que era prá depois que tivesse tudo alicerçado, eles tomar. Como de fato tomaram tudo do povo todo. Tinha gente já com vinte e tantos anos que estava aí na Gameleira. Saiu tudo. Não ficou ninguém. E a terra estava arrumadinha, tudo agasalhado. E saiu todo mundo.

E de lá eu vim prá cá (para Pontinópolis). Correram com nós de lá. Tudo o que era meu, ficou perdido lá. O jeito que tinha era sair. Fui obrigado a sair. Os moradores mais velhos saiu tudinho. E eu fiquei sozinho, mais meu sobrinho e minha cunhada. Aí pensei: o que é que eu vou fazer aqui sozinho? Eu pelejei junto com os moradores prá não sair. Eu disse: nós vamos tesar (endurecer, resistir) aqui e não vamos sair, porque eu sei que eles não vão matar nós tudo. Quá! Os primeiros moradores, os mais velhos, foram os primeiros que saíram. O derradeiro que saiu fui eu.

Eu recebi de indenização o que dava prá eu comprar uma corda prá eu amarrar e subir prá me enforcar. Ficou tudo perdido. Não me indenizaram nem nada. Nem a casa...

Cheguei em Pontinópolis em 1971. O povoado já estava ajeitadinho. Eu consegui logo a posse. Comprei o direito dela porque já estava

tudo ocupado. O fundador não tinha mais lugar
prá morador, não tinha um lotezinho prá mim. E
aí fui obrigado a comprar um direito de
posse." (4)

Todas essas mudanças significam muita dificuldade
para os que as empreendem e deixam claro a violência do
processo migratório.

Primeiramente, o fato de deixarem para trás o
trabalho incorporado ao solo. Quando perdem o acesso à terra,
todas as benfeitorias passam para as mãos de quem se apossou
das mesmas: áreas desmatadas, edificações, casa de farinha,
etc. Todo o trabalho de anos vai para as mãos de outras
pessoas, as quais não participaram na construção dessas
riquezas. Geralmente isso representa anos de lutas. É comum o
lavrador relatar o número de fruteiras que ele teve que
abandonar. Isso significava fartura para ele. As casas, mesmo
rústicas, dão muito trabalho para serem construídas.
Geralmente são feitas com material retirado da região:
madeira, palha. As vezes são de adobe ou tijolos, fabricados
pela própria família camponesa. As áreas desmatadas também
significam muito trabalho, se se levar em conta o baixo nível
tecnológico e a rusticidade dos instrumentos de trabalho. As
árvores são derrubadas com machado e o fogo ajuda a "limpar"
a área.

Deixar tudo para trás significa perder anos e anos
de trabalho.

4 - Relato do Sr. João Siriqueira, em 29/01/88

A instalação em outro local também é problemática para a família destes lavradores. Ela tem que começar tudo de novo. É o desafio de se enfrentar uma terra desconhecida.

A primeira dificuldade, uma vez concretizada a expulsão, é conseguir um novo local para se abrir outra posse. As terras devolutas vão se escasseando. As distâncias vão se tornando maiores entre a região de origem e aquelas de onde se tem notícia que possa haver terras disponíveis.

A CONTAG, em um documento, denuncia esta situação, mostrando que muitas vezes o lavrador tem que ir procurando este novo local, trabalhando no caminho como parceiro ou assalariado:

"A caminhada é longa e sofrida. Há informações de terra boa e barata, mas não se tem certeza. Pode ser até má intenção daqueles que querem ter mão de obra abundante e barata. Tem que se ir procurando, fazendo paradas, até longas, trabalhando como assalariado ou parceiro, para no final se estabelecer numa área que dizem ser do Governo do Estado ou do Governo Federal." (5)

Muitas famílias demoram anos até chegar à nova terra. Acerca desse assunto, existe uma controvérsia envolvendo o "fechamento" ou não da "fronteira". Alguns autores consideram que apenas as terras devolutas são objeto de ocupação por posseiros. Outros defendem o ponto de vista

5 - CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Ofício n. ARA/1998/74 de 12/11/74.

da existência de uma "fronteira interna", constituída de terras tituladas, que também podem ser ocupadas, desde que estejam improdutivas. (6)

Na região analisada, as terras devolutas realmente estão se escasseando. E isso dificulta a penetração das frentes de expansão. Prova disso é que o fluxo migratório proveniente do Nordeste, constituído principalmente por posseiros, atualmente, é insignificante. As terras estão sendo procuradas por pequenos produtores sulistas que normalmente empreendem uma mudança para terras já regularizadas.

Mesmo o escritório local de representação do MIRAD localizado em São F. do Araguaia (Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento. Com a extinção do INCRA, em 22/11/87, suas funções passaram para o MIRAD), tem atuado no sentido de comprar terras já tituladas para o assentamento de lavradores. Caso houvesse terras devolutas e desocupadas em abundância, não haveria necessidade deste procedimento.

Uma vez instalada no "novo local", outro problema que aparece de imediato são as doenças. A malária é muito comum em áreas de matas ou recentemente desmatadas.

Mary Dayse Kinzo, trabalhando com uma área de colonização, geograficamente próxima a este núcleo de posseiros, assim se refere a este respeito:

"Com a derrubada, começa também o perigo da

6 - Ver: GRAZIANO DA SILVA, "O Que é Questão Agrária", São Paulo, Brasiliense, 1980 e MARTINS, José de Souza, "Expropriação e Violência", São Paulo, Hucitec, 1980.

malária. A doença os inutiliza e este acidente na força de trabalho diminui o potencial da mão de obra familiar. As chuvas trazem esperança de boas colheitas, mas o empoçamento das águas faz proliferar transmissores de doenças. O medo da malária, da doença e morte das crianças, o perigo das onças etc., são ameaças que tem sua origem na natureza particular e desconhecida da floresta amazônica. Dominá-la é o desafio máximo para aqueles que se decidiram a enfrentar o sertão." (7)

Para a região de Pontinópolis, a migração não foi empreendida coletivamente. As famílias nucleares foram se deslocando individualmente. Posteriormente atraíram parentes e amigos que para lá também se dirigiram. Podemos pensar na constituição de uma "comunidade camponesa" a partir da instalação nessa localidade e da recuperação de usos e costumes que caracterizam uma vida social mais intensa.

2 - A Emergência das Lideranças

A partir da instalação das primeiras famílias na região, no início da década de 60, o povoamento se intensifica.

Com a transferência dos índios, antigos moradores

7 - KINZO, Mary Dayse, "Colonização e as Transformações na Estrutura das Classes de Possesores e Colonos", Brasília, UNB, 1982, p.78. (Dissertação de Mestrado, mimeogr.)

da área, para uma localidade distante, o antigo território Xavante passa a ser local de disputa entre os posseiros chegantes e a agropecuária que se instala nas proximidades. Uma vez delimitada a área daquela imensa fazenda, as áreas limítrofes vão sendo gradativamente ocupadas pelos posseiros.

A chegada de novos migrantes fez com que o grupo se ampliasse. As primeiras famílias de lavradores não encontraram dificuldades em estabelecer as dimensões de suas posses. Como consequência, as maiores áreas pertenciam aos moradores mais antigos ou aos seus descendentes.

Ocorre que a presença da empresa agropecuária impunha limites rígidos à possibilidade de expansão das áreas de posses. A terra, sobre a qual elas poderiam se expandir foram escasseando.

A ocupação, inicialmente empreendida sem um planejamento prévio, começa a ser organizado em função de uma procura maior das terras.

O surgimento das lideranças impôs-se como uma necessidade para a regulamentação do uso das áreas rurais e da área urbana. Durante muito tempo, os primeiros moradores, chamados "fundadores", constituíram-se em lideranças locais, sendo respeitados enquanto desempenharam esses papéis.

Sobressaíram dois posseiros, cuja liderança se estabeleceu a partir de uma ação desempenhada em dois níveis:

- nos enfrentamentos externos - com agentes externos ao grupo, por ocasião do acirramento de conflito entre posseiros e capangas da agropecuária que se instala nas proximidades.

- nas pendências internas - com elementos do próprio grupo. Agiam como intermediários entre os próprios posseiros.

Durante a década de 60, a organização do povoado e a delimitação das áreas rurais passam pela ação dessas lideranças. A elas coube, durante este tempo, a ordenação do processo de ocupação. Os migrantes que chegavam dirigiam-se aos fundadores para conseguir lotes rurais e urbanos.

Essas lideranças encarregavam-se de ir atrás de autoridades, procurando dar andamento às reivindicações de terras dos posseiros. Eram, nesse sentido, seus porta-vozes.

O nascimento das lideranças locais não impediu, entretanto, a emergência de ações coletivas. Ao contrário, o trabalho dos fundadores pautava-se na mobilização constante da comunidade. Sem ter a quem recorrer, sem contar com a polícia e sem autoridades políticas a seu favor, os próprios posseiros é que faziam a defesa da terra. O trabalho dos fundadores era desenvolvido no sentido de mobilizar e coordenar as ações dos lavradores, principalmente no caso de ameaças às posses.

A antiguidade no local, os laços de parentesco, amizade e compadrio ajudaram a reforçar a ação destes líderes. Sendo os primeiros moradores, atraíram para lá parentes e amigos, o que explica, em parte, a confiança e o respeito neles depositados. Também o migrante desconhecido procurava-os para resolver o seu problema de terra, para se instalar. As vezes necessitavam de ajuda durante algum tempo,

mesmo para a sobrevivência. Os fundadores colocavam-se como intermediários entre os chegantes e a comunidade já instalada.

No final dos anos 60 ocorreram transformações nas formas de organização, ocasionadas principalmente pela instalação da Prelazia de São Félix do Araguaia.

Por essa ocasião a pressão sobre o solo era maior, já que o número de migrantes aumentava gradativamente.

Já sob a influência da Igreja Católica que inicialmente atua na região através de visitas periódicas, os posseiros começam a se organizar através de uma espécie de conselho comunitário que recebe o nome de Conselho de Vizinhança.

A utilização do solo urbano e rural passa a ser regulamentado a partir do estabelecimento da "Lei do Posseiro". Criada a partir do cotidiano desses lavradores, esta lei, no entanto, apresenta forte influência da Igreja, até mesmo nos termos em que é redigida. A presença da Igreja, a partir daí se faz sentir de maneira mais forte. A "Lei do Posseiro" que traz embutida em si, valores e concepções da Igreja, passa a ser o instrumento mais importante na organização da vida daquela população.

A partir da explicitação da "Lei do Posseiro" uma certa forma de ocupação da terra vai sendo legitimada ao mesmo tempo em que vai sendo delimitado um espaço social formado por esses lavradores.

Por outro lado, a Igreja passa a centralizar as decisões devido ao peso que ela tem como instituição, aliado

ao tipo de ação desenvolvido desde o início, pelos componentes da equipe. A proposta da Igreja se insere na vida da população e a mantém constantemente mobilizada. Os agentes de pastoral foram muito bem aceitos pela comunidade. A religiosidade dos lavradores levava-os a valorizar os integrantes da equipe porque eles eram os representantes da Igreja, no local.

Por outro lado ocorre uma descentralização nas decisões porque o trabalho da Igreja se baseava em uma mobilização da comunidade para enfrentar as situações problemáticas. Além do mais, a estratégia de trabalho da Prelazia consistia no envolvimento e na absorção das pessoas no trabalho e não a sua substituição.

As relações de poder a nível de comunidade também sofrem transformações. Nas situações problemáticas é a Igreja que passa a ser procurada para coordenar qualquer ação que se faça necessária. Entretanto, os agentes de pastoral não podiam prescindir da ação dos líderes locais. Os problemas específicos daquela comunidade de posseiros muitas vezes escapavam à compreensão dos elementos da Igreja. Por exemplo, a questão do limite das posses, por onde passavam ou deveriam passar. Ou em questões que necessitassem de uma mobilização rápida como nos casos de queimadas indesejadas.

Para coordenar ações no sentido de resolver esses problemas específicos, os integrantes da equipe da Prelazia necessitavam da presença dos elementos mais experientes e conhecedores do dia a dia daquela população. É por isso que o

trabalho da Igreja se desenvolveu como uma ação integrada com os chamados fundadores.

Isto não impediu que esporadicamente ocorressem atritos entre elementos da Igreja e as antigas lideranças locais. Nestes casos, a equipe de pastoral tinha mais condições de arregimentar a população a seu favor.

Há que se ressaltar também que através da Prelazia, os posseiros de Pontinópolis tiveram um canal de comunicação com lavradores de outras localidades próximas ou mesmo distantes. Para isso serviram o boletim da prelazia, o "Alvorada", as visitas de elementos de outras equipes que periodicamente circulavam pelos diversos lugarejos, levando notícias, as visitas do bispo e mesmo encontros de lavradores, coordenados pela Igreja Católica, para os quais a Prelazia de São Félix enviava representantes.

A ocupação da região de pontinópolis e a formação de uma comunidade de posseiros estruturaram-se a partir da experiência destes lavradores, em confronto com uma realidade nova cujo palco era uma região que deveria ser desbravada e dominada. A influência, que sofreram, foi, sobretudo, da Igreja, através da qual visualizaram e passaram a defender uma forma específica de comunidade, uma certa relação com a terra e a valorização de determinadas relações entre os próprios posseiros.

3 - A situação das Terras de Pontinópolis na ocasião da chegada dos primeiros moradores.

Os primeiros posseiros começaram a chegar nesta região por volta de 1959. Inicialmente apenas uma família se

instalou na área. Posteriormente outras foram chegando. A primeira família foi a de José Antonio dos Santos (Zeca), que iniciou o processo de ocupação.

As terras eram tidas como devolutas. Entretanto, constituíam parte dos territórios dos índios Xavante. Eram campos de caça desses indígenas. Ainda hoje existem vestígios como coqueirais, em lugar de antigas aldeias. Os moradores encontram ocasionalmente utensílios domésticos que presumem terem pertencido àqueles índios. Suas terras estendiam-se por toda a região onde atualmente se localizam a fazenda Suiá-Missu, o povoado de Pontinópolis e o povoado de Serra Nova, indo desde o Rio Araguaia até a Serra do Roncador. Onde atualmente é a sede da Suiá-Missu, era uma típica aldeia Xavante. Na zona rural de Pontinópolis ficava a aldeia velha.

O posseiro, à medida em que foi entrando, passa a conviver com o índio. Instala-se um conflito latente na região, o qual será relatado no capítulo 3.

Os índios são transferidos para outras reservas em 1960 e em 1961, localizadas em outra região de Mato Grosso.

Os posseiros continuam na região e procuram formas de viabilizar a sua vida. Iniciam a abertura das posses individuais ao mesmo tempo em que um povoado começa a se formar, constituindo-se no centro que congrega a população rural dispersa.

As dificuldades de sobrevivência já apontadas se acrescenta uma insegurança conferida pela situação instável das terras. As ameaças sofridas pelos posseiros partem

principalmente dos jagunços, agindo em nome de uma agropecuária que se instala nas proximidades, em área limítrofe às posses.

No início da década de 60 os posseiros começam a ocupação da região, que denominam Pontinópolis, e iniciam uma resistência no local.

A abertura das posses é a primeira condição de sobrevivência já que é o que assegura a manutenção da família.

O início da resistência no local consiste precisamente em garantir a ocupação do solo e a possibilidade de fazer a lavoura.

O processo de povoamento da região se intensifica a medida que as posses vão proliferando, com a chegada de parentes, amigos ou conhecidos dos chamados "fundadores" do local.

Durante toda a década de 60 e prolongando-se pelos anos 70, a forma de propriedade dominante na região continua sendo a posse. Inicialmente não havia limites para a apropriação das terras. A medida que o povoamento se intensifica, criaram-se normas que tiveram a finalidade de regulamentar o uso do solo. Estas serão tratadas no cap. 2.

Uma pesquisa realizada em 1975, pela Prelazia de São Félix do Araguaia, revela a dimensão que as posses apresentavam em meados da década de 70. Dentre as 105 posses em que foi feito o levantamento, a maioria apresentava pequenas áreas. Entretanto havia algumas posses consideradas grandes e uma cuja área aproximava de 1000 hectares. Esta

pertencia ao primeiro morador da localidade, o qual possuía uma família muito numerosa (10 filhos). (8)

Dessas posses, 51.74% possuíam menos de 50 hectares. As que possuíam menos de 100 hectares representavam 70.54% do total. Entre 101 e 200 hectares estavam 11.76% e entre 201 e 300 hectares foram registrados 8.23% do total. Acima dessas áreas, as frequências eram menores: entre 301 e 400 hectares eram 2.35%; entre 401 e 500 hectares 3.52%; entre 501 e 600 hectares 1.17% e entre 901 e 1000 hectares apenas 1.17%. Não havia posses cujas áreas se situavam entre 601 e 900 hectares.

Observando os dados, percebe-se que a grande incidência era de pequenas posses: abaixo de 300 hectares estavam compreendidas 90.53% das glebas e menos de 10% superavam os 300 hectares.

Esta pesquisa nos fornece ainda uma informação interessante para ilustrar o processo de expropriação nessa região. Dos habitantes do povoado de Pontinópolis, apesar de ser esta uma localidade formada basicamente por posseiros,

8 - Não se tem conhecimento de dados de órgãos oficiais sobre a existência das posses, para esse período, nessa região. Os dados utilizados foram retirados de uma pesquisa realizada por agentes de pastoral ligados à Prelazia de São Félix do Araguaia. A área abrangida é a de influência do "Patrimônio" e tem esse povoado como centro. Foram pesquisadas 105 posses e em 20 delas não se constatou o tamanho da área. Por isso, para o cálculo das porcentagens foi considerado 85 como o total. Os dados dessa pesquisa são aproximados. A medição das áreas era realizada pelos próprios posseiros, de forma muito precária. A contratação de um agrimensor para fazer uma medida mais exata representava uma despesa inacessível aos mesmos.

40.32% não possuem terra. Viviam ali com um pequeno comércio, às vezes com o dinheiro recebido pela venda do direito da posse, alguns que se assalariavam nas agropecuárias vizinhas ou mesmo às custas de parentes ou amigos.

É necessário observar que o total de habitantes do povoado não representava a totalidade dos habitantes da área em questão. Isso porque muitos posseiros não possuem casa na "rua". Assim, se se tomar toda a área de Pontindópolis, vai-se observar que entre as famílias residentes na área, incluindo o povoado e a zona rural, 22.32% não possuem terras.

4. Histórico da Prelazia de São Félix do Araguaia

A criação da Prelazia de São Félix do Araguaia foi um fator importante no processo de ocupação das terras e da resistência dos posseiros. A mobilização constante dessas populações que se instalam passam a ser uma condição de permanência na região.

A Igreja Católica, em sua linha mais progressista inicia, através da Prelazia de São Félix do Araguaia, uma forte influência sobre os lavradores da região por ela trabalhada.

Posicionando-se claramente do lado do trabalhador rural, os agentes de pastoral irão influenciar nas formas de organização social dessas populações e nos processos de resistência que vão sendo criados como estratégias de sobrevivência.

Mesmo levando em conta que a ocupação da região

antecede um trabalho sistemático da Igreja Católica é importante ressaltar a influência exercida pela Igreja sobre estes lavradores.

A Igreja Católica ajuda a edificar os contornos de um processo de resistência e a justificar ideologicamente a luta pela permanência na terra.

A partir da criação da Prelazia de São Félix a compreensão da organização desses posseiros deve ser buscada pela visualização da influência exercida pela Igreja Católica, em sua linha mais progressista, sobre o cotidiano daquela população.

Até o final dos anos 60, o trabalho da Igreja Católica na região resumia-se a raras visitas de sacerdotes que anualmente percorriam os pequenos povoados fazendo as "desobrigas". Nestas ocasiões celebravam missas e realizavam principalmente casamentos e batizados. A população local aproveitava para regularizar a situação junto à Igreja.

Em 1968 o missionário Pedro Maria Casaldáliga chegou à região, acompanhado do padre Manoel Luzón. Estes religiosos espanhóis instalaram-se na cidade de São Félix do Araguaia.

A trajetória desta Igreja começou a se modificar e dentro de pouco tempo ela se tornou conhecida em todo o Brasil, em virtude da natureza do trabalho que ali passa a ser desenvolvido.

Conforme Antonio Carlos Moura relata

"A notoriedade da Prelazia de São Félix do Araguaia nasceu, antes, do pioneirismo de seu

compromisso, enquanto parcela da Igreja no Brasil, com os pobres e oprimidos da Amazônia: os peões, os posseiros e os índios, - tres segmentos distintos da população regional, unidos pela fatalidade de serem vítimas do mesmo latifúndio explorador/expropriador.(...) Esse pioneirismo da prelazia de São Félix e o carisma de seu bispo, D. Pedro Casaldáliga, são duas realidades tão indissolúvelmente ligadas que, para muitos, falar de um é evocar o outro. Os duros caminhos daquela Igreja particular foram abertos a poder de sangue e de lágrimas, por uma equipe pastoral que aceitou encarnar-se na vida e nos sofrimentos do povo e que teve em seu bispo, não o chefe que decide e ordena, mas o companheiro que assume os passos planejados por todos. (9)

A população trazia em si uma religiosidade popular, mas a Igreja, como uma instituição tradicional, não existia na região. Os religiosos que para ali se dirigem, vão influenciados pela nova concepção teológica da Igreja. Tem como referência os resultados do Concílio Vaticano II (1965) e da II Assembléia Geral do Conselho Episcopal Latino Americano (CELAM) realizada em Medellín (1968).

9 - MOURA, Antonio Carlos, "O Pioneirismo da Igreja de São Félix, in SALEN, Helena (Coord.), "A Igreja dos Oprimidos", 2a ed., São Paulo, ed. Brasil Debates, 1981, p.190/1.

A realização do Concílio Vaticano II significou uma abertura para a renovação na Igreja Católica, teológica, moral, litúrgica e organizacional.

As ações que se sucederam, no interior da Igreja, após a realização deste Concílio, foram a busca de um compromisso com as camadas menos favorecidas da população, o despojamento de bens materiais, a busca da pobreza por alguns elementos pertencentes ao clero. Estes procedimentos vão delineando uma nova postura dentro da Igreja Católica e estruturando uma linha de atuação que passa a ser considerada como "progressista". Como consequência, uma imagem diferente da Igreja é criada. A Igreja institucional, hierárquica, é acrescentada uma Igreja/Povo,

"... uma Igreja que é o povo de Deus. Dentro desse povo está o Papa, estão os bispos e à frente desse povo está Jesus Cristo. Então, sendo povo de Deus, é claro que o social adquire uma posição muito mais relevante."(10)

A Conferência de Medellín procurou fazer o ajustamento da Igreja à realidade latino-americana. A partir de sua realização e que essa instituição assume a temática da libertação. É um marco temporal para o surgimento das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base).

Uma nova Igreja vai sendo estruturada a partir destes acontecimentos, e com a formulação teórica da Teologia

10 - SALEN, Helena, "Dos Palácios à Miséria da Periferia", in SALEN, Helena (Coord.) op. cit. p. 38.

da Libertação, sobressaindo-se os teólogos Gustavo Gutiérrez e Leonardo Boff. Em linhas gerais ela propõe a transformação social, a libertação econômica, política, social e cultural, uma releitura da Bíblia, sob o ponto de vista do oprimido, valorização da religiosidade popular, condenação do capitalismo e aceitação do socialismo.

"Medellin significou esta reviravolta dentro da Igreja: definiu um novo lugar social, a partir do qual a Igreja organiza sua presença no mundo. Aqui se abre o caminho para um novo ensaio histórico: o Evangelho apropriado pelos pobres que dele fazem aquilo para o qual foi escrito com o sangue dos Apóstolos, Evangelistas e Mártires: a libertação integral dos oprimidos." (11)

Os sacerdotes que se dirigem para São Félix, iniciando ali um trabalho religioso, levam consigo a proposta de edificação de uma nova Igreja. Haviam acompanhado as transformações pelas quais essa instituição passava. Pretendiam, através do cotidiano dessas populações, redescobrir os ensinamentos de Cristo.

O bispo de São Félix, D. Pedro Casaldáliga, escreve a respeito deste momento:

"Cheguei um pouco tarde a essa região. Isso é verdade. Não havia sequer uma Igreja construí-

11 - BOFF, Leonardo, "O Caminhar da Igreja com os Oprimidos", Rio de Janeiro, Ed. Codecri, 1980, p.68/69

da. Mas tivemos a sorte de chegar depois do Concílio Vaticano II. Chegamos depois do encontro de Medellín, na Colômbia. Foi um momento de profunda modificação na linha de ação da Igreja." (12)

A equipe de trabalho, inicialmente, era pequena: dois padres e alguns agentes leigos, em Santa Terezinha (povoado pertencente à Prelazia) e quatro freiras (Irmãzinhas de Jesus) na aldeia dos Tapirapé, no extremo Norte da Ilha do Bananal.

Inicialmente, o missionário Pedro dá continuidade ao sistema de desobrigas, sempre acompanhado do padre Manuel. O tamanho reduzido de sua equipe não permitia um trabalho diferente.

Em 1969 chegaram mais alguns padres vindos também da Espanha.

Em 1970 a equipe se fortalece, com a incorporação de agentes de pastoral leigos, oriundos de Campinas-SP. É criada nesse ano, a Prelazia de São Félix do Araguaia. (13) Começam a desenvolver trabalhos nas áreas de educação, saúde, construindo, na época, um ginásio e um ambulatório.

Em 1971, algumas freiras vêm se juntar ao grupo. A Igreja inicia as chamadas "Campanhas missionárias", da qual

12 - Entrevista a D. Pedro Casaldáliga in MARTINS, Edison, "Nós do Araguaia", 2ª ed., Rio de Janeiro, Graal, 1978, p.46.

13 - Anteriormente, a região era "terra de missão". As áreas que passaram a constituir a Prelazia de São Félix do Araguaia foram desmembradas das Prelazias de Guiratinga (MT), Cristalândia (GO) e Conceição do Araguaia (PA). Ver MOURA, Antonio Carlos, op. cit. p.193.

faziam parte Pedro, um professor e um atendente de enfermagem. Visitam os pequenos povoados e preparam a instalação de equipes nessas localidades. Nesse ano, o missionário Pedro é sagrado bispo da prelazia recém criada. Ficou conhecida, na ocasião, a forma como a cerimônia foi celebrada:

A 23 de outubro de 1971, na beira do Araguaia, ao ar livre, centenas de posseiros assistiram à sagração episcopal de Pedro, o seu bispo. Para não deixar dúvidas sobre o seu compromisso, Pedro renunciou aos símbolos do "poder" episcopal, a mitra e o báculo, recebendo, em lugar deles, um chapéu de palha sertanejo e um remo-borduna feito de pau Brasil pelos índios Tapirapé.(14)

Também Edilson Martins descreveu a cerimônia:

No dia 23/10/71 Pedro tornou-se um bispo sem anel, sem mitra, sem báculo, sagrado às margens do Araguaia. Com uma cruz de couro feita pelos presos políticos de São Paulo, uma borduna indígena como báculo, um anel de tucum, uma veste tecida pelas mãos das mulheres da região, e um chapéu de vaqueiro substituindo a tradicional mitra, Pedro tornou-se o bispo dos posseiros sem terra, dos índios retirantes, da nova Igreja na América

14 - MOURA, Antonio Carlos, op. cit. p.194.

Latina.(15)

Por ocasião da sagração de Pedro, lançou-se uma Carta Pastoral, "Uma Igreja na Amazônia em Conflito com o Latifúndio e a Marginalidade Social" Este documento contém relatos da situação dos diferentes segmentos da população, mostrando os confrontos existentes na região, localizando os grupos agropecuários instalados e o conflito latente destes com a população local.

A Igreja dava mostras cada vez mais evidente de seu compromisso com os menos favorecidos, na região.

Em 1972, os acontecimentos se precipitaram. Em fevereiro a Associação dos Empresários da Amazônia publica uma matéria denunciando D. Pedro como bispo comunista, a qual circulou nos principais jornais do país. Inicia-se neste mesmo mês, uma série de agressões entre uma empresa agropecuária, CODEARA, e a população de Santa Terezinha. A fazenda avançava sobre área urbana, inclusive destruindo um ambulatório médico. Houve trocas de tiros entre os posseiros e os jagunços da fazenda, resultando em 8 feridos. A política foi acionada contra a população da cidade. O padre Gentel, que vivia na região desde antes da chegada de Pedro, foi responsabilizado pelos acontecimentos e, um ano após, condenado a 10 anos de prisão.(16)

15 - MARTINS, Edison, op. cit. p.107.

16 - Sobre o conflito desencadeado em 1972, em Santa Terezinha, na área de atuação da Prelazia de São Félix do Araguaia ver: ESTERCI, Neide. Conflito no Araguaia - Peões e Posseiros Contra a Grande Empresa. Petrópolis, Vozes, 1987.

No mesmo ano, em setembro e outubro, toda a região foi palco de manobras do exército, sendo desenvolvida a Operação ACISO - Ação Cívico-Social. Consistia, por um lado, em treinamento anti-guerrilha e, por outro, em prestar assistência médica e odontológica à população, além de facilitar a emissão de documentos pessoais. Os órgãos de segurança, na ocasião, suspeitavam haver alguma ligação entre o trabalho da Prelazia de São Félix e a Guerrilha do Araguaia. Entretanto, não conseguiram encontrar elementos concretos que pudessem comprovar essa vinculação.

No ano de 1973 desenvolveu-se uma intensa repressão sobre toda a área pertencente à Prelazia. A finalidade era descobrir pretensas ligações entre o trabalho ali realizado e organizações clandestinas. Portanto, o mesmo objetivo da ação militar desenvolvida no ano anterior. Participaram da operação, centenas de soldados e oficiais do Exército, da Aeronáutica e da Polícia Militar de Mato Grosso. O alvo era a equipe da Prelazia (padres, freiras e leigos) e também posseiros. Segundo Antonio Carlos Moura,

As casas nos povoados eram vasculhadas, posseiros espancados no meio da rua, professoras colocadas em fila sobre a mira das metralhadoras. Os padres, o bispo e as freiras tiveram suas casas revistadas e cercadas. Quatro padres ficaram presos durante uma noite e foram seviciados para revelar onde se escondiam dois agentes leigos. Foram presos e

levados para o quartel do Exército, em Campo Grande, amarrados e algemados, seis agentes pastorais leigos, uma professora, filha da própria região e um líder posseiro. Todos foram torturados para confessar ligações imaginárias entre a prelazia e partidos e organizações clandestinas. (17)

A violência da repressão amedrontou a equipe da Prelazia e a população local. Vários agentes permaneceram presos, entre eles três que ficaram durante 40 dias detidos e outros três por 80 dias. Durante todo o ano de 1973 as ameaças pairavam sobre todos. Apenas no ano seguinte os

Este batismo de fogo ajudou a moldar essa equipe de jovens, alguns muito novos, que ali se encontravam na condição de agentes leigos. Aquela causa deixara de ser apenas do lavrador, do Índio, do peão e passaram a ser de cada um deles igualmente agredidos pelas forças de repressão claramente a favor do latifúndio e da penetração do capital no campo.

A repercussão dos acontecimentos de São Félix, outros agentes para a região. Eram parentes, amigos, conhecidos dos componentes da equipe ou simplesmente outros indivíduos que se entusiasmaram com o rumo dos acontecimentos e estavam dispostos a participar destes trabalhos. Desta forma, a equipe cresce, sendo a ela incorporados médicos,

17 - MOURA, Antonio Carlos, op. cit. p. 195.

profissionais de educação, enfermeiros, etc. Foi possível formar grupos para atuar em todas as pequenas localidades pertencentes à Prelazia.

As equipes espalhadas pelos diversos povoados vão assumindo uma postura cada vez mais identificada com a população local. A estratégia de trabalho era de análise constante das condições do local, críticas e denúncias, que, às vezes, alcançavam repercursão até internacional. As situações de exploração e mesmo de escravização de peões, o avanço das agropecuárias sobre as terras de posse, a conivência de políticos locais com fazendeiros, o serviço da polícia a favor do latifúndio passam a ser amplamente divulgados e muitas vezes satirizados através da equipe da prelazia.

Fundam um jornal que logo se torna o veículo de comunicação mais importante entre as diferentes localidades. Contendo relatos minuciosos dos acontecimentos de cada lugar, informa as diferentes partes da prelazia do que esta se passando nos outros locais. A constituição das equipes facilita esse intercâmbio de informações, geralmente com pessoas de nível universitário e muitos especializados em educação e pesquisas. (Alguns relatos de agentes pastorais, acerca da situação local, constituem verdadeiros trabalhos sociológicos.)

A orientação da Prelazia às diversas equipes de leigos era que observassem o mais possível a vida das comunidades e, se possível, que aprendessem com elas. Os costumes, a linguagem, as crenças e mesmo a religiosidade

popular deveriam ser respeitados. O que está na base dessa orientação é a convicção de que a cultura popular possui uma riqueza que deve ser, pelo menos, conhecida e, se possível, respeitada, valorizada e divulgada.

A conduta das freiras que viviam na Aldeia Tapirapé, muito antes da instalação da Prelazia, ajuda a moldar essa orientação. A atitude delas era de convivência a respeito à cultura indígena. Posteriormente, elas passam a integrar a equipe da Prelazia e, nesse sentido, exercem forte influência em seus membros.

As atitudes de Pedro, ao chegar a São Félix, também tiveram influência sobre a conduta dos integrantes da equipe:

“Posso revelar que os primeiros 18 meses foram de impotência. Quase de permanecer sentado, olhando. Sentado, num sentido figurado, já que as viagens pelo sertão nos possibilitavam ver, olhar, escutar, tentar adivinhar. A poesia, nessa época, transformou-se num paliativo. Escrevi, nessa ocasião, alguns poemas, procurando registrar, captar esse quadro. O isolamento era total. Não havia nenhuma forma rápida de comunicação.” (18)

Essa postura revela que a Igreja procurava realmente desenvolver um trabalho a partir da vida da população. Conhecer o cotidiano do povo era um passo

18 - Entrevista de D. Pedro Casaldáliga a MARTINS, Edilson op. cit. p.48.

necessário para o início das atividades.

Muitos agentes leigos, oriundos de outras regiões do país passaram a adotar até os termos regionais, em uma atitude que demonstrava uma predisposição de assimilar elementos da cultura das populações locais.

Havia aí uma crença velada de que era possível uma revisão dos valores, do estilo de vida desses agentes leigos e um aproveitamento dos elementos do cotidiano dessas populações locais, o que resultaria na inauguração de outra forma de convivência, uma alternativa à sociedade da qual eram oriundos. Nesse sentido é que começa a ser moldada a configuração da construção de uma "terra prometida", onde Igreja e povo formariam um todo.

As equipes se compunham de agentes, padres, freiras e leigos. Eram heterogêneas quanto à formação. Alguns jovens eram ex-seminaristas, com uma formação teológica bem sedimentada. No outro extremo havia alguns que não adotavam e nem praticavam nenhuma religião. Esse fato foi colocado em evidência em um encontro de avaliação da Prelazia. A questão era se seria possível a permanência dos não cristãos. Questionados acerca do porque da participação em um trabalho desta natureza, esse leigos afirmaram que estavam ali porque acreditavam no homem, na possibilidade de promoção humana e na construção de um mundo melhor para todos. Esse era o elo que unia esses elementos portadores de uma formação diferenciada. O idealismo e a disposição do trabalho dos agentes eram o ponto em comum. A maioria se constituía de jovens, oriundos de camadas médias da população e que tiveram

oportunidade de chegar ao curso superior. Mas haviam também ex-operários, filhos das classes proletárias.

O trabalho era constantemente avaliado. O confronto com uma realidade diferente impunha isso como uma prática cotidiana. Mas havia dois momentos, durante o ano, em que toda a Prelazia se reunia com essa finalidade. Durante o mês de julho eram feitas reuniões que tinham por objetivo analisar a realidade, as condições concretas de cada local, os trabalhos desenvolvidos pelas equipes, as condições em que eram efetuados e a eficácia dos mesmos. Era discutida a ação da Prelazia como um todo e analisadas outras experiências similares no país. Geralmente se convidavam elementos não pertencentes à Prelazia de São Félix e que pudessem auxiliar nessas reflexões.

A reunião de dezembro tinha os mesmos objetivos mas priorizava uma avaliação das equipes. Nessa ocasião eram observadas a adequação dos trabalhos de cada grupo com a proposta política global da Prelazia, além de outras questões menores que pudessem intervir nos resultados. A maneira como os diferentes grupos conduziam as ações nos povoados, a adaptação dos indivíduos à equipe e ao local, as desavenças entre os componentes, etc.

Essas reuniões eram momentos importantes em que uma postura política da Prelazia como um todo ia se solidificando. As resoluções votadas em assembléia e seguidas durante todo o ano, só seriam revistas no encontro seguinte, caso fosse necessário. A partir desses encontros, por

exemplo, se resolveu adotar um padrão de vida modesto, mais de acordo com o da população local. Todos os agentes deveriam receber um salário mínimo. Alguns eram funcionários do Município, como os professores, podendo o salário ser um pouco maior. Nesse caso o excedente deveria ser revertido para um fundo comum, o qual seria usado em caso de doenças, viagens ou outras necessidades.

A orientação da Prelazia era no sentido de que cada membro da equipe tivesse um trabalho, uma profissão. Alguns conseguiram contratos com o Estado ou o Município para desenvolverem atividades nas áreas de educação e saúde. Os que não conseguiam esses vínculos empregatícios recebiam um salário da Prelazia. O dinheiro para o pagamento era conseguido através de convênios com entidades do exterior.

As equipes atuavam principalmente nas áreas de saúde e educação. Era uma suplência, já que essas são atividades de responsabilidade do estado. Os religiosos se encarregavam dos trabalhos de pastoral. Havia equipes que se dedicavam ao trabalho na lavoura, como nos locais onde se implantou uma experiência de roça comunitária, que fracassou em poucos anos. O cooperativismo também se desenvolveu em uma localidade, ficando alguns agentes encarregados da coordenação da cooperativa.

O compromisso desta Igreja com as populações menos favorecidas ia se aprofundando. O conhecimento do cotidiano do povo, dos problemas enfrentados por ele, acompanhado de ações concretas, no sentido de modificar essas situações, era o que impulsionava essa Igreja. Não é de se estranhar que as

perseguições políticas tivessem continuado.

Em 1973, o padre Gentel foi obrigado a abandonar o país. Através de um acordo firmado entre as autoridades militares brasileiras e a Embaixada da França, o religioso foi absolvido pelo STM - Supremo Tribunal Militar, mas deveria deixar imediatamente o país. Consumado o ato, um ano depois ele tenta retornar ao Brasil mas, ao chegar, foi preso e expulso definitivamente.

Ainda em 1973 houve uma divulgação através de panfletos, a nível nacional, contendo acusações contra D. Pedro, na qual ele era chamado de comunista e acusado de estar conspirando contra o país.

Em 1975, houve uma intensa mobilização no sentido de se conseguir a expulsão de D. Pedro, a fim de neutralizar os trabalhos da Igreja naquela região. Uma ação contrária do episcopado brasileiro impediu que o ato fosse consumado.

Nova campanha anti-Casaldáliga se desenvolveu em 1975, desta vez partindo de um elemento da própria Igreja. O "Caso Sigaud", como ficou conhecido, teve início com acusações do Bispo de Diamantina contra D. Pedro e a Igreja de São Félix. Este episódio foi amplamente divulgado pela imprensa e alimentado pelas forças da repressão no Brasil. Recebendo forte influência da extrema direita no Brasil, principalmente dos órgãos de segurança nacional, D. Sigaud insistia na necessidade de expulsão do Bispo de São Félix. Prometeu, na ocasião, divulgar um "dossiê" contendo documentos contra D. Pedro. Quando este foi veiculado o

Brasil todo tomou conhecimento de que se tratava de trechos truncados de escritos de D. Pedro. O caso esvaziou-se e mais uma vez foi afastada a ameaça de expulsão. Nessa ocasião, os livros de D. Pedro, tratando principalmente de problemas daquela região foram traduzidos para o português e aqui divulgados.

Estes livros haviam sido editados em Espanhol e circulavam no exterior. No Brasil, por falta de espaço político eles não eram conhecidos. As edições em Espanhol ficavam circunscritas à região da Prelazia. Fora dela, algumas poucas pessoas tiveram acesso a eles, geralmente religiosos ou outros indivíduos muito ligados à equipe de trabalho de São Félix.

A censura e a proibição à divulgação tornavam os livros motivo de curiosidade. Quando, enfim, eles foram editados em Português, encontraram um público receptivo e curioso para conhecer melhor o trabalho desenvolvido naquela Prelazia.

A Igreja de São Félix exerceu uma forte atração sobre muitas pessoas residentes em outros locais, as quais se identificavam com a proposta de trabalho ali desenvolvido. Fica claro que a Igreja toma esse impulso devido principalmente à atuação desse grupo de leigos, coordenados por um bispo que tinha uma clara posição política do lado dos menos favorecidos.

É importante observar que essa atração exercida pela Igreja estava, em parte, ligada ao fato dela constituir-se em uma Instituição, que conseguia canalizar algumas

aspirações populares, no sentido de uma oposição ao sistema político e econômico vigente no país. Considerando o momento atravessado pelo país, a atuação dessa Igreja constituía uma exceção e cumpre um importante papel histórico, no sentido de desencadear um processo de transformação social mais profundo. Como instituição, ela canalizou as lutas populares e serviu como suporte para o desenvolvimento de organizações populares.

Os caminhos desta Igreja acompanhavam o movimento do próprio país. A partir de 1978, uma abertura política maior propicia a formação de novos partidos políticos e o fortalecimento de entidades populares como os sindicatos. A Igreja vai deixando de ser uma voz isolada para ser uma entre outras.

Estes fatos refletem na própria composição das equipes de pastoral, que diminuem de tamanho, enquanto a natureza do trabalho exercido na região também sofre transformações. Os próprios membros das equipes começam a ingressar em partidos políticos, procurando dar uma nova orientação à prática política partidária. Por essa ocasião, já haviam sido fundados Sindicatos de Trabalhadores Rurais na região e muitos passam a atuar através deles. Alguns integrantes das equipes procuram outras regiões do país, como o "Bico do Papagaio", no Norte de Goiás, onde os conflitos pela terra estavam mais acirrados e as situações de exploração, desrespeito humano mais generalizadas.

A grande mobilização de 1981, quando a Prelazia

completa 10 anos, dava mostras desses novos rumos da Igreja naquela região. Dezenas de antigos agentes de pastoral ali se encontraram e o clima de reencontro parecia marcar o fim de uma fase para aquela Igreja. Era como se houvesse esgotado esse tipo de trabalho e a própria natureza aberta e crítica desta Igreja a tivesse auxiliado a perceber com clareza as transformações pelas quais ela passava.

Um trabalho de mobilização popular, pelo fortalecimento de entidades populares, estaria cada vez mais a cargo de outras instituições que tiveram início nos períodos de maior atuação da Prelazia de São Félix do Araguaia.

5 - A Atuação da Igreja Católica em Pontinópolis

Uma análise da atuação da Igreja Católica em Pontinópolis será aqui incluída por se considerar que, a partir do início da década de 70, esta instituição passa a fazer parte do cotidiano dessa comunidade de posseiros. Desde a criação da Prelazia de São Félix do Araguaia, Pontinópolis passou a ser trabalhado sistematicamente. Inicialmente, através da "Campanha Missionária" e depois com a instalação de uma equipe de pastoral que ali se fixou.

Essa localidade recebeu, desde o início, uma atenção especial do padre Pedro, segundo depoimento dele próprio.

O trabalho foi organizado a partir da presença dos agentes de pastoral.

A situação do povoado de Pontinópolis condicionou,

em parte, o trabalho a ser implantado ali.

Logo instalada a equipe, inicia-se uma convivência com a população local. A proposta inicial da equipe era conviver com a população, incentivando a realização de reuniões, as quais teriam o Evangelho como centro. Uma reflexão acerca da palavra de Deus, tomando a própria vida, como exemplo, seria maneira de viabilizar esses encontros.

A permanência da equipe de pastoral, em Pontinópolis, teve dois momentos.

O primeiro, antes da grande repressão de 1973, a qual durou poucos meses. Nesse tempo a equipe se instala e começa uma convivência com o povo. Os acontecimentos de 1973 culminam com a prisão de um dos integrantes da equipe, a qual era composta de apenas duas pessoas. O ano de 1974 inaugura uma nova etapa de trabalhos. A mesma equipe retorna ao local e reinicia as atividades. Começam a desenvolver trabalhos nas áreas de saúde e educação, além de realizar pesquisas na região.

A saúde foi assumida em virtude da prioridade da área. A população era totalmente carente de serviços médicos e hospitalares. Os doentes eram tratados no próprio povoado, com remédios caseiros, simpatias e benzeções. Os curandeiros que, de vez em quando, passavam ou permaneciam no povoado eram muito procurados pelo povo. O médico mais próximo atendia na Fazenda Suiá-Missu, distante mais ou menos duas horas de carro. A cidade de São Félix dispunha de uma certa estrutura, com médicos e hospitais, distando, porém, 120 km de estrada ruim.

Um dos integrantes da equipe era técnico em enfermagem, tendo já exercido a profissão. Quase naturalmente, ele começa a ser procurado pela população, em casos de doenças. É claro que o atendimento que ele tinha condições de prestar era precário. Faltava tudo. O trabalho começa a ser realizado mais em uma linha de prevenção. Mesmo assim, a maioria das situações eram tão graves que escapavam da possibilidade de ação por parte da equipe.

A educação formal, assim como a saúde, tinha caráter de suplência, já que a escola existente funcionava de maneira muito precária. Além disso, através da escolarização, a equipe procurava exercer uma certa influência nos jovens, no sentido de reforçar comportamentos coerentes, com uma convivência mais humana.

A pesquisa visava oferecer dados para uma reflexão mais objetiva acerca da realidade. Nos meados da década de 70, vários levantamentos foram feitos pela equipe, com a finalidade de conhecer melhor a composição da população, a procedência, aspirações do povo, etc. Também sobre a situação das terras de Pontinópolis, a equipe possuía inúmeras informações que propiciavam uma clara visão da estrutura fundiária ali existente.

No ano de 1977 a equipe de trabalho da prelazia recebe reforços de fora. Vieram integrar ao grupo mais outros agentes que passaram a auxiliar principalmente nas atividades de educação.

Em 1978 os novos agentes se desligam do trabalho,

voltando a equipe à formação anterior, que ali permanece até o final dos anos 70, quando seus integrantes se deslocam para São Félix, continuando ligados à Preleziã.

O envolvimento da Igreja com a população decorreu da proposta inicial e da prática adotada pela equipe, a qual procurava todas as formas de se aproximar e de conviver com o povo.

Essa conduta da equipe local estava de acordo com a postura adotada por outras "Comunidades de Base" no Brasil, denominação dada a essas unidades formadas pelo relacionamento Igreja-Povo. De acordo com D. Tomás Balduino,

Várias dioceses iniciaram uma nova pastoral que insistia na evangelização profética e conscientizadora, de preferência à prática tradicional das celebrações e da sacramentalização. A palavra de Deus, na Bíblia, iluminando a realidade, tornou-se a motivação principal dos inúmeros encontros populares, círculos bíblicos, grupos de Evangelho. Surgiu o fenômeno das comunidades eclesiais de base. Depois vieram, como consequência, as organizações populares. (19)

A situação de Pontinópolis é peculiar e isso teve influência no relacionamento da Igreja com a população. As condições de povoamento obrigaram os principais moradores,

19 - Entrevista de D. Tomás Balduino a Antonio Carlos Moura, in SALEN, Helena, "A Igreja dos Oprimidos", 2ª ed., São Paulo, Ed. Brasil Debates, 1981, p.145.

desde o início, a recorrer às ações coletivas, no sentido de permanência no local. Quando a Igreja se instala, já encontra uma população com um certo grau de mobilização e já com uma história de enfrentamentos coletivos.

A Igreja encontrou, então, um campo propício para ali desenvolver os seus trabalhos. A população acostumada a tomar decisões e a agir em conjunto, facilmente se adaptou à proposta da Igreja, de se reunir e tomar a própria vida como exemplo, para uma reflexão acerca do Evangelho.

As condições concretas do local e as bases em que aquela comunidade estava assentada praticamente exigiam essa mobilização.

De um lado o fato da terra ser elemento de disputa entre os posseiros e um suposto dono, fazia com que a permanência dependesse de uma luta coletiva que se travava no dia a dia. O próprio fato de as terras serem "posses" conferia a elas uma instabilidade. Sendo alvo fácil de grileiros, continuar na terra significava ter que criar condições para isso. Por outro lado, desde o início, aquela população empreendeu a coletivização de alguns recursos naturais, essenciais à sobrevivência de toda a população. Conforme será relatado no segundo capítulo, a preservação da mata e da área que continha barro para olaria, além dos pastos, era um empreendimento que exigia uma mobilização constante daquelas pessoas.

Facilmente a proposta da Igreja foi assimilada pelos líderes locais. O elemento religioso foi introduzido para dar continuidade a um tipo de convivência já iniciado e

essencial para a permanência da população naquelas terras.

É neste ponto que ocorre o encontro entre essas duas propostas: a da Igreja e a dos posseiros. Ambas pretendem a construção de uma "terra prometida".

A permanência na terra, a possibilidade de viverem uma comunidade mais fraterna, a criação de condições propícias à produção, a existência de fartura para todos foram os objetivos, que passaram a perseguir.

Em Pontinópolis, o trabalho conjunto Igreja/Povo foi sendo estruturado no sentido de uma luta por melhores condições de vida - acesso à terra, segurança, trabalho digno, saúde, ensino. Para tanto, a pretensão era criar uma vida comunitária, com uma intensa participação de seus integrantes.

CAPITULO 2

A ESTRUTURA SOCIAL EM PONTINÓPOLIS

Este capítulo tem por finalidade a análise das condições básicas em que ocorreu a reprodução dos lavradores de Pontinópolis, enquanto o núcleo era formado basicamente por posseiros, durante as décadas de 60 e 70.

É fundamental o acesso à terra a fim de que o posseiro disponha de um local onde possa aplicar o seu trabalho e o de sua família. A questão da sobrevivência está diretamente relacionada à possibilidade de se conseguir terras.

Uma vez estabelecida em uma localidade, a família camponesa se vê envolvida em uma teia de relações sociais que definem obrigações e direitos em dois diferentes níveis. Primeiramente a nível da família a que se chama de unidade doméstica e, em segundo lugar, a nível da comunidade mais ampla que se cria, uma vez que a região recebe novos migrantes e a população aumenta.

Para a compreensão do processo de povoamento da área e das relações sociais que vão se estabelecendo gradativamente, este capítulo enfocará primeiramente a maneira como os lavradores se apropriam da terra logo que se instalam na região, ou seja, o surgimento das posses individuais. Em seguida, procuro verificar como se deu a instalação do povoado e a edificação e preservação das áreas comuns.

Esses fatores irão interferir nas formas de organização e no tipo de vida social que se cria.

1 - O Processo da Ocupação

A ocupação empreendida pelo posseiro nessa área ocorreu sem um planejamento prévio. Eles foram chegando, expulsos de outros locais, em busca de terras. Uma vez instalados, foram, aos poucos, edificando suas vidas, arrumando o seu pedaço de chão, construindo o povoado.

Nesse sentido, pode-se considerar pertinente a análise efetuada por Octávio Ianni e afirmar que esta é uma "colonização espontânea".

"O que estava ocorrendo na Amazônia, nesses anos, era um singular processo de colonização espontânea. Pouco a pouco, ou de repente, conforme as condições do lugar e as condições das quais provinham, os migrantes iam ocupando terras. Tratavam de construir "morada habitual" e cultura efetiva a fim de garantir fisicamente a posse e o uso da terra." (1)

Espontânea se diz no sentido de não ter um planejamento efetuado por órgãos públicos ou privados. As posses iam se formando e sendo delimitadas à medida que as famílias chegavam e ainda encontravam terra. O Patrimônio se constituiu, a partir da necessidade dos habitantes locais em encontrar e desenvolver certas atividades coletivas. As áreas comuns tornaram-se essenciais à sobrevivência pelo fato de garantir à população o acesso às matérias primas básicas.

1 - Ianni, Octávio, "Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia", Petrópolis, Vozes, 1979, p.15.

O fato destes lavradores empreenderem uma migração sem um planejamento prévio e se embrenharem no desconhecido confere um caráter específico ao tipo de ocupação que efetuam. Para sobreviver, eles têm que se utilizar dos materiais que encontram e criar formas de trabalhá-los. É preciso relembrar que são lavradores pobres, contando, portanto, com poucos recursos para adquirir utensílios, móveis, vasilhas, material para construção de casas etc. Não contavam com a ajuda de órgãos públicos, então para a sobrevivência tinham uma ligação íntima com a criatividade. Eles criam, no dia a dia, os artefatos de que necessitam para sobreviver. Cada móvel da casa é construído com material da região. As técnicas são aprendidas ou criadas de acordo com as necessidades e com o material ao qual têm acesso. Por exemplo, os tambores têm os pés de madeira, revestidos de couro; as redes muitas vezes são tecidas em casa; bancos, prateleiras, mesas são feitos de madeira. As fornalhas são de adobe, fixas no chão.

Assim, o povoamento de Pontinópolis contrasta com o de áreas de colonização onde a instalação das populações é realizada através de órgãos públicos ou de empresas particulares. Octávio Ianni cita um documento governamental de 1973, em que se descrevem as condições ideais para a ocupação de determinadas áreas de colonização oficial, e os planejamentos realizados para aproximar-se do modelo traçado:

"Para melhor atender às necessidades sociais, culturais e econômicas do meio rural, idealizamos três tipos de "Urbs" rurais: a

Agrovila, a Agrópolis e a Rurópolis, formando uma hierarquia urbanística segundo a infraestrutura social, cultural e econômica e tendo cada qual sua função específica. A Agrovila é um pequeno centro urbano destinado à moradia dos que se dedicam a atividades agrícolas ou pastoris e tem por finalidade a integração social dos habitantes do meio rural, oferecendo-lhe condições de vida em moldes civilizados. É um verdadeiro "bairro rural".

Há uma semelhança entre a Agrovila e o núcleo residencial criado pelos posseiros de Pontinópolis, por eles denominado de "patrimônio". Ambos cumprem a função de promover a integração social dos habitantes.

"Os rurícolas, quer sejam proprietários de terras ou simples empregados rurais, devem trabalhar no "lote rural de produção econômica" e residir no "lote urbano na Agrovila", sendo que esse lote urbano poderá ter espaço suficiente para a formação de pomares, hortas e para criação de pequenos animais. Os lotes urbanos são destinados aos proprietários de lotes rurais econômicos e aos empregados rurais (principalmente quando têm família). Os empregados solteiros podem residir nos lotes rurais. ... A "Agrópolis" é

um pequeno centro urbano agroindustrial, cultural e administrativo destinado a dar apoio à integração social no meio rural. Exerce influência sócio-econômica, cultural e administrativa numa área ideal de mais ou menos 10 km de raio, na qual podem estar situadas de 8 a 12 "Agrovilas", que são comunidades menores e dela dependentes.

O conjunto das Agrovilas também se assemelha a constituição dos núcleos de posseiros. Em regiões próximas a Pontinópolis existem inúmeros outros núcleos. Entretanto, foi somente após a instalação da Prelazia de São Félix do Araguaia que se desenvolveu uma integração maior entre esses núcleos. Segue-se a citação de Octávio Ianni:

"A Rurópolis" é um pequeno pólo de desenvolvimento, o centro principal de uma grande comunidade rural constituída por Agrópolis e Agrovilas, distribuídas num raio teórico de ação de cerca de 70 a 140 quilômetros. ... A Rurópolis é um núcleo urbano-rural diversificado nas atividades públicas e privadas, possuindo comércio, indústria, serviços sociais, culturais, religiosos, médico-odontológicos e administrativos, não apenas de interesse local mas sobretudo para servir à sua área de influência. Completa a integração dos seguintes binômios: "rural-urbano",

"agricultura-indústria", "produção-comércio", dando apoio necessário ao desenvolvimento sócio-econômico da região." (2)

Contrastando com este planejamento rígido, o caráter espontâneo é justamente o que possibilita àquelas populações a reconstituição de suas vidas, o recriar de suas tradições e, principalmente, o afrontamento de suas lideranças. Durante a década de 60, foi o fato de não estar amarrado a uma instituição e não estar prestando contas diariamente de seus passos que lhes conferiu uma liberdade de criar e recriar a sua própria cultura e a sua própria vida.

Octávio Ianni vai mais além e considera que esta colonização espontânea é uma maneira de realizar na prática uma reforma agrária. Segundo ele, a única que está sendo de fato implantada no país. Ele afirma:

"... era e continua a ser um fato de existência de largas extensões de terras indígenas e devolutas na Amazônia. E foi essa a base do crescente e extenso afluxo de trabalhadores rurais e seus familiares, principalmente para o Sul do Pará, o Norte de Mato Grosso, Rondônia, Acre e outras áreas. Foi assim que se deslocaram para essas áreas, contingentes de trabalhadores desempregados ou subempregados em outras regiões do país. Isso significa que, na prática, as migrações de

2 - Citado por Ianni, Octávio, op. cit. p. 61.

trabalhadores rurais para a amazônia ou o processo de colonização espontânea configurava uma reforma agrária realizada por esses mesmos trabalhadores e os seus familiares. Estava em curso uma reforma agrária espontânea ou de fato, sem a interferência de governantes, burocratas ou técnicos." (3)

Entretanto, há que se acrescentar a esta análise, uma outra característica que é o caráter provisório dessa ocupação. Assim, se se diz que há uma reforma agrária espontânea, há que se acrescentar "e transitória", pelo caráter de instabilidade que essa ocupação apresenta.

O fato de construir o seu povoado, preservar por um tempo as áreas comuns, não significa que o posseiro conseguiu segurar nas mãos e seu destino, a própria vida. A vulnerabilidade de sua situação, as dificuldades que enfrenta, no dia a dia, para retirar o alimento da terra, a rusticidade de seus instrumentos de trabalho, tudo isso faz com que o universo que ele recria, cada vez que se instala em uma localidade, pode ser destruído, (para tentar ser recriado mais na frente). Na verdade, essa terra prometida, que ele busca, mais uma vez lhe pode ser retirada. Novamente, pode transformar-se em utopia.

É um ponto que merece alguma reflexão. Este posseiro não tem ligações com o INCRA, não faz financiamento em Bancos, enfim, não está vinculado a nenhuma instituição

3 - Ianni, Octávio, op. cit. p. 14.

que possa direcionar a sua vida, a sua convivência, a sua produção, etc. Esse fato propicia um espaço altamente favorável a uma organização social e política a partir de sua própria realidade, portanto proporcionando a recuperação cultural e o aparecimento de suas lideranças. Entretanto, é esse "estar solto" que o torna, por outro lado, tão vulnerável. As suas terras não estão registradas no cartório, o seu dinheiro não está guardado no Banco, ele não possui carteira de trabalho registrada, o seu nome não está nas listas do INAMPS, seu futuro não está assegurado pela aposentadoria. Oficialmente ele é um completo anônimo. A sua vida não está escrita do lado de lá. O posseiro não existe, a não ser através da sua posse, do seu trabalho incorporado ao solo, da sua família em atividade constante. Ele se vê e se encontra enquanto trabalhador é ali no seu chão. E é por isso que o que o apavora, o atemoriza, é a sua separação da terra. Ele "deixa de ser", não se reconhece e não se encontra fora dela.

D. Pedro Casaldáliga, depondo na CPI da terra, assim se expressa:

"Os posseiros expulsos da área, da própria região ou de outras áreas estão se acomodando em pequenos povoados, sem terra e sem perspectivas.

Estes pequenos posseiros estão na seguinte situação: na beira das estradas, em pequenos povoados, sem futuro e sem as mínimas

condições." (4)

Podemos acrescentar que essa falta de perspectiva, esse "sem futuro" e "sem as mínimas condições" provém justamente desse caráter provisório da ocupação. Caso o trabalhador tivesse garantias maiores de permanência na terra e fosse assegurada uma sobrevivência digna nessas regiões que ele constrói, planta a roça e planta o povoado, cria as áreas comuns e cria o seu destino, ele teria perspectivas maiores e horizontes muito mais largos.

É por isso que, no final dos anos 60, quando a Igreja Católica inicia um trabalho na região, ela é bem aceita pelo posseiro. A Igreja aparece como uma instituição que apóia o lavrador no sentido de permanência na terra. Além disso, ajuda a legitimar a relação que os posseiros mantêm entre si e com a terra.

Nesse sentido, o posseiro abre mão de uma organização da comunidade, à partir apenas de suas próprias lideranças, e aceita a intermediação da Igreja, por concebê-la como uma instituição que pode auxiliá-lo a permanecer na terra. A estratégia de trabalho da Igreja facilita a aceitação dos agentes de pastoral, pela comunidade de posseiros.

A Igreja passa a ser vista como um aliado no processo de conquista da terra e de organização da comunidade a partir de sua própria realidade. Ela ajuda o posseiro a construir a sua própria identidade.

4 - Depoimento de D. Pedro Casaldáliga na CPI da terra, in Diário do Congresso Nacional, Seção I, Suplemento ao no 121, Brasília, 28/09/79, p. 560.

Além de acompanhar e coordenar um trabalho de organização dos posseiros, na localidade analisada, a Igreja tem condições, como instituição, de denunciar e mesmo prevenir processos de expulsão, além de legitimar, a nível mais geral, a luta dos posseiros pela terra.

2 - A Instalação da Posse Individual

Como foi relatado no 10 capítulo, as famílias nucleares se deslocavam individualmente para essa região. Logo que chega, a família "tira uma posse", ou seja, simplesmente se apossa de um pedaço de terra.

A apropriação da terra ocorre, então, de forma individual. Cada família trabalha uma gleba e tem autonomia para escolher o que plantar, como e quando. Os limites são dados pela natureza, pelo acesso às terras e aos instrumentos de trabalho e pela disponibilidade de braços.

A medida que a produção se processa dentro da família, condiciona os outros aspectos da vida social. Pode-se considerar a família como "a unidade social básica". A mesma opinião tem Maria Antonieta da Costa Vieira que, analisando também um núcleo de posseiros escreve:

"A organização interna do grupo tem como base a vivência de uma situação, onde produtores independentes relacionam-se como iguais. A família conjugal emerge nesse contexto como a "unidade social básica", em torno da qual está organizada a atividade produtiva. Utilizando a força de trabalho

familiar, cada família tem sua roça, decidindo autonomamente sobre sua produção, sobre a comercialização do seu produto, etc." (5)

Existe uma relação entre o tamanho da gleba e o número de braços de que a família dispõe para trabalhar. Assim, não tem sentido o posseiro "segurar", ou seja, demarcar para si, uma área que não consegue trabalhar.

Entretanto, os primeiros posseiros que se instalaram na região não encontraram limites para fixarem o tamanho das posses. Prova disso é que a maior gleba pertence à família do primeiro morador da região, o qual teria chegado por volta de 1959. Enquanto mais de 90% das posses possuíam, nos meados da década de 70, menos de 300 hectares, a área dessa primeira posse era de quase 1000 hectares.

Por outro lado, quando passa a haver uma pressão maior sobre a terra, com o aumento da população, os próprios moradores fixam uma medida padrão que deveria regular os limites da posse, independentemente do número de filhos ou do tamanho da família. A "Lei do Posseiro", criada pelos posseiros, sob forte influência da Igreja, estabelece que:

"Os lotes serão sempre de igual tamanho, independentemente do número de pessoas da família." (6)

5 - VIEIRA, Maria Antonieta da Costa, "Caçando o Destino (um estudo sobre a luta de resistência dos posseiros do Sul do Pará)", São Paulo, PUC/SP, 1981, p. 113 (Dissertação de mestrado, mimeogr.)

6 - "A Lei do Posseiro", Pontinópolis, 10/07/71, ítem 12, in Prelazia de São Félix do Araguaia, "Uma Igreja da Amazônia em Conflito com o Latifúndio e a Marginalização Social", São Félix do Araguaia, 1971, cap. VI (Carta Pessoal).

O que se observa é que, à medida que a região vai sendo povoada é necessário criar alguma forma de regulamentação para a ocupação das áreas urbanas e rurais. A elaboração da "Lei do Posseiro" é decorrência da intensificação do povoamento. Ocorre também o surgimento dos líderes que vão coordenar esse processo.

O papel das lideranças locais e religiosas vai se tornando mais importante à medida que se intensifica a migração para a região e, com isso, a possibilidade de ocorrerem conflitos entre os que detêm e os que pretendem a posse da terra.

Existe uma relação entre o surgimento dessas lideranças e a explicitação da "Lei do Posseiro". Pode-se considerar que o motivo que os impulsionou foi o mesmo.

Da mesma forma, o "Conselho de Vizinhaça" que foi formado por essa ocasião, também estava fundado nas mesmas razões. Desenvolveu-se como uma espécie de "Conselho Comunitário" e se reunia com certa regularidade a fim de possibilitar a seus integrantes discutirem os problemas comuns. O que impulsionou a formação desse núcleo foi a necessidade de empreenderem uma ação mais enérgica nos casos de violação das normas do grupo, mas, principalmente, para fazer frente às ameaças externas - ação de grileiros de terra, de fazendeiros e do suposto dono da área.

A instalação da Prelazia de São Félix do Araguaia, através da equipe de pastoral, ajudou a criar as condições necessárias à emergência dessas formas de organização do

grupo. As normas contidas na "Lei do Possheiro" estão assentadas em princípios que norteiam a ação da Igreja, (os quais serão melhor analisados no capítulo V.)

Na região, considera-se legítimo o fato de o pretendente solicitar a terra para nela viver e fazê-la produzir, juntamente com a família. Havendo disponibilidade de terra, este indivíduo é bem aceito e, inclusive, existe uma euforia, por parte dos moradores locais, pela chegada de novos habitantes. Isso significa a intensificação da vida social, novos contatos e, por outro lado, a possibilidade de aumentar a produção da região e haver mais fartura.

Os primeiros itens da "Lei do posseiro" ilustram essa realidade:

1 - Este Patrimônio de Pontinópolis se destina a localizar a pobreza, possibilitando-lhes a posse e o cultivo de uma área de terra.

2 - Este Patrimônio é de posseiros, e posseiro é aquele que mora na terra que trabalha.

3 - Cada família do Patrimônio tem direito a um lote de terra de mata para cultura, com 100 braças de frente, sem limites do fundo, com direito a uma aguada.

4 - Aqueles que quiserem morar na rua terão direito a um lote para construir sua casa, de acordo com a divisão já feita.

5 - Enquanto houver área para chácara, cada família terá também direito a um lote com

50 (cinquenta) braças de frente para
chácara." (7)

Para uma família que chega à área é necessário o respeito às posses já formadas anteriormente. Um novo posseiro não pode demarcar para si uma gleba já constituída, sem a autorização do dono. Entretanto, é comum o posseiro antigo ceder uma parte de sua terra, temporariamente ou mesmo definitivamente ao que chega. Em alguns casos mais raros pode haver mesmo a concessão de terras já preparadas para o plantio. Isso ocorre quando a nova família chega fora de época de preparação da terra.

É contrário às normas locais, o apropriar-se da terra, esperando que a situação da mesma seja regularizada. Consideram os posseiros que o que cria a riqueza é o trabalho incorporado à terra, portanto não tem sentido uma gleba ficar inútil à espera de valorização enquanto existem famílias na miséria, por falta de local para se instalar e plantar.

A esse respeito a "Lei do Posseiro" regulamenta:

"6 - Ninguém poderá ter mais de um lote de terra para lavoura, ou mais de um lote para chácara, ou mais de um lote para morada na rua. Se alguém tem mais de um lote, deverá escolher aquele que mais lhe serve e colocar os restantes à disposição dos outros posseiros; se tiver benfeitoria, a benfeitoria será indenizada pelo justo valor; se não tiver

7 - Idem, Itens 1 a 5.

benfeitoria, o lote deverá ser entregue, sem indenização.

7 - Terra de posseiro não pode ser vendida. Pode-se vender apenas a benfeitoria.

8 - O posseiro que já tem seu lote não pode comprar benfeitoria em outro lote, para que não suceda de ele ficar com mais um lote." (8)

Não é considerado correto também o fato de o posseiro, já instalado, avançar sobre terras de outros posseiros. Ou de outros indivíduos, não residentes na região, se apropriarem de terras de posseiros e desalojarem os seus antigos donos.

Quando as desavenças pela terra ocorrem entre posseiros, as mediações se fazem através das lideranças locais e religiosas e, na maioria das vezes, o problema é resolvido, cada parte cedendo um pouco. Nesses casos o instrumento legal de que dispõem é essa regulamentação que criaram.

Mas a "Lei do Posseiro" avança mais, além da preocupação de assentar o homem na terra, garantindo um lote a quem queira ali trabalhar com a família e de regulamentar o seu uso, ela mostra o tipo de propriedade que se quer preservar naquela localidade. O que essa lei legitima é a "posse", como uma forma singular de se ter acesso à terra. E ela procura reservar essa terra para novos moradores que

8 - Idem, itens 6, 7 e 8.

queiram produzir nas mesmas condições. Desta forma, no caso de saída de algum morador, há critérios também para que essa terra seja novamente ocupada.

Subjacente a este conjunto de normas existe a idéia da existência de uma "comunidade camponesa" que teria direito às terras. Ou seja, elas estão reservadas a agentes dessa comunidade que estejam sem ter onde trabalhar. Não são "terras de negócio". São "terras de trabalho". (9)

Os possíveis ocupantes poderão ser familiares, parentes, compradas ou mesmo filhos quando se casam:

9 - Em caso de muda, o mudante deverá vender a benfeitoria e transferir o lote a uma pessoa que ainda não tenha lote. Caso não exista nenhum comprador nessas condições, o lote será entregue na mão do Conselho de Vizinhança que se encarregará de vendê-lo, entregando depois o dinheiro ao mandante.

10 - Se não existir nenhuma pessoa sem lote para comprar a benfeitoria (no caso de mudança), e se o mudante precisar com urgência de dinheiro - não podendo, portanto deixar o lote na mão do Conselho de Vizinhança - somente nesse caso se poderá recorrer a uma terceira possibilidade: a venda poderá ser feita a um posseiro que já tenha lote. O

9 - Este conceito foi utilizado por: GARCIA JUNIOR, Afrânio Raul, "Terra de Trabalho", Rio de Janeiro, Museu Nacional/UFRJ, 1975, (Dissertação de Mestrado, mimeogr.)

comprador, entretanto, deve comprometer-se, assinando um documento, a ceder a posse assim que aparecer comprador para a benfeitoria.

11 - É cabível a demarcação de mais de um lote, confrontos, para familiares e parentes. O prazo para início do serviço será fixado pelo Conselho de Vizinhança.

13 - Quando um filho de posseiro se casa, recebe um lote." (10)

Percebe-se claramente que esse conjunto de leis que regulamenta a comunidade de posseiros, mesmo sendo originário da prática cotidiana desses lavradores, recebe influência da Igreja. Ele estabelece normas de comportamento para seus membros. A "Lei do Posseiro", nos seus 21 Itens, não contém uma instrução sequer de como deve agir o indivíduo que quer desalojar posseiros, grilar terras, comprar os direitos, esperando que a terra valorize. Nestes casos citados, os elementos seriam externos à comunidade.

Esta, então é uma forma de estabelecer um limite social para os habitantes da localidade. Aliás o Item 1 expressa de maneira extremamente clara:

"1 - Este Patrimônio de Pontinópolis se destina a localizar a pobreza, possibilitando-lhes a posse e o cultivo de uma área de terra." (11)

Subjacente a isso está presente uma noção do espaço

10 - "A Lei do Posseiro", op. cit. Itens 9 a 13.

11 - Idem, Item 1.

social por eles ocupados. Os lavradores da região se consideram como parte da "pobreza" e estabelecem um espaço para a sua reprodução enquanto tal. Dessa forma a "lei do Possheiro" reflete a consciência de sua inserção social.

Ter um comportamento regulado por normas comuns, coordenadas por um "Conselho de Vizinhança", formado pelos líderes locais e agentes de pastoral é uma estratégia para enfrentar as adversidades que compõem o seu dia-a-dia. São elementos importantes, portanto, desse processo de reprodução deste campesinato.

E estas formas de organização tanto servem para manter a coesão do grupo como se constituem em elementos de mobilização para o caso de conflitos abrangendo agentes externos. Nesses casos, os líderes locais e os padres são procurados como intermediários ou como apoio. Uma carta enviada por um posseiro a um dos "fundadores do Patrimônio" ilustra uma situação assim:

"Distinto amigo Z.D.

O fim desta é somente para lhe avisar que o Albertino está me injuriando, que vem me botar a polícia, que eu não devo morar aqui. Ele é fuxiqueiro. Está fuxicando com o meu nome. Não para aí. Eu sei dos seus feitos. Que você mais os padres vejam que jeito podem dar neste povo.

Que eu não posso com tubarão.

Nada mais.

3 - O Surgimento do Povoado

O povoamento da região foi se dando de maneira lenta. Os desbravadores, uma vez instalados, comunicavam-se de alguma forma com parentes, amigos, compadres, conhecidos, dando notícia da existência de terras devolutas.

Assim, a maioria dos habitantes são ligados por laços de parentesco. Quando não o são e, uma vez chegando à região, logo se estabelecem laços de amizade, de compadrio ou mesmo de vizinhança. O casamento é outra forma de unir diferentes famílias.

A medida que aumenta a população na área, um povoado começa a surgir.

Progressivamente foi se formando um conjunto rural e urbano ao qual os habitantes denominaram "Patrimônio de Pontinópolis.

Os primeiros moradores, chamados "fundadores" foram Antonio Batista Gomes e José Antonio dos Santos. Ambos tiveram grande participação na formação do povoado.

A necessidade de criação de uma infra-estrutura urbana mínima motivou o aparecimento deste pequeno aglomerado de casas. Ali se abriram ruas, demarcaram-se os lotes e se desenvolveu um pequeno comércio. Foi construída uma escola, embora nem sempre tivesse condições de funcionar. Mais tarde foi erguida também uma Igreja Católica.

A maioria das famílias que possuem posse rural, se

12 - Carta do posseiro F.P. a um dos líderes locais, José Antonio dos Santos, apelidado Zeca da Doca, 1973.

apoderava também de um lote no povoado e ali construíam uma casa. Esta divisão do solo urbano também era coordenada pelas lideranças locais, conforme se viu no item 4 da "Lei do Posseiro": "Aqueles que quiserem morar na rua terão direito a um lote para construir sua casa, de acordo com a divisão já feita".

A divisão a que a "Lei" se refere havia sido estabelecida anteriormente pelos "fundadores" do povoado, os primeiros posseiros a se estabelecerem e naturalmente possuíam liderança entre os outros.

O povoado passa a ser sede de várias atividades coletivas. A criação desse ambiente comum teve como resultado a recuperação de cerimônias, comemorações e rituais praticados nas regiões de origem, como por exemplo, as festas religiosas e o cerimonial que acompanha a morte das pessoas. A instalação do povoado teve como resultado um enriquecimento cultural, pois para ali se dirigiram populações oriundas de diferentes localidades. Houve uma troca e também a criação de novos elementos culturais.

A parte urbana do Patrimônio de Pontinópolis foi construída pelos posseiros, sem nenhuma ação de qualquer órgão federal, estadual ou municipal. Segundo palavras de uma moradora dessa localidade, "aquí tudo foi feito com os braços dos nossos homens". As ruas, casas, a escola, tudo se construiu pelos habitantes locais. Algumas edificações dependeram de um trabalho coletivo, como o desmatamento inicial para a instalação do patrimônio, a abertura das ruas e a construção da escola. Já as casas eram e ainda são

construídas pelos seus donos. Cada família "levanta" a sua residência, utilizando material retirado da própria região.

A "Lei do Posseiro" legitima a existência da rua e estabelece responsabilidades aos habitantes, com relação à sua conservação:

"19 - Na rua localizam-se as moradas dos posseiros, de acordo com o traçado e a divisão feitos. O ajuntamento do povo na rua possibilita a existência de comércio, escola, igreja e outros benefícios para o Patrimônio.

20 - Cada família se responsabilizará pela limpeza da frente da área de sua casa, a fim de que toda a rua fique bem apresentada.

21 - Para defesa da saúde do povo, cada casa deverá ter seu próprio poço e sua própria privada, construídos de acordo com os princípios de higiene." (13)

Quando a lei atribui responsabilidades aos próprios habitantes pela conservação da "rua", ou seja, do povoado, percebe-se falta de ação de qualquer órgão público nesse setor. A limpeza da rua deve ser feita pelos moradores. Cada um deve se suprir de água e se encarregar do seu esgoto.

No povoado, as ruas são traçadas largas e retas, formando quarteirões espaçosos. O terreno arenoso auxilia um pouco na conservação das mesmas. Apesar de não disporem de máquinas para a recuperação das vias públicas, elas não

13 - "A Lei do Posseiro", op. cit, Ítems 19, 20 e 21.

apresentam grandes problemas como sulcos ou crateras devido a um trabalho de conservação empreendido coletivamente pelos moradores. Os lotes para a construção das casas são grandes, permitindo-se a utilização para pomares e hortas caseiras - estas últimas mais raras - e ainda para a criação de animais domésticos, principalmente galinhas.

Quanto à construção das casas a maioria utiliza adobe para levantar as paredes. O adobe é um tijolo, seco ao sol e utilizado cru. A cobertura é de palha de palmeira trançada. Quando bem feita resiste por vários anos e é impermeável às chuvas. Também esse tipo de cobertura refresca muito a casa, que se mantém sempre com uma temperatura muito agradável, mesmo nas horas de sol forte. Algumas poucas casas são construídas de alvenaria e coberturas de telhas.

As casas geralmente são espaçosas. Possuem sala, cozinha, variando o número de quartos conforme o tamanho da família. Podem ser dois, três ou até mais. Muitas possuem uma área coberta na parte de trás. O piso é "chão batido" - terra molhada e bem socada. Poucas casas são cimentadas.

Quanto à conservação, as mulheres do local têm orgulho de trazer as casas bem varridas e com um aspecto muito bom. Quem entra nas casas, logo percebe os copos de alumínio bem colocados na sala, brilhantes e em lugar visível. Todo o alumínio que elas possuem são "areados" regularmente e ficam dispostos em prateleiras na cozinha ou mesmo na sala.

O mobiliário das casas é simples. Pequenos tamboretas individuais estão presentes em todas elas. Uma pequena mesa (cantoneira) sustentando um pote de barro com água, em um canto da sala; uma prateleira com alumínio ou apenas uma tábua pregada na parede, servindo de suporte aos copos; as vezes uma rede. Na maioria das cozinhas, há apenas um fogão à lenha, uma prateleira e uma mesa, geralmente construída com madeira resistente. Atualmente são comuns os fogões a gás. Existe, no povoado, um armazém que vende butijões cheios. Entretanto as casas ainda conservam as antigas fornalhas e as utilizam esporadicamente. Fora das casas há sempre um grande girau, feito de talo da folha de buriti ou de taquaras e ali são lavadas as vasilhas e, eventualmente, roupas. Nos quartos ficam as ruas e redes de dormir. Durante o dia são amarradas de um lado, ficando os quartos quase completamente vazios. Alguns possuem cama, o que é mais raro. As roupas são guardadas em baús ou malas, colocadas sobre bancos de madeira. Os guarda-roupas não são muito usados.

Para suprir a casa de água uma cisterna, geralmente muito bem construída com uma beirada alta, cimentada e revestida internamente por paredes de tijolo. Entretanto, devido ao fato de o terreno ser arenoso, é difícil a sua conservação, apresentando esbarrancamentos - queda das paredes laterais inutilizando o poço. Nos meses de julho e agosto, as vezes até setembro, período de estiagem, é comum a cisterna se secar. É preciso então, "dar fundo" ou seja, tirar a terra até encontrar água novamente. Quando a seca se

prolonga é preciso repetir a operação com frequência. Esta é uma das causas de deterioração dos poços, facilitando o esbarrancamento.

Com relação às fossas sanitárias, a maioria das casas as possuem. Cercadas com folhas de palmeira, são fossas negras. Contaminam facilmente o terreno e, muitas vezes a água da cisterna. Apesar dos terrenos das casas serem muito espaçosos, só eventualmente a distância ideal entre o poço e a fossa é mantida. Assim mesmo, parece ser por coincidência, já que a população, de maneira geral, ignora esses cuidados. O resultado é que grande parte da população sofre de verminose crônica. Outro problema que ocorre é que as fossas comumente ficam cheias de água, principalmente no tempo das chuvas, o que facilita a contaminação do terreno e da água da cisterna.

As roupas são lavadas em um riacho que fica bem próximo da cidade. Também a maioria das pessoas só toma banho neste riacho. Existem também os chamados "olhos d'água". São nascentes aproveitadas para a construção de pequenas represas. São comuns nos quintais das casas "mais baixas", ou seja, construídas nos locais que apresentam um declive maior e mais próximas do riacho. Estes também são usados para banho e para a lavagem de roupas. São locais muito bonitos, cercados de palmeiras e de outras plantas nativas.

O povoado, até meados de 80, não tinha luz elétrica. A noite as ruas eram muito escuras com exceção das noites de luar. Estas eram bem aproveitadas pelas crianças

para brincar de roda e de outros folguedos, até tarde da noite. Nestas ocasiões, muitos traços culturais eram recuperados, principalmente as músicas que acompanham as brincadeiras. As casas eram iluminadas com lamparinas a querosene. Algumas poucas possuíam lanpeões a gás.

O povoado passou a ser um ponto de referência, uma atração para os lavradores, mesmo para os que não possuíam casa ali. Periodicamente para lá se dirigiam para fazer suas compras, assistir às festas religiosas, as cerimônias de casamentos ou mortes, etc. A escola, quando funcionava bem, era outra forma de atrair a população. Alguns posseiros montavam casa na "rua" apenas para que os filhos pudessem frequentá-la. Alguns enviavam os filhos para as casas de parentes ou de compadres para que pudessem estudar. Enfim, o povoado tornou-se o centro daquela localidade.

Ao propiciar a reunião constante dos posseiros, a existência do povoado facilitou a mobilização e a luta pela terra.

4 - Áreas Comuns

Nas regiões de predominância do campesinato, é comum a presença de áreas de uso comunitário. O que explica a sua existência é o fato de serem áreas que complementam as glebas individuais e são naturalmente utilizadas por todos os moradores. Geralmente constituem em reserva de matéria-prima, áreas de pastos, de barro para cerâmica, etc.

Em Pontinópolis estas áreas existem e elas têm o sentido de propiciar aos habitantes do local algumas matérias

primas que são básicas, necessárias à sua sobrevivência.

Uma destas áreas é a "reserva de mata".

O tipo de vegetação predominante em Pontinópolis é o cerrado, com arbustos tortos e baixos. Em parte, a área é coberta de matas mais densas.

As terras de matas, uma vez desmatadas, são melhores para a agricultura porque são mais férteis. Entretanto, elas sofrem um desgaste, principalmente porque o que predomina na região é um terreno arenoso e com muito pedregulho. Depois de dois ou três plantios, é necessário deixar a terra descansar por um certo período a fim de que ela se recupere. Mesmo assim ela nunca mais terá a fertilidade da terra recentemente desmatada. Isso faz com que o posseiro periodicamente derrube uma parte de sua área de mata. Conseqüentemente estas vão se tornando mais raras na região. Essa prática advém do fato de o posseiro não ter possibilidades técnicas de recuperar o solo. Entretanto, é a mata que fornece a madeira para a construção das casas e dos móveis e as palhas próprias para a cobertura. Frente à possibilidade do esgotamento das áreas de mata, os primeiros posseiros, denominados "fundadores", delimitaram uma reserva para a coletividade, situada próxima ao povoado.

A fim de proteger esta reserva, fizeram as picadas separando-a das áreas de posse e passaram a exercer vigilância para sua conservação. A guarda da mata tem que ser reforçada nos períodos de seca, devido ao perigo de incêndio. Os moradores locais, posseiros da região, sabem da sua

importância e empenham-se na sua defesa. O mesmo não ocorre com relação aos grileiros, interessados apenas na ocupação das terras. Em momentos de ameaças à reserva, os lavradores se reúnem para discutir as estratégias a serem usadas a fim de evitar que façam picadas dentro da mata, dividindo-a. Só a mobilização dos homens consegue barrar o trabalho de peões ou jagunços. O Conselho Comunitário, já citado, tem um papel importante nestes momentos. Os lavradores se dirigem as áreas onde ocorrem as pendências, munidos com as suas rústicas armas de caça, a fim de enfrentarem os invasores.

Outras áreas de uso comum é a "olaria", que também fica próxima ao povoado. Esta área, com barro próprio para fazer tijolo, não foi anexada a nenhuma posse, ficando à disposição de todos os moradores. Quando estes têm necessidade de tijolos ou telhas, deslocam-se para lá, com algum membro da família ou algum amigo e, durante alguns dias, fabricam o material necessitado. Este pode ser utilizado na construção das próprias casas como também pode ser vendido. É uma forma de complementar a renda familiar.

Houve tentativa de moradores do Patrimônio, de uma mesma família, de fazerem picadas dentro da mata e cercarem a olaria. Das duas vezes foram impedidos pelos outros posseiros. O discurso utilizado para tentarem cercar a área de barro era a possibilidade de ali construírem uma olaria, com uma produção razoável e que poderia dar empregos para muitos habitantes locais. A resposta dos posseiros foi que, uma vez construída a olaria, eles teriam que comprar os tijolos e telhas de que necessitassem. Como eles não dispõem

de dinheiro, não teriam mais acesso a esses materiais. E desta vez a área não foi cercada.

Considera-se que não se pode generalizar a partir desse fato e considerar que o lavrador daquele local seja contrário à modernização ou à implantação de um empreendimento empresarial na área. O fato de defenderem a colaria, como área coletiva, advém da importância que o acesso a ela representa para eles.

Com relação às áreas de criação de animais, não se pode dizer que existem pastos coletivos. No entanto, enquanto a forma de propriedade dominante é a "posse", o gado é criado nos locais reservados para tal fim, não havendo problema de confinamento apenas nas terras do proprietário do animal. Isso significa que, se há pastos disponíveis, o animal pode andar tranquilamente de uma posse para outra ou de uma chácara para outra. O posseiro que possui um número maior de animais do que a sua posse comporta utiliza, sem maiores problemas, a área ociosa de outro posseiro.

O cuidado a ser tomado deve ser com relação às áreas de lavoura, destinadas à cultura de cereais. Estas devem ser isoladas dos pastos. Ou vice-versa. A "Lei do Posseiro" incide sobre esses pontos:

"14 - A mata do Patrimônio se destina à lavoura, isto é, à cultura de cereais, legumes, etc.

15 - Na área de lavoura não é permitida a formação de pastos para gados ou animais,

para que a grama não enpeste as roças alheias, e para que os gados e animais não invadam a plantagem dos vizinhos.

16 - É permitida a formação de pastos na área destinada a chácaras.

17 - Ao posseiro que interesse, é permitido o plantio de uma pequena área de grama da qualidade "mandante", "pangola" ou congêneres para agasalho de seu animal, ou bois carreiros. Em qualquer caso, o pasto deverá ser cercado.

18 - Nenhuma roça deverá ser cercada de arame. Toda cultura ficará no aberto." (14)

A "Lei do Posseiro" não se refere à invasão de gado em propriedades alheias. A preocupação que ela expressa é com relação às áreas destinadas à lavoura e aos pastos, as quais devem ser devidamente separadas. Com relação ao que deve ser cercado, embora a "Lei" especifique que o gado deve ser confinado e a roça ficar no aberto, nem sempre isto acontece. Muitos posseiros usam cercar a lavoura e criar o gado solto, sendo responsável pelos danos que porventura seus animais venham causar.

Uma vez estabelecida uma forma de ocupação da terra, os posseiros vão, gradativamente, organizando a produção, com vistas à sobrevivência.

14 - Idem, Ítems 14 a 18.

CAPITULO 3

- A Organização da Produção

O que se segue tem por objetivo a análise das condições materiais que garantem a reprodução dos camponeses de Pontalópolis. Trata-se da organização da produção, do consumo e da comercialização desses lavradores. Procura-se mostrar como se dão as relações sociais que são estabelecidas no processo de trabalho. Busca, ainda, a compreensão da maneira como o trabalho camponês se articula com a sociedade capitalista.

O processo de produção destes camponeses tem um duplo aspecto. Por um lado, ela lhe possibilita manter-se isolado, viver em regiões de fronteira, escapar de uma subordinação direta ao capital, na forma de proletarianização. Por outro lado, pelo fato de a produção não cobrir todas as necessidades da família camponesa, ela precisa produzir um excedente para comercializar. Neste momento, estabelecem-se laços com a sociedade mais ampla.

1. - O Processo de Produção

A terra é o principal meio de produção, na localidade analisada. O acesso a ela é a condição básica de inserção do trabalhador nessa comunidade. Só permanece como possuidor aq, quem tem possibilidades de trabalhar a terra, reunindo as condições necessárias, consumindo parte da produção e comercializando um excedente.

Pelo isolamento em que este núcleo vive e pela

impossibilidade de usufruir do resultado de uma divisão do trabalho a nível mais estrutural, esta localidade vive do seu próprio esforço. Este fato limita a possibilidade de consumo quase exclusivamente ao que é localmente produzido. A pequena circulação de dinheiro faz com que a população sobreviva basicamente do que produz, consumindo e trocando no interior da própria localidade. Adquire de fora, apenas o essencial, ou seja, um reduzido número de produtos.

A produção está estreitamente relacionada às necessidades de sobrevivência e reprodução da família camponesa. Destina-se a cobrir as necessidades de consumo dos bens produzidos e a comercializar uma parte. O produto total, ao final de um ano de trabalho destina-se à reposição das condições necessárias ao funcionamento da unidade de produção, portanto à alimentação e vestimenta da família e à aquisição dos instrumentos necessários à produção. Desta forma, há uma estreita ligação entre produção e consumo.

O controle do processo produtivo é estreitamente familiar, sendo que existe um elemento que coordena a produção. Geralmente é o pai e, na falta deste, pode ser a mãe ou um filho mais velho. Existem normas de autoridade dentro do grupo doméstico que estão ligadas às tarefas desenvolvidas. O que é levado em conta na organização do trabalho são as diferenças de sexo e idade.

Os fatores que interferem na produção são principalmente o número de pessoas que compõem a família, a mão de obra familiar disponível, o tempo de permanência no local e as condições naturais, além, é claro, da possibilidade de uso

da terra e d acesso aos instrumentos de trabalho.

1.1. - A Lavoura

Os posseiros de Pontinópolis, sem exceção, desenvolvem a lavoura. Apenas alguns possuem animais. Pode-se dizer que a lavoura é a atividade básica e a pecuária é apenas complementar. Entretanto, a aspiração de muitos é ir aumentando os pastos destinados aos animais a fim de possibilitar o crescimento do rebanho.

O destino das áreas rurais foi estabelecido, na prática, desde a chegada dos primeiros moradores. A "Lei do Posseiro", estabelecida posteriormente, incidiu também sobre a utilização do solo, regulamentando e reforçando antigos procedimentos.

"Art. 14 - A mata de Pontinópolis se destina à lavoura, isto é, à cultura de cereais, legumes, etc."

"Art. 15 - Na área de lavoura não é permitida a formação de pastos para gados ou animais, para que a grama não empestas as roças alheias e para que os gados e animais não invadam a plantagem dos vizinhos."

A área de mata foi, desde o início, destinada à lavoura. Este fato mostra a importância a ela atribuída. As terras de mata são as mais férteis. Uma vez desmatadas elas propiciam de 2 a 4 anos de cultura com boa produtividade.

As plantações de arroz, milho, mandioca e feijão constituem a base das lavouras de Pontinópolis. No meio das

rosas, cultivam-se, esporadicamente, a abóbora, o pepino, o maxixe, a melancia e a mandioca mansa. O abacaxi é encontrado em algumas posses, mas apenas para o consumo da família e há bananeiras em todas, propiciando abundância. A variedade mais comum é a banana-maçã. As frutas cítricas praticamente desapareceram da região, devido a uma praga que tem dizimado esse tipo de plantação. Os posseiros desconhecem uma maneira eficaz de combater a doença.

O arroz, o milho e o feijão são plantados e colhidos apenas uma vez por ano. A impossibilidade de se utilizar a irrigação artificial e a inexistência de qualquer forma de recuperação do solo impedem que sejam praticadas duas ou mais culturas anuais. Entretanto, o trabalho, dispendido desde o preparo da terra até a colheita, consomem quase o ano todo. Geralmente o arroz e o milho são plantados juntos, em um mesmo terreno, em períodos um pouco diferentes, o que facilita o controle do mato e das pragas. A mesma "limpa" serve para as duas culturas.

O trabalho da lavoura tem início nos meses de junho/julho, quando são feitas as ceceiradas. Em agosto/setembro, são realizadas as queimadas. Após o preparo do terreno, as chuvas marcam o início do plantio. O período chuvoso prolonga-se mais ou menos de setembro/outubro a março/abril.

Em outubro planta-se o milho. Este é normalmente colhido com quatro meses, com exceção da variedade denominada de "milho ligeiro", cujo tempo de maturação consiste em três meses.

Entre os meses de novembro e dezembro é plantado o

arroz. Igualmente este pode ser colhido com três ou quatro meses, dependendo da qualidade. Antigamente só havia uma variedade que amadurecia com seis meses. Atualmente não é mais usada. A colehita do arroz varia entre fevereiro e março, quando é o de três meses e entre março e abril, quando é o de quatro.

O milho, mesmo depois de maduro, pode permanecer no pé por algum tempo. Assim, a sua colheita às vezes é realizada só em maio. Em fevereiro, dobra-se o caule do milho, com a finalidade de fazer sombra no terreno. Nessa época é plantado o feijão da seca, que fica protegido pelo milharal, o qual lhe serve de suporte. Sendo uma cultura mais exigente, a produtividade do feijão em áreas não adubadas é muito baixa. Algumas vezes ele nem é plantado pelo posseiro, que acredita não compensar o trabalho dispendido.

A colheita do feijão é realizada nos meses de maio/junho. Em seguida, inicia-se novamente a preparação do terreno para novas plantações. Este ciclo se repete ano após ano.

Para se utilizar o mesmo terreno de maneira consecutiva os habitantes de Pontinópolis utilizam a expressão: "planta-se a palhada". Nesse caso, após a última colheita, faz-se o destocamento, para arrancar os tocos das antigas plantações. Esta operação é realizada com a enxada e, havendo necessidade, é utilizado também o enxadaço.

No último ano de utilização do terreno com o arroz, milho e feijão, planta-se a rama de mandioca. Normalmente, o

plantio é feito em outubro, para aproveitar o tempo chuvoso. Mas pode ser realizado de outubro a abril.

Uma vez plantada a mandioca, ela permanece no chão até por três anos. Colhido o milho e o arroz, a mandioca fica na terra. Roça-se o mato e ela "se forma". Com mais ou menos um ano e meio, já está boa para fazer a farinha. Vai sendo arrancada na medida da necessidade. O mandiocal deve ser renovado todos os anos, no local onde foi colhido. Após o esgotamento do mandiocal, quando não ocorre a sua renovação, o terreno fica em descanso por três ou quatro anos. Neste período a capoeira, um mato fino, ralo, se forma. Ao final deste tempo, havendo necessidade, a terra pode ser novamente roçada e plantada. O tempo de repouso serve para lhe devolver a fertilidade perdida, durante os anos de utilização intensiva.

A roça do posseiro é chamada pelos habitantes da localidade de "roça de toco", devido ao aspecto que ela apresenta.

Para se iniciar o trabalho, roça-se o mato baixo, com o auxílio da foice. Em seguida, faz-se a derrubada dos paus mais altos e fortes, com o auxílio do machado. Depois de secas as ramagens, atea-se fogo. Geralmente, em terrenos recentemente desmatados, o fogo não é suficiente para "limpar" o terreno. Neste caso, faz-se a coivara. Empilham-se, então, os troncos e galhos não queimados, inteiramente, para de novo lhes atear fogo e desembaraçar o terreno.

Uma vez preparado o chão, espera-se pelas chuvas para iniciar o plantio. De acordo com o método tradicional, a

plantação era realizada com a enxada ou com o enxadão. O homem ia cavando os buracos, sendo acompanhado pela mulher ou por um filho, que fazia a sementeira. Nesse caso, o plantio só podia ser feito por, no mínimo, duas pessoas. Quando a família não contava com filhos em idade de auxiliar o pai na roça, a tarefa de sementeira cabia à mulher. Em geral, nos primeiros anos de casamento, todas as mulheres praticavam essa atividade.

Com o passar do tempo, o uso da enxada no plantio foi sendo substituído pelo da "matraca". É uma peça cuja forma lembra uma tesoura com a ponta voltada para baixo. Batida no chão, ela própria faz o buraco e, movida por um mecanismo interno, despeja ali a semente. A pessoa que a manuseia, então, com o auxílio do pé, joga a terra sobre o buraco. E assim sucessivamente. Com o auxílio da matraca o plantio pode ser realizado por uma única pessoa. Seu uso requer aprendizagem e habilidade, a fim de que possa ser feito com rapidez e sem cansar em demasia a pessoa que a manuseia. Geralmente é o homem, mas havendo necessidade a mulher também aprende a lidar com esta ferramenta.

Depois de plantado o milho e o arroz se fazem duas ou três "limpas" no terreno e se retira todo o mato que cresce entre as fileiras. A presença das pragas enfraquece a planta e dificulta depois a colheita. É por isso que o mato tem que ser arrancado. A ferramenta usada para isso é a enxada.

A colheita do arroz antigamente era feita com as

mãos, quebrando-se o cachinho e jogando-o no cofo, uma espécie de balaio feito de palha de coqueiro. Este método foi abandonado e o arroz passou a ser cortado com o auxílio do cutelo. Este é um instrumento cortante, uma faca semicircular de ferro. a incisão é feita bem em baixo, no pé do arroz, deixando um talo comprido, com o cacho na ponta.

Após o corte o arroz é empilhado sobre um pano grosso. Ele pode permanecer assim por alguns dias, sendo bem coberto por talos. Em seguida, é batido. Faz-se um feixe nas mãos e bate-se fortemente o cacho sobre um girau de madeira colocada sobre um pano estendido no chão, até que os grãos se soltem. É por isso que é necessário deixar um talo comprido, pois facilita o ato de bater. Para separar as palhas dos grãos cheios usa-se abanar o arroz em peneiras de palha. Espalha-se bem o arroz, sobre uma superfície limpa, para deixá-lo secar. Se o sol é forte, em poucos dias se completa a secagem. Finalmente é ensacado e empilhado, em local livre de umidade e de animais roedores, ou se não se dispõe de sacos para embalagem, o arroz é guardado em tulhas, especialmente construídas para esse fim. A tulha é um tipo de celeiro construído em casa, em um canto, às vezes na ponta de um corredor ou em um quarto não utilizado para dormir. Faz-se uma parede baixa, separando uma parte do cômodo, a fim de abrigar o arroz.

A colheita do milho é muito simples. com as mãos, quebra-se o pé da espiga e esta é colocada em um balaio. Normalmente ele é colhido bem seco, pronto para ser guardado. Usa-se o milho verde, assado ou cozido, para alimentação.

Também serve para o preparo de pamonha, curau e outros pratos. Porém, como é muito curto o tempo em que ele permanece verde, a quantia gasta com esta finalidade é muito pequena. Quase todo o milho é guardado para o trato dos animais. Alguns posseiros possuem um paiol, espécie de tulha construída fora da casa, especialmente para abrigar o milho.

O feijão também é colhido com as mãos. As vagens retiradas do pé se colocam em balaaios. Posteriormente empilhadas, em um pano grosso, são deixados ao sol até que as sementes estejam todas secas, já que no momento da colheita normalmente o amadurecimento está desigual. O próximo passo é a bateção. As vagens são espalhadas e batidas com um pau, até que a casca se separe das sementes. Depois disso o feijão é abanado em grandes peneiras construídas com palha trançada. Uma vez limpo, é ensacado e guardado.

Diferentemente das outras plantações, a mandioca não tem uma época certa para ser colhida. Ela pode permanecer no chão até por três anos. consomem-se duas variedades: a mandioca brava, para farinha e a mandioca mansa que pode ser usada diretamente pela família camponesa e serve também de alimento aos animais.

O fabrico da farinha exige uma especialização maior. Compõe-se de várias etapas. É realizado quando a família do posseiro dela necessita para a alimentação ou para a venda. É um produto relativamente fácil de ser comercializado. A quantidade de farinha a ser feita está ligada à necessidade que se tem do produto.

Existem duas variedades de farinha usadas na localidade: a farinha de puba e a farinha branca. O processo de fabricação de ambas compõe-se de várias etapas.

A mais apreciada e, portanto, mais consumida, é a farinha de puba. Para fazê-la, primeiramente se arranca a mandioca. Em seguida ela é lavada e deixada de molho na água, com casca. Ali permanece por três a quatro dias até amolecer. Quando a "puba" está mole, é descascada e conduzida para um cocho alto, a fim de ser socada, com o auxílio da mão de pilão. O cocho é bem comprido, feito de madeira, um tronco de árvore ocado. Ao mesmo tempo, rala-se uma quantia menor de mandioca que não foi na água e mistura-se com a "puba", ou seja, com a massa socada. O próximo passo é colocar a massa na prensa onde deve ficar em repouso por um dia.

A prensa é construída com madeira. Assemelha-se a um pequeno cercado. É feita com quatro madeiras grandes laterais, fincadas no chão na vertical; duas madeiras grandes e resistentes na base, colocadas na horizontal, rentes ao chão; várias madeiras trançadas, formando as paredes da prensa, colocadas umas sobre as outras em sentido horizontal e presas às madeiras colocadas verticalmente.

A prensa é forrada com folhas de uma palmeira chamada piaçaba. Coloca-se uma camada de massa, cobrindo-a com a mesma palmeira e assim sucessivamente, até que toda a massa esteja prensada. Coloca-se um peso sobre as últimas folas, geralmente seis toras de madeira, na horizontal.

No dia seguinte a massa é retirada da prensa, coada e lavada. A água utilizada na lavagem da massa é deixada em

repouso. Depois de algumas horas uma massa fina estará assentada no fundo da vasilha. Escorre-se, então, a água e se deixa o resíduo secar ao sol. O produto obtido é o polvilho. Depois a massa é levada ao forno a fim de ser torrada. O forno tem as laterais de madeira e o fundo é feito de uma lata resistente, geralmente utilizando um tambor de óleo cortado ao meio e aberto.

É colocado sobre uma fornalha construída com alvenaria. O combustível utilizado é a lenha.

A farinha de puba é torrada em grande quantidade de uma vez e não é peneirada. Depois de torrada é ensacada.

A fabricação da variedade denominada "farinha branca" assemelha-se à "de puba", em quase todas as etapas, com pequenas diferenças. A mandioca é arrancada sendo, logo depois, descascada e ralada. Em seguida a massa é colocada na prensa, ali permanecendo também por um dia. Após isto, é lavada e do resíduo é retirado o polvilho. A diferença maior está na maneira de ser torrada. Ela é colocada aos poucos no forno, em camadas finas, devendo a massa ser revirada até que esteja torrada. Para mexer a farinha, enquanto está no forno, utiliza-se um rodo de madeira. Depois de torrada é coada em peneiras grandes, construídas com arame fino. Está pronta para ser ensacada e guardada.

1.2. - A Criação de Animais

Com relação à criação de animais, o gado é a única produção destinada inteiramente ao comércio. Os posseiros que os possuem nunca os abatem para fins de consumo. Eles são

vendidos enquanto bezerros para engorda ou quando "erados" para o abate. Apenas o leite é usado pela família camponesa quando esta reside na posse ou quando, mesmo residindo no povoado, a gleba fica próxima, podendo o leite ser transportado diariamente. Também os bois são utilizados para puxar "carros de bois", para conduzir mercadorias e arrastar madeira, na canga.

Em geral as famílias criadoras possuem poucos animais. As dificuldades para se adquirir o produto e a pouca disponibilidade de terras impedem que se aumente muito o rebanho. A conversão das terras agricultáveis em pastagens significa que elas não mais se prestarão à lavoura.

O gado é considerado como uma poupança da qual se pode lançar mão, quando há grande necessidade, principalmente por ocasião de doenças das pessoas da família.

Os fundadores do Patrimônio reservaram áreas para a criação de gado de modo que as plantações não fossem prejudicadas. Posteriormente a "Lei do Posseiro" regulamenta o uso dessas áreas:

Art. 16 - É permitida a formação de pastos na área destinada a chácaras.

Art. 17 - Ao posseiro que interesse, é permitido o plantio de uma pequena área de grama da qualidade "mandante", "pangola" ou congêneres, para agasalho de seu animal ou bois carreiros.

Em qualquer caso, o pasto deverá ser cercado.

Caso o animal seja criado solto ou venha a escapar da cerca, estragando roças alheias, o dono do animal deve se

responsabilizar pelos estragaos e terá que custear os prejuízos que porventura o gado tenha acarretado.

Da maneira como é criado, o gado não exige muito trabalho do posseiro. Tem-se que fazer uma complementação da alimentação com sal. As vacas leiteiras requerem mais trabalho. Diariamente à tarde, são separadas dos bezerros e pela manhã são ordenhadas. As vacas prenhes também requerem cuidados especiais, principalmente por ocasião do nascimento dos bezerros.

Além do gado, alguns posseiros possuem animais para montaria. Praticamente todos possuem pelo menos um cavalo, a fim de se locomoverem do povoado para as posses, quando estas ficam muito distantes.

Criam-se também porcos e aves, estas em grande quantidade: galinhas, marrecos, perus, patos, etc. Os porcos são mantidos no quintal, às vezes em chiqueiros especialmente construídos para abrigá-los. Raramente são encontrados fora dos limites da casa, já que eles podem incomodar os vizinhos. Já as aves são criadas soltas, na maioria das vezes. É como se houvesse um acordo entre os moradores. Já que todos possuem esses animais, é preciso tolerância com as do vizinho. Mas a causa da liberdade das aves é que, sendo criadas soltas, elas auxiliam na própria alimentação. Comem plantinhas, bichinhos, economizando a ração complementar, na forma de milho, quirera de arroz ou sobras das refeições.

Os porcos e aves são criados no local onde a mulher permanece, já que na divisão do trabalho, na família este

cuidar é atribuído a ela. Desta forma, geralmente ela fica no povoado. Nas épocas em que a mulher precisa ficar na posse por períodos mais longos, ela tem que levar consigo toda a criação.

A vida em uma região de pequenos produtores tem as atividades agrícolas como as mais importantes. Elas justificam a existência da concentração populacional e constituem as bases da subsistência.

Conforme se viu, o trabalho na posse estende-se por todo o ano. Isso tem implicações sobre a organização da vida familiar e principalmente sobre a divisão de trabalho. Tem também reflexos na vida da comunidade.

O fato de a família camponesa ter acesso à terra em quantidade suficiente para que toda a mão de obra disponível trabalhe, é um fator de permanência de seus membros no local e um elemento que contribui para o ajuste familiar.

O trabalho constante na posse dificulta e, praticamente, impede o homem de se ausentar da gleba. Estando sempre presente, ele exerce o papel de coordenador da produção, ficando a mulher e os filhos mais liberados para outras atividades.

A presença dos homens no Patrimônio, por outro lado, facilita a mobilização e a discussão dos problemas comuns. Da mesma maneira, as ações coletivas visando a própria defesa das posses e da localidade só acontecem a partir desta mobilização.

Enquanto o núcleo consegue manter um nível de enfrentamento, que assegura o acesso à terra e a sua utiliza-

ção, reguladas pelas leis criadas internamente, a existência da comunidade de posseiros está assegurada.

Desta forma pode-se concluir que o trabalho nas posses, nas condições em que ocorre, ou seja, com métodos e técnicas rudimentares, envolvendo o trabalho de toda a família, cria as condições necessárias de mobilização e enfrentamento à nível da comunidade. Ou seja, o trabalho mantém os homens presentes. E a necessidade de sobrevivência os predispõe à união e à luta, com fins de assegurar a terra e como forma de defesa de toda a comunidade.

2. - Divisão de trabalho

A família nuclear é a "unidade básica de produção". É dentro dela que ocorre a divisão de trabalho que garante a produção dos meios necessários à sobrevivência.

A coordenação das atividades produtivas cabe ao pai e, na falta deste, à mãe ou a um filho mais velho. Esta tarefa confere poder à pessoa que a executa. É ela quem decide o que plantar, onde e quando.

Em geral o homem e os filhos mais velhos se encarregam dos trabalhos na lavoura e do cuidado com o gado. As mulheres e crianças pequenas executam os trabalhos de casa, incluindo o trato dos animais domésticos. Essa divisão varia muito, conforme o tamanho e as necessidades da família.

2.1. - O Trabalho do Homem

Aos homens cabe a coordenação de todo o processo de trabalho, a realização das atividades da lavoura e o cuidado do gado, incluindo a ordenha das vacas. O fabrico da farinha

também é atribuído mais aos homens. Entretanto, são raras as tarefas que podem ser executadas por uma pessoa sozinha, necessitando o homem de estar acompanhado da mulher ou dos filhos.

Conforme relato de lavradores, o trabalho na posse assemelha-se às tarefas das mulheres. Como nas casas, a roça tem serviço para o ano inteiro, e não apenas nos períodos de "pico" no trabalho.

A "labuta" começa muito cedo. Quando a posse fica distante, o homem não tem condições de se locomover todos os dias, indo e voltando para o povoado. O costume, então é passar os dias da semana no trabalho, retornando para casa nos fins-de-semana. Isso é possível pelo fato de as famílias, geralmente, possuírem uma casa no povoado e outra na posse. Quando a posse fica próxima, havendo condições de ir e voltar diariamente, os homens saem de casa muito cedo, entre cinco horas e cinco e meia, voltando ao entardecer, para o povoado.

A atividade diária muda conforme o período do ano e a natureza do trabalho. Com relação à lavoura, existem as épocas certas para a derrubada e a preparação da terra. O plantio pode ser antecipado ou retardado, dentro de certos limites, dependendo do tipo de grãos que se planta e das condições do tempo.

A intensificação do trabalho se dá nos períodos de "pico" na lavoura. Em épocas de derrubada, preparação da terra e de plantação, o homem fica, exclusivamente, por conta dessas atividades, sendo auxiliado pela esposa ou pelos fi-

lhos. Levantam-se cedo, ainda de madrugada, e se dirigem à roça, trabalhando até cerca de dez ou onze horas. Quando a roça fica próxima da casa, dirigem-se até lá para a refeição. Caso contrário, o alimento tem que ser levado de casa e apenas esquentado no local, em uma fornalha improvisada. Com relação à refeição, esta pode ser preparada pelos homens ou pelas mulheres.

Quando as mulheres estão auxiliando na roça, elas deixam o trabalho um pouco mais cedo e vão até a casa, a fim de preparar o alimento. Depois de tudo pronto, elas levam a refeição ou enviam através de um filho, até a roça. As mulheres podem ficar, também, exclusivamente por conta da casa, quando os filhos são suficientes para auxiliar o pai. No caso da mulher permanecer no povoado, os homens são obrigados a cozinhar. Sendo a roça muito distante da casa, eles preparam o alimento à tarde, jantam e guardam o restante para o dia seguinte. Podem também preparam o almoço de madrugada. Quando a área de lavoura fica próxima da casa, eles preparam a refeição no primeiro intervalo do trabalho.

Após o almoço, o trabalho continua até aproximadamente as seis horas, quando eles voltam para casa. A jornada só pode estender até o entardecer, pois sem a luz do sol não é possível mais trabalhar.

Fora das épocas de "pico na lavoura, são realizadas outras tarefas, como consertos de cercas, limpeza das áreas próximas à residência e conservação dos caminhos que existem dentro das posses. Contudo, não há necessidade de intensificação do trabalho ou prolongamento da jornada além do normal.

O homem pode descansar um pouco após o almoço, podendo também, à tarde, voltar mais cedo para casa.

Quando a família camponesa possui gado, o trabalho com ele estende-se por todo o ano. Tendo vaca leiteira, é preciso tirar o leite todas as manhãs. É o homem quem se encarrega desta função. Normalmente o gado é criado solto. Mas todo o cuidado com ele, como completar a alimentação com sal, mudar de pasto, apartar os bezerros das vacas, é trabalho masculino. Pode ser feito pelo pai ou pelos filhos mais velhos, e nunca pelas mulheres.

Ao homem cabe a responsabilidade do fabrico da farinha, sendo sempre auxiliado pela mulher ou pelos filhos. Explica essa atribuição o fato de a farinha ser um dos principais alimentos consumidos pela família e destinar-se também à venda. Seu fabrico pode dar-se em qualquer época, dependendo da necessidade de consumo ou de dinheiro. Quando a farinha está ficando pouca ou quando a conta do armazém está alta, faz-se uma "farinhada".

Ocupado durante todo o ano na própria posse, o homem raramente sai para trabalhar nas fazendas próximas. Quando há necessidade ele se ausenta. Porém, nunca em períodos que possam comprometer a produção da lavoura. Anualmente é preciso garantir, pelo menos, uma colheita de arroz e milho, além de se fazer o replantio da mandioca. São condições de sobrevivência da família. Já o trabalho assalariado aparece ao possuidor como atividade complementar. O fato dele receber em dinheiro facilita a aquisição de roupas, ferramentas,

remédios ou mesmo de alimentos. A ocorrência de uma doença inesperada pode endividar o posseiro e obrigá-lo a sair atrás de trabalho. Da mesma forma, uma quebra acentuada na produção ocasionada por condições adversas, pode ser motivo de saída para as fazendas. A ausência do homem, nestas ocasiões, é compensada pelo dinheiro que ele recebe e possibilita à família adquirir coisas necessárias e inacessíveis de outra maneira. Assim, a esposa de um posseiro diz: "Quando o J. sair para trabalhar a gente passa melhor."

A consideração das atividades do homem como "trabalho", contrapondo ao "não-trabalho" das mulheres, confere a este uma posição de mando dentro da estrutura familiar. O trabalho dos filhos aparece como complementar à atividade do pai, mesmo quando é inteiramente assumido pelos jovens. Todas as formas de trabalho que resultam na obtenção de produtos básicos para a sobrevivência ou para a comercialização são coordenadas pelo pai. A ele cabe a tarefa de trabalhar e de fazer com que todas as atividades sejam cumpridas. A realização do trabalho da posse reforça o poder do pai dentro da família. Por outro lado, o exercer dessa autoridade é um elemento importante na preservação da família camponesa porque garante que as atividades básicas à sobrevivência sejam cumpridas.

A reprodução da família camponesa representa, nesse aspecto, a legitimação da autoridade do pai. Na falta do pai, essa autoridade deve ser exercida pela mulher ou por um filho.

Com relação às tarefas realizadas pelo pai, a coor-

denaçaõ sobrepõe-se em importância à realização efetiva do trabalho. Existe uma autoridade que está na base dessa coordenação. Ela não se inscreve apenas no momento em que o trabalho está sendo realizado. É muito mais ampla e inclui uma influência em todos os momentos, na vida da família. Desta forma, as crianças são educadas, desde muito cedo, para reproduzirem um comportamento que propiciará a continuidade desse tipo de vida. O poder do pai é exercido desde que a criança nasce e, mesmo antes, desde que se inaugura a relação entre ele e a mulher, no sentido de reforçar certos comportamentos e certas vivências. A divisão de trabalho se coloca na base dessa reprodução da vida. O pai terá exercido melhor seu papel quanto mais a família reproduzir os padrões aceitos pela comunidade e conseguir sobreviver como um elemento integrante desta comunidade de posseiros. Neste sentido a vigilância da divisão de trabalho, desde que viabilize a vida da família camponesa, se inscreve como responsabilidade do pai e está consubstanciada nesta autoridade.

Não quero afirmar que a continuidade da vida da família camponesa e a reprodução dos comportamentos sejam de interesse apenas dos homens. Apenas que a coordenação das atividades que garantem a reprodução dos comportamentos necessários é de responsabilidade do homem e é, neste sentido, que ele se torna o elemento mais interessado na sua continuidade, desde que ele assuma inteiramente o seu papel.

Há aqui uma questão interessante que se assemelha a um círculo vicioso: a divisão do trabalho confere ao pai o

papel de coordenador do processo de trabalho. Esse papel, por sua vez, faz com que ele passe a exercer uma ação de guarda da divisão de trabalho, ou seja, a ele caberá fazer com que todas as funções sejam cumpridas. Neste sentido, uma coisa reforça a outra. A divisão de trabalho gera a autoridade do pai e esta reforça a divisão de trabalho. Para compreender, é necessário procurar as causas que geram ambas as coisas: é a necessidade de sobrevivência, a extrema dificuldade que enfrentam essas populações camponesas para produzir, é a dureza do cotidiano, materializada na rusticidade dos instrumentos de trabalho, na inexistência de técnicas que poderiam facilitar a produção e na impossibilidade de recuperação do solo. Tudo isso faz com que se criem condições que possam garantir essa reprodução, mas os mecanismos criados se traduzem em uma super exploração da força de trabalho de todos os membros da família, legitimada por comportamentos e reforçados dentro da própria estrutura familiar.

2.2 - O Trabalho das Mulheres

Na localidade analisada cabe especificamente à mulher o cuidado dos filhos e os trabalhos de casa. Faz parte também de suas funções, o trato dos animais domésticos. Estas são as suas atribuições básicas, em qualquer situação. Entretanto, não são as únicas. Ela pode participar de inúmeras tarefas na roça, auxiliando o marido ou substituindo-o, parcialmente, no caso de morte ou invalidez.

A sua substituição, entretanto, é quase impossível. A morte da mulher ou a sua saída de casa representa um transtorno muito grande para a família camponesa, ocorrendo, comu-

mente, nessas situações uma dispersão da família. Os filhos são distribuídos entre parentes mais próximos ou são entregues aos padrinhos. Os irmãos crescem separados uns dos outros e, não raro, os laços familiares ficam muito enfraquecidos. O homem geralmente se casa novamente, constituindo nova família e, às vezes, retomando para si a tutela dos filhos que já estavam dispersos. Neste caso ele reúne novamente a família. Se ocorre a ausência da mãe, quando os filhos já estão crescidos ou, pelos menos, alguns já têm idade para assumir as tarefas de casa, há maiores possibilidades de se manter a família unida, principalmente se há meninas ou moças em condições de assumirem os trabalhos de casa. Assim, o papel da jovem na divisão de trabalho familiar passa a ser equivalente ao da mãe.

A importância da mulher na estrutura familiar decorre das condições em que o trabalho é efetuado nas posses. Não dispondo de empregados, todo o trabalho é efetuado pelos membros da família. Nesse caso não se concebe a atribuição de uma posse a um indivíduo solteiro. A terra de posse é "terra de trabalho" e a unidade de trabalho é a família. Assim só adquire posse quem já constituiu ou está constituindo uma família. E o homem não tem condições de, sozinho, assumir as duas funções: o trabalho em casa e na roça. As tarefas sobrepõem-se no tempo e devem ser realizadas em locais diferentes. Desta forma, agentes distintos têm de se encarregar da coordenação do trabalho nos dois espaços considerados.

Igualmente, é problemática a substituição do marido

pela mulher. Diante da ausência do homem duas situações se apresentam. Se a família tem filhos ou pelo menos um filho homem em idade suficiente para assumir as tarefas masculinas nesse caso, simplesmente a coordenação das atividades passa para esse jovem. Em segundo caso, a família só conta com filhos menores, sendo que essa coordenação do processo de trabalho tem que ser assumida pela mulher. A situação se complica pelas mesmas razões já apontadas anteriormente, ou seja, a superposição no tempo de atividades diferentes e em localidades distintas. Há ainda um agravante. Determinadas tarefas da roça são atribuições eminentemente masculinas, como a derrubada, o preparo do solo e o plantio com a matraca. Esses problemas são contornados de diferentes maneiras. O fato de a mulher ficar viúva coloca-a, perante a comunidade, em uma situação de maior fragilidade do que a atribuída às outras mulheres. Todos se sentem um pouco responsáveis pela sobrevivência daquela família, sobretudo nos primeiros anos da ausência do marido. Caberá, então, aos parentes mais próximos, homens, ou mesmo a comrades e vizinhos a realização das tarefas que comumente a mulher não faz. As outras tarefas a mulher terá que se adaptar. Por exemplo: não sabendo manusear a matraca, ela aprende ou então utiliza o procedimento mais antigo que era o plantio com o auxílio da enxada. Haverá, por outro lado, uma utilização mais intensa do trabalho da criança. Os meninos, mesmo muito pequenos, terão que auxiliar nos trabalhos da roça, como no plantio com enxada, onde a presença de pelo menos duas pessoas é indispensável. As meninas começarão a cuidar da casa, assumindo mais responsabi-

lidades do que normalmente se lhes atribuem. Elas irão, literalmente, substituir a mão, nos trabalhos de casa, quando esta estiver ocupada na roça.

Frente às dificuldades encontradas pela família camponesa, diante da ausência do marido, é comum a mudança para outros locais a fim de ficarem mais próximos de parentes, principalmente pais ou irmãos. Há o caso, no povoado, de uma família em que o possuidor morreu e, posteriormente, a mulher conseguiu um trabalho de porteira na escola. Mesmo assim, ela preferiu mudar-se para o Maranhão, de onde a família era originária, ficando perto de parentes mais próximos.

Havendo a presença do homem e da mulher, cabe a esta a coordenação dos trabalhos de casa. A tarefa parece fácil frente à simplicidade da vida que é levada nessa região. Entretanto, a mulher não conta com inúmeros recursos modernos que lhe facilitariam a rotina da casa, como geladeira, liquidificador, etc.

O alimento deve ser preparado, cozido e consumido diariamente. O máximo que pode ocorrer é o restante que foi preparado para o almoço ser utilizado no jantar.

Pela manhã a mulher faz o "quebra-jejum" que pode variar conforme o acesso aos produtos. Depois de alimentada a família, a mulher cuida da casa e, em seguida, do trato aos animais domésticos que normalmente são muitas aves e um ou dois porcos. Os meninos auxiliam muito nessa parte. Pela manhãzinha, ela coloca o feijão no fogo, na fogueira de lenha e deve ficar atenta para o fogo não apagar. Desta forma,

geralmente, na parte da manhã ela não se ausenta de casa. Às vezes lava alguma roupa, ainda pela manhã, com água puxada da cisterna. O comum porém, é levar a roupa à tarde no riacho ou nos "olhos-d'água".

Prepara o almoço, serve e lava os objetos utilizados. Nessa tarefa, normalmente é ajudada pelas filhas.

O cuidado com as crianças pequenas ocorre simultaneamente à realização de outros trabalhos. Elas ficam próximas à mãe ou entregues aos cuidados de uma irmã ou irmão mais velhos.

A casa já organizada, após o almoço, a mulher sai para o riacho a fim de lavar as roupas. Vai levando e estendendo, nas cercas próximas, e normalmente quando retorna já traz as peças secas e prontas para guardar, já que raramente a roupa é "engomada", ou seja, passada a ferro. As crianças costumam acompanhar as mães nessa saída, mas vão apenas para brincar. A lavagem da roupa é uma atividade exclusiva da mãe ou das irmãs mais velhas.

A tarde, a mãe prepara o jantar, que pode ser feito com sobras do almoço. Depois que a família toma a refeição, as vasilhas são colocadas fora da casa, sobre um girau, e só no dia seguinte são lavadas, principalmente, pela falta de luz. O horário pós-refeições é usado para conversas em casa ou com os vizinhos. Apreciam muito estes momentos. Quando os homens estão em casa também participam das conversas. É a hora dos "casos". Ali contam-se as coisas interessantes que aconteceram no dia, relembrados fatos passados ou mesmo histórias. As preferidas são assombração e coisas fantásticas.

Essa rotina da vida das mulheres é quebrada nos momentos de pico do trabalho nas roças. Por essa ocasião elas se desolcam até às posses a fim de cozinhar para os homens ou mesmo para ajudar nos trabalhos da roça. Nessas saídas elas levam consigo os filhos. Quando as crianças estão na escola são deixadas no povoado, com um irmão mais velho. Na ausência de um irmão ou irmã responsável, as aulas têm que ser sacrificadas pelo menos por alguns dias.

As tarefas efetuadas pelas mulheres na roça são, principalmente, a capina e a colheita. Participam também do plantio quando ele é feito, utilizando-se a enxada como instrumento de trabalho. Neste caso, o homem cava um buraco no chão e em seguida a mulher joga a semente e cobre-a com terra, utilizando o próprio pé.

Na colheita do milho, a espiga é quebrada e jogada dentro de um cesto geralmente feito com palha trançada. O arroz pode ser colhido à mão e jogado no "cofo", que é um tipo de balaio. Essa operação é feita principalmente pela mulher, quando ela se encontra sozinha na posse e necessita de uma pequena quantidade de arroz para cozinhar. Normalmente o arroz é colhido com o auxílio do cutelo. Havendo necessidade, a mulher pode auxiliar também.

A participação da mulher nos trabalhos da roça depende essencialmente do número de filhos que a família possui, principalmente em idade de trabalhar. Se há filhos grandes e permanecem morando com os pais, não há muita necessidade do trabalho feminino, a não ser para cozinhar na posse e

realizar as outras tarefas domésticas.

Por ocasião do fabrico da farinha é comum as mulheres participarem. Entretanto, este fabrico, não é exclusividade delas. Os homens participam de todo o processo da fabricação e, às vezes, não há necessidade da mulher estar presente. É uma atividade que nunca é executada por uma pessoa só. Isso dificulta e prolonga muito o trabalho, tornando-o mais penoso do que é. O homem pode ser auxiliado por um filho. Do mesmo modo, se o homem estiver ocupado na roça, portanto impossibilitado de participar da fabricação da farinha, a mulher a faz com o auxílio dos filhos. Normalmente, porém, os trabalhos da roça são planejados de forma a não coincidirem os períodos de "pico" das lavouras com a fabricação da farinha.

Faz parte dos trabalhos da casa, a atividade de costurar. As mulheres normalmente fazem as suas roupas, as dos filhos e dos maridos, principalmente se são destinadas ao uso diário. Por ocasião das festas recorrem às costureiras locais a fim de usarem uma roupa melhor confeccionada. Isso, porém, só ocorre quando a família tem condições para pagar. É mais comum as moças que têm trabalho fora e os jovens que saem para as fazendas utilizarem os serviços das costureiras. A vaidade que é muito comum na adolescência e juventude, alia-se o fato de eles receberem os pagamentos em dinheiro, com uma certa frequência.

As "rezas" são atividades reservadas também às mulheres. São, porém, esporádicas, só acontecendo em ocasiões especiais, como nos velórios ou nas festas religiosas. Reque-

rem, porém, um longo aprendizado que geralmente se faz com as mulheres mais velhas.

Os afazeres da casa não são considerados como "trabalho", mas como "tarefas" femininas. Só o homem "trabalha". A atividade da mulher é sempre considerada, principalmente, pelos homens, como um "não trabalho", apesar da importância que ele assume na própria sobrevivência da família camponesa.(1) Apenas as tarefas eminentemente masculinas são consideradas "trabalho". Mesmo quando a mulher participa dessas tarefas ela está apenas "auxiliando o homem". Decorrente dessa maneira de interpretar a sua participação, a posição que ela ocupa é de subordinação dentro da estrutura familiar. Ela é subjugada ao marido, a quem deve obediência e respeito. É ele quem coordena o processo de produção e a distribuição dos frutos do trabalho. Dependendo do tipo de convivência que existe em cada casa, a mulher pode ter uma influência maior ou menor nos planejamentos. Mas é o homem quem deve dar a palavra final. E em casos de discordância entre homem/mulher, os filhos devem seguir as ordens do pai.

2.3. O Trabalho dos Jovens

Apesar de não existirem rituais de passagem que marcam a transição da infância para a adolescência, as responsabilidades dos jovens, nesta localidade, são diferentes e bem maiores do que as das crianças.

1 - Sobre a consideração das tarefas femininas como não trabalho ver: GARCIA JUNIOR, Afrânio Raul, "Terra de Trabalho", Rio de Janeiro, Museu Nacional/UFRJ, 1975, (Dissertação de Mestrado, mimeogr.)

Ao jovem é reservado apenas o trabalho. Ela não frequenta escolas, já que no povoado só é ministrado o ensino até a 4a. série do 1o. grau.

Pode-se considerar que a divisão de trabalho, por idade, conhece apenas duas fases bem marcadas: o trabalho infantil, que vai mais ou menos dos 6 aos 14 anos e o trabalho adulto, de 14 anos em diante. Apesar da adolescência e da juventude serem períodos bem distintos na evolução do indivíduo, não existe, nas posses, um trabalho específico para essas faixas de idade. Os jovens trabalham talvez com menos destreza e com menor responsabilidade do que os adultos. Entretanto, para suprir as deficiências, eles são subordinados aos pais que sobre eles exercem uma forte autoridade.

A menina é reservada a tarefa de ir se aprimorando nos trabalhos de casa, à medida que se torna moça. Algumas aprendem a costurar, a bordar, fazer crochê e também a rezar terços, cantam "inceleças", tornando-se as "rezadeiras".

A oferta de empregos para mulheres, no povoado, é limitadíssima. Apenas a escola, através da Prefeitura, contrata algumas professoras, merendeiras, serventes e porteiras. Existem algumas formas de prestação de serviços como as exercidas pelas costureiras. Praticamente estas são as únicas opções de emprego. Não existe o trabalho de doméstica no povoado, já que as famílias não tem condições para pagarem um salário. Entretanto, é muito comum as moças ficarem morando em casas de tios, padrinhos ou outras pessoas. Isso acontece quando os seus pais moram na posse e a jovem precisa estudar no povoado ou ali permanecer para "arranjar casamento". Nes-

ses casos ela auxilia nos trabalhos de casa.

Algumas moças saem para trabalhar como domésticas nas fazendas próximas ou na cidade de São Félix do Araguaia. Enquanto não se casam, devem obediência aos pais, mesmo estando afastadas de casa.

Quando a família é grande e possui muitos filhos homens, em idade de trabalhar na lavoura, é comum eles se ausentarem de casa para se empregarem nas fazendas das redondezas. Permanecem, na posse, apenas aqueles que são necessários ao trabalho ali.

Também os rapazes, mesmo estando fora de casa, devem obediência e respeito aos pais. Existem apenas duas situações que conferem autonomia aos jovens: a fuga e o casamento. O ato de fugir nem sempre está associado a uma mudança do estado civil. As vezes o rapaz foge sozinho. Nesse caso ele simplesmente está se rebelando contra a tutela dos pais e conquistando a liberdade de dispor de sua vida da maneira que achar melhor. As vezes ele foge com uma moça e, neste caso, o comum é retornar em pouco tempo, ficando fora de casa apenas por alguns dias. Mas, na volta, a sua situação se alterou qualitativamente. Ele não só se tornou independente dos pais como passa a ser responsável pela jovem com quem saiu. Contraíndo ou não o matrimônio, eles devem ir morar juntos e ele deve sustentá-la. Havendo terras disponíveis, ele retira uma posse para si e começa a trabalhá-la. Não havendo terras, ele pode permanecer trabalhando com seus pais ou com os pais da jovem, mas apenas por algum tempo. A partir

de então, sua responsabilidade se equipara com a de outros homens adultos. Ele pode permanecer no povoado, se conseguir terras ou trabalho nas redondezas. Caso contrário terá que se mudar para procurar um meio de vida em outra região.

A permanência ou não do jovem na localidade está muito condicionada à existência de terras disponíveis. Havendo terras onde ele possa futuramente trabalhar, principalmente após contrair o matrimônio, o jovem começa a condicionar o seu projeto de vida a instalação definitiva na localidade. Nestes casos, mesmo que ele saia periodicamente para trabalhar nas fazendas das redondezas, ele volta, continuamente ligado à vida do patrimônio.

O mesmo não ocorre, quando as terras já estão ocupadas, havendo uma pressão maior sobre o solo. A tendência, então, é ele procurar fora da localidade, uma alternativa, não só de um trabalho temporário, mas também de vida. Ele deixa definitivamente o povoado, mesmo que periodicamente volte para visitar a família e os conhecidos na região.

Mas a sua perspectiva, nos dois casos, é diferente. Muda a natureza da ligação que ele mantém com o patrimônio. No primeiro caso, ele reforça uma vida em comum à medida que ele é mais um elemento dessa coletividade que vai inclusive auxiliar, com a formação da sua família, o povoamento da região. Já no segundo caso, ele se tornou um elemento que, através da sua vida e do seu engajamento em local diferente, pode concorrer para o esvaziamento do povoado. Ele pode começar a criar uma alternativa de vida não só para si, mas para a sua família, pais e irmãos, conforme as condições encontra-

das no novo local. O filho se ausenta e depois volta para buscar os pais e irmãos mais jovens.

Na ausência do pai por morte, invalidez ou qualquer outro motivo, deve o filho mais velho, quando em idade suficiente, assumir a responsabilidade da chefia da família. Caberá a ele também a coordenação de todo o processo de trabalho. Quando este casa, constituindo outra família nuclear, o segundo filho assume a sua função e assim sucessivamente. Desta forma, é mais comum o último filho herdar a terra paterna, dando continuidade ao seu trabalho. É que ele permanece morando com a mãe e, quando esta morre, a terra naturalmente continua sendo trabalhada. Pode ocorrer do filho caçula casar-se antes dos outros. Neste caso o que permanece solteiro por mais tempo fica sendo o herdeiro.

Com relação à questão da sucessão, da hereditariedade, ela varia conforme a situação das terras. Enquanto existem terras disponíveis, cada filho que se casa tira para si uma posse, geralmente próxima do local trabalhado pelos pais. Então, o filho mais jovem, naturalmente herda a terra dos pais, já que, por ocasião do seu casamento, os outros já estão instalados em suas próprias glebas.

O mesmo não ocorre, quando há escassez de terras. Nesta circunstância, à medida que os filhos vão se casando, podem ocorrer duas situações: eles se mudam para trabalhar em outro local ou eles conseguem trabalho nas redondezas, geralmente permanecendo no povoado ou na posse dos pais. Assim eles constroem para si, casas na posse. E, para comple-

mentar o próprio trabalho, geralmente nas fazendas, utilizam parte da terra dos pais, para colocar roça para sua família, a fim de complementar a sobrevivência. À medida que os filhos se casam passa a haver uma pressão maior sobre o solo. O resultado é uma utilização mais intensiva das posses, um desgaste maior da terra e conseqüentemente, menor produtividade, um dos fatores de expulsão do homem do campo.

2.4. O Trabalho das Crianças

Trabalho de criança é pouco

Mas, quem não usa, é louco.

(Ditado popular)

As crianças constituem parte importante das forças produtivas, na área analisada. Desde muito cedo, por volta dos seis ou sete anos, elas começam a auxiliar a mãe nos trabalhos domésticos, não se distinguindo muito o trabalho dos meninos e das meninas, se bem que se procura sempre atribuir maiores responsabilidades às crianças do sexo feminino. As tarefas mais comuns são: cuidar dos irmãos menores, buscar lenha em locais próximos, encher potes de água, lavar vasilhas, varrer o chão da casa e do quintal, alimentar os animais domésticos, etc.

Os filhos mais velhos geralmente são os mais sacrificados, porque assumem as tarefas mais cedo, devido às necessidades da família. Na região, é comum cada casal possuir vários filhos. O período em que atravessam maiores dificuldades é justamente quando já possuem cinco ou seis filhos, mas nenhum ainda com idade suficiente para auxiliar o pai. Então, a mulher assume, junto com o homem, o trabalho da lavoura.

Assim, nas épocas de plantio, limpa ou colheita, ela tem que se ausentar diariamente de casa, pelo menos por um período.

Enquanto a mãe está na roça, a menina mais velha se encarrega dos trabalhos de casa. Os meninos ajudam. Havendo apenas meninos com idade suficiente para assumir responsabilidades, eles executam os trabalhos. Ilustra esta situação, o caso de uma menina de seis anos que se encarregava de todo o serviço da casa e tomava conta de quatro irmãos menores, enquanto os pais trabalhavam na roça. Devido à distância da posse da posse ao povoado, o casal saía pela manhã e só podia retornar à tarde.

As crianças passavam o dia todo sob os cuidados da mais velha que era, inclusive, quem preparava o alimento para todos. Como era muito pequena, ele usava um tamborete para alcançar a parte superior da fôrnalha à lenha.

Os meninos, com a idade de nove ou dez anos, começam a auxiliar o pai na roça, assumindo inicialmente, tarefas mais leves. Ajudam a plantar, capinam a lavoura e ajudam na colheita. Aos treze ou catorze anos, dependendo do desenvolvimento físico de cada um, passam a assumir as mesmas tarefas que o pai. Participam das derrubadas e das demais etapas do processo de trabalho. O marco para assumir as tarefas dos adultos é ter força e habilidade suficiente para manusear o machado e a foice.

De maneira geral, a vida das crianças não é fácil. Elas enfrentam, no dia a dia, deveres e responsabilidades e muitas vezes passam privações. Por outro lado, usufruem de

uma liberdade que outras crianças, residentes em cidades maiores, dificilmente desfrutam. Como todos se conhecem, as crianças se sentem seguras dentro do povoado. Deslocam-se facilmente de um lugar para outro. Brincam nas casas, nos quintais ou nas ruas. Não há o perigo de atropelamento por carros, já que eles quase inexistem. Ali tudo está desvendado para elas. Apreciam os banhos nos córregos ou nos "olhos d'água". Não existem barreiras para que entrem nas casas dos outros, já que não existe luxo. As casas não são enceradas ou muito enfeitadas com objetos quebráveis. As crianças entram e saem sem maiores problemas. Inexistem também desigualdades sociais acentuadas, o que poderia resultar em uma segregação das famílias que tivessem melhores condições e consequentemente, um afastamento das outras. Enquanto núcleo de posseiros, inexistente uma diferenciação muito acentuada entre seus habitantes. Isso faz com que as crianças se sintam entre iguais. O resultado de tudo isso é que os momentos de folga são intensamente aproveitados. As brincadeiras são sempre coletivas.

Os últimos filhos, os chamados "caçulas", são os que têm maiores oportunidades para brincar. Por uma razão simples: sendo os mais jovens, eles não tem irmãos para cuidar. E, principalmente quando a família é grande, certamente os irmãos mais velhos já assumiram as responsabilidades atribuídas às crianças. E a elas se reserva a possibilidade de viverem mais intensamente a infância.

A obrigatoriedade da frequência às aulas varia conforme o funcionamento da escola. Em qualquer situação, a

criança nunca é levada à escola antes dos seis anos. Ela começa a estudar no ano em que vai ser alfabetizada. Todo o período preparatório de coordenação motora, visual, auditiva é dado no início do ano letivo. A criança vai à escola para aprender a ler. Havendo possibilidade, ela continua seus estudos, até a 4a. série do 1o. grau. A localidade não dispõe de escolas que ministram o ensino a partir da 5a. série. Devido à falta de professores no local, é comum o jovem concluinte da 4a. série assumir o ensino nas primeiras séries.

Como o valor dado à escolarização é muito grande, a frequência à escola sobrepõe-se a qualquer outra obrigação. Os pais só afastam os filhos da escola por motivos de trabalho, em casos de extrema necessidade. Mesmo assim, isso acontece mais com os jovens acima de 13 ou 14 anos, idade em que realmente assumem as tarefas da roça e, só em casos especiais, ainda frequentam a escola.

Nos períodos de "pique" do trabalho na roça - derrubada, plantio, colheita - há um esvaziamento temporário da escola, retornando os alunos assim que tenha passado o momento de intensificação da utilização da mão de obra. Nestes períodos, as crianças pequenas, muitas vezes são levadas para as posses, acompanhando as mães.

2.5. Assalariamento dos Jovens e o Recurso ao Mutirão

Existem momentos em que a família tem uma disponibilidade de trabalho maior do que ela necessita efetivamente na posse. Parte dessa força de trabalho é, então, deslocada para fora, geralmente se dirigindo às fazendas mais próximas.

Em outros momentos, de "pico" de trabalho" na posse, a família camponesa necessita de mão de obra para complementar o trabalho e recorre ao mutirão.

Nos dois casos são realizados alguns arranjos na alocação da força de trabalho que fogem à rotina do cotidiano das posses.

A seguir se analisará a forma como esses arranjos são efetuados.

A situação de assalariamento temporário é vivida principalmente pelo jovem, antes de contrair matrimônio. As suas responsabilidades perante a família podem ser diminuídas, principalmente quando ele possui muitos irmãos.

Os jovens são recrutados na própria localidade, formando os "times" de trabalho. Os representantes das fazendas costumam chegar de caminhão, se apresentam como tal e falam do objetivo de sua estada ali. A notícia espalha rapidamente e logo chegam as pessoas interessadas neste tipo de trabalho. As ofertas são feitas e são discutidas a natureza do trabalho, o tempo de duração, a localização da fazenda, a quantia a ser paga, formas de pagamento, a questão da alimentação e outros detalhes.

Sendo os contratos verbais, nada assegura que as combinações feitas serão cumpridas. Entretanto, é a partir delas que se tem que tomar uma decisão entre aceitar ou não a oferta de trabalho. Os que se interessam fazem rapidamente as malas e se dirigem ao local combinado a fim de empreenderem a viagem.

As vezes os jovens já têm informações sobre os

períodos de demanda de trabalho nas fazendas e se dirigem até elas, quando interessados no trabalho.

Este trabalho fora da possess, com remuneração em dinheiro, exerce uma forte atração sobre os jovens. A remuneração lhe possibilita adquirir objetos almejados. É diferente do fruto do trabalho das possess, o qual aparece em forma de produtos ou vai diretamente pagar as contas da família no armazém. Mesmo quando a produção da família é comercializada, o pai determina a aplicação do dinheiro, sendo geralmente gasto com o complemento da alimentação e com a reposição dos instrumentos de trabalho. Dificilmente o fruto do trabalho da posse possibilita a compra de uma roupa ou um calçado melhor para o jovem. Muito menos ele serve para a aquisição de objetos tidos como supérfluos mas que são, no entanto, muito apreciados pela juventude, como radinho de pilha, etc.

O tempo de permanência fora do povoado está condicionado à oferta de trabalho mas depende também da situação que o jovem ocupa dentro da família. Quando possui vários irmãos em idade de trabalhar, pode permanecer fora por longos períodos, inclusive naqueles que demandam mais trabalho da família camponesa, como os meses de plantio e colheita.

Quando é o único filho em idade de auxiliar na roça ou mesmo na ausência do pai, a responsabilidade do jovem aumenta. Este deve estar presente na posse desde o período de preparo da terra até a colheita. Então, quase não lhe resta tempo para se empregar nas fazendas.

Há casos em que as famílias se mudam para o povoado

com os filhos já em idade de trabalhar na lavoura, mas ainda analfabetos. A frequência à escola torna-se, então, mais importante do que o trabalho fora. Resta aos jovens a possibilidade de se empregarem nas fazendas durante os meses de férias, nos quais eles podem sair sem maiores problemas.

O que o jovem recebe através do trabalho assalariado é utilizado como complementação da sua subsistência, não sendo suficiente para a manutenção da família. Por isso o trabalho na própria posse sobrepõe a qualquer outra relação empregatícia. Somente nos casos em que a família dispõe de mão de obra abundante é que o jovem pode dispor mais livremente de seu tempo e de seu trabalho, podendo se ausentar por períodos mais longos.

O dinheiro obtido através do assalariamento em parte é gasto no próprio povoado. Enquanto trabalham, os jovens passam necessidades, privações, com o objetivo de economizar ao máximo e formar uma pequena poupança. Findo o tempo de trabalho eles procuram adquirir roupas, calçados, objetos pessoais, a fim de chegar ao povoado com boa aparência, bem arrumados.

Uma vez no povoado, eles gastam rapidamente o que receberam com presentes para a família e para a namorada, bebidas, jogos de bilhar ou em casas de prostituição, que chegam a aumentar o número de prostitutas, por estas ocasiões.

As vezes ocorre de a família necessitar muito do dinheiro trazido pelo filho. Neste caso, o destino dele é pagar as contas do armazém e outras, garantindo à família o

crédito junto aos comerciantes locais, restando pouco ou nada para os gastos pessoais. Mas o comércio local é favorecido, com o afluxo de dinheiro no povoado.

A chegada dos rapazes destas frentes de trabalho é motivo de animação em todo o povoado, principalmente quando é uma turma grande. As moças ficam alvoroçadas. Todos comentam sobre as roupas e os objetivos que cada um está usando, óculos, relógios, às vezes correntes de ouro. Algumas famílias chegam a oferecer festas em sua residência, em homenagem ao filho que chegou. Este fato constitui um marco na vida social da localidade.

Inversamente, o não retorno de algum jovem que deveria chegar, constitui motivo de apreensão, principalmente por parte dos familiares. A possibilidade da "fuga" está sempre presente, porque é uma prática comum na localidade. Embora raros, existem também casos de desaparecimento seguidos da ausência total de notícias a respeito do paradeiro da pessoa. Suspeita-se, então, de morte, o que pode ser ou não confirmado posteriormente.

As condições encontradas no local de trabalho, nas fazendas, geralmente são muito adversas. Os jovens trabalham no mato, fazendo derrubadas ou "batendo juquira".(2) Ficam sujeitos aos vários tipos de insetos que normalmente habitam as copas das árvores. Uma vez deslocados de seu "habitat" os

2 - A expressão "Bater juquira" refere-se ao corte da vegetação, geralmente de pequeno porte, que cresce após o desmatamento inicial da área. Essa atividade geralmente é executada com a utilização do machado e da foice.

insetos ficam pelo chão e atacam as pessoas. Muitos transmitem febres, sendo a malária a mais comum em toda a região.

Os alojamentos são locais improvisados, às vezes barrancas de lonas ou ranchos mal construídos, que não oferecem proteção segura contra chuvas, ventos ou mesmo animais como cobras, onças, etc.

A alimentação é a mais precária possível sendo, o mais comum, fornecida pelo empregador. O que enriquece um pouco o alimento é a carne de caça, geralmente abundante em áreas de mata. Os animais são caçados após a jornada de trabalho.

Quando o trabalho se prolonga por vários meses é comum o jovem retornar muito magro e doente. Acontece, as vezes, de não conseguir se recuperar e vir a falecer.

Quando o jovem é parte importante na complementação da mão de obra familiar, sua ausência pode representar um sério transtorno, podendo acarretar dificuldades à família na obtenção da sobrevivência. Ilustra esta situação, o caso de um jovem que não retornou na época combinada, ou seja, no período de iniciar o desmatamento e a preparação da terra para o plantio. O pai era cego e a mãe não tinha habilidade e nem disponibilidade para o trabalho na roça, já que não podia deixar o marido sozinho. As duas filhas do casal estavam empregadas nas fazendas próximas. A mãe apresentava um certo desespero ante a possibilidade de não terem condições de fazer a roça naquele ano. O rapaz chegou um pouco depois do tempo previsto e, por sorte, conseguiu emprestado um pedaço de terra já preparada para o plantio. Era visível a satisfa-

ção da mãe após a chegada do rapaz e a possibilidade de terem, naquele ano, uma colheita normal.

O recurso ao mutirão é utilizado não apenas para complementar o trabalho da família camponesa mas também para a viabilização de algumas obras para a comunidade, as quais só podem ser realizadas através de um trabalho conjunto.

A produção de Pontinópolis está baseada na unidade familiar. Como se viu, é dentro da família que ocorre a divisão de tarefas que garantem a sobrevivência. Há, entretanto, momentos em que essa mão de obra é insuficiente. Certas etapas do processo de trabalho demandam mais força de trabalho do que aquela com a qual a família efetivamente conta.

Por outro lado, o posseiro dificilmente tem condições de pagar diaristas, não dispondo de dinheiro para esta finalidade. Como a situação é generalizada entre eles, esse problema é resolvido com a utilização de mecanismos que se baseiam na tradição e em comportamentos já estruturados dentro do grupo.

A maneira mais usada de suprir a necessidade de mão de obra é a "troca de dias de serviço". Consiste basicamente na mobilização de grupos de posseiros os quais realizam as tarefas necessárias em determinada posse. O dono da gleba beneficiada fica na obrigação de retribuir o dia de serviço a cada posseiro que participou do empreendimento.

As ações são coletivas e organizadas conforme o calendário agrícola. A tarefa que mais demanda a organização dos chamados "mutirões" é a colheita. Esporadicamente pode

ser realizada para a preparação do terreno ou para o plantio. Pode ocorrer, por exemplo, de um possessor adoecer na época da derrubada. então, um grupo se mobiliza e realiza a tarefa, mesmo na ausência do dono da terra. Este fica na obrigação de retribuir também em serviço, quando houver necessidade por parte dos que participaram.

Os dias de realização do mutirão são estabelecidos pelo dono da terra, o qual sabe em que etapa do processo vai haver maior necessidade de trabalho. Dele parte o convite para os que deverão participar. nesse momento faz-se uma seleção entre os possíveis convidados. Alguns critérios irão regular esses convites. O grau de parentesco e compadrio prevalecem sobre os demais. A proximidade das casas ou seja, a relação de vizinhança e ainda a disposição de trabalho dos possíveis participantes também irão influenciar.

Nos momentos em que praticamente todos os posseiros necessitam dessa mão de obra complementar, como nos períodos de colheita, há necessidade de uma organização maior. O comum então, é realizar reuniões onde se estabelecem os dias destinados ao trabalho em cada gleba, obedecendo à ordem de maturação do produto. Assim a plantação com prioridade será a que primeiro amadurecer e assim sucessivamente.

O possessor, cuja gleba está sendo trabalhada, obriga-se a fornecer a alimentação para todos os participantes. A mulher faz a comida geralmente auxiliada pelas pessoas de casa ou por outros parentes bem próximos e ainda pelas comadres.

Existe outra forma de mutirão ali realizado, mas

que não se prende necessariamente às necessidades da produção familiar. Consiste em uma mobilização da comunidade para tarefas de preservação ou de proteção às áreas comuns. Não está fundada nos costumes tradicionais, mas passa a fazer parte das atividades dos posseiros a partir de uma mobilização de ordem mais política, fundada nas condições de enfrentamento que vão se estruturando nessa localidade.

Por necessitarem de uma organização melhor planejada, estes mutirões são sempre precedidos de reuniões, acontecem a partir de denúncias por algum membro da comunidade, de que está ocorrendo invasão na área de mata, ocupação da clareira ou cercamento da zona do patrimônio. A mobilização, no caso, deve ser ágil, para impedir que a ação de ameaça à comunidade se concretize. Os homens, então, se reúnem, geralmente à noite, logo após se inteirarem da notícia e discutem as estratégias de enfrentamento. Por anos seguidos esta tem sido a forma de preservação de áreas comuns, assegurando-se o seu uso a todos os habitantes de Pontinópolis.

O trabalho coletivo é ainda usado em Pontinópolis quando a comunidade necessita de certas edificações que, uma vez prontas, beneficiam a toda a população. Esses trabalhos são realizados geralmente em fins de semana, quando as pessoas estão mais disponíveis. As ruas do povoado, a ponte que liga o povoado à reserva de mata, a Igreja local e o campo de futebol foram assim construídos. Desta forma. Igualmente as ações são precedidas de reuniões para planejamento e, às vezes, o trabalho leva muitos meses para ser concluído.

Esta forma de mutirão tem como motivo a própria viabilização da vida no Patrimônio, ele supre a falta de ação de órgãos públicos, construindo, desde obras imprescindíveis como a ponte, até outras apenas com finalidade de lazer.

3. - Considerações acerca da Produção

Conforme se viu, no núcleo de posseiros analisado, as relações estabelecidas no trabalho resumem-se às que se organizam no interior da unidade produtiva, que é a família. Outros elementos participam esporadicamente do processo produtivo, através de trocas de dias de serviço, do mutirão, etc. existem até casos de contratação de serviços de terceiros, em épocas de pico de trabalho, sendo, entretanto, casos raros e isolados.

Toda a família se submete a uma auto-exploração. Não existe, entretanto, uma exploração sistemática de uma pessoa sobre outra, ou de um grupo sobre outro, caracterizando uma situação de subordinação. As relações são horizontais e isso impede uma diferenciação significativa no interior do grupo. Inexistem mecanismos que garantam a apropriação do sobretabalho de uns por outros, entre os próprios posseiros.

A existência de uma autoridade e de relações de poder dentro da unidade produtiva reforça uma vivência comum e ajuda a reprodução da família camponesa. Neste sentido, ela visa a preservação de normas e regras que reafirmam uma igualdade social no interior do grupo. As formas de organização coletiva, como o "Conselho de Vizinhaça", as quais possuem uma coordenação, também se prestam mais à coesão do

grupo, reafirmando comportamentos que impedem uma diferenciação acentuada entre os posseiros.

Frente a inexistência de uma relação de exploração generalizada, no interior da comunidade, não há mecanismos que assegurem a acumulação dentro do grupo. As formas de autoridade na família e na comunidade, reafirmam comportamentos que propiciam uma distribuição maior da riqueza produzida no interior da unidade e não a sua concentração em mãos de alguns. A nível das lideranças locais, fica muito claro que elas são legitimadas à medida que conseguem traduzir e reforçar comportamentos que garantem o acesso à terra e aos instrumentos de trabalho a todos que compõem a comunidade de posseiros. E não apenas aos que efetivamente ocupam a terra, já que existe a preocupação em reservar áreas para os que possam chegar a para os jovens que irão constituir novas famílias.

Neste sentido, poder-se-ia pensar na criação de riquezas e, considerando a existência de mecanismos que propiciam a distribuição e não a acumulação, o resultado seria a "fartura" para toda a comunidade.

Entretanto, a produção é pequena e só cobre as necessidades de sobrevivência. Não há excedente que possa ser acumulado. É verdade que parte da produção é comercializada, mas o resultado das trocas destina-se ao consumo dos bens não produzidos pelos posseiros. E é justamente a falta de excedentes que impede que haja exploração de uns sobre os outros, ao nível do trabalho. A pobreza, à qual os posseiros estão submetidos ajuda a explicar a emergência das formas de orga-

nização coletiva e mesmo da autoridade dentro da família, as quais são criadas a partir da necessidade de sobrevivência, realizada em condições muito adversas.

A adequação de uma ação dos posseiros com a ação da Igreja decorre muito dessa situação a que estão submetidos os lavradores de Pontinópolis. A proposta da Igreja de uma vida compartilhada, de união e de troca encontra ressonância nas formas de organização criadas pelos posseiros como estratégias de sobrevivência.

No tocante à produção, a Igreja incentiva os posseiros a realizarem atividades conjuntas como os mutirões e as trocas de serviços. Essas práticas ajudam a suprir a falta de mão de obra em algumas épocas do ano, garantindo a realização de obras essenciais à sobrevivência, entretanto, elas não resultam na superação da pobreza.

CAPITULO 4

O Destino da Produção.

O esforço de organização da produção englobando o ordenamento da relação do posseiro com o meio ambiente e a divisão de trabalho no interior da unidade produtiva tem como objetivo a produção de mercadorias para o auto-consumo e para a comercialização.

1. Consumo: Fartura X Miséria

A produção dos posseiros de Pontinópolis visa possibilitar a sobrevivência e a reprodução da família camponesa. Há, então, uma estreita ligação entre o que é produzido e o que é consumido.

O consumo pode ser visto sob dois ângulos diferentes: do ponto de vista do que é produzido localmente e do que é originalmente de fora, de outras regiões, e comercializado no povoado.

A idéia de fartura está ligada a tudo que é produzido internamente, pelo grupo de posseiros. O que é conseguido através do trabalho nas posses é encontrado em abundância, praticamente em todas as casas. O que propicia essa "fartura" é a produção de cada unidade de trabalho e a possibilidade de troca, mesmo na ausência de dinheiro. Além disso, os produtos que não dependem de um trabalho sistemático da família camponesa são considerados como "bens da coletividade". Por exemplo, as frutas cujas plantas não requerem tratos e cuidados especiais. É o caso das mangueiras, mamoeiros e algumas espécies de coqueiros, dos quais toda a comunidade usufrui, na

safra.

Entretanto, a fartura proveniente da produção local só existe em algumas épocas do ano. Nos períodos de entressafra a produção local fica restrita. Os produtos da lavoura vão se escasseando. Algumas vezes a família é obrigada a comercializar parte da produção destinada ao consumo, a fim de cobrir outras despesas.

Segundo o relato de uma moradora local, em entrevista realizada em novembro, a sua família estava comendo arroz no almoço e apenas farinha no jantar. Este racionamento deveria prolongar-se até a época da colheita do arroz, prevista para março. Ela explicou que, se cozinhasse o arroz no almoço e no jantar, ele acabaria bem antes da colheita e eles iriam dispor apenas da mandioca para ambas as refeições.

Os produtos oriundos de outros lugares, geralmente, são consumidos em pequenas quantidades, sendo dificilmente adquiridos pelos moradores locais. O alto preço daqueles produtos, aliado à pequena circulação de dinheiro, faz com que sejam consumidos, através do comércio local, apenas os de primeira necessidade, imprescindíveis à sobrevivência e os destinados à reposição do instrumental de trabalho.

As condições da compra também são precárias. Na ausência do dinheiro, o "fiado" é a forma mais comum de transação comercial. Os consumidores têm uma caderneta onde o comerciante anota as mercadorias entregues. Periodicamente eles fazem o acerto de contas.

Por sua vez o comerciante também faz o acerto com o

fornecedor, depois de vendida a mercadoria. A expressão usada é: "a gente paga no apuro". Isso significa que o produto é pago ao fornecedor depois que o comerciante local recebe do consumidor. Isso faz com que ele sempre pague o preço que o produto alcança na hora de se fazer o acerto. O pequeno comerciante local não tem possibilidades de comprar um estoque com seus próprios recursos e vender com uma margem de lucro estabelecida apenas por ele. Ele funciona apenas como um intermediário entre aquele que lhe fornece a mercadoria e a população local. Ele faz estoque sem dispender de dinheiro, já que não dispõe de capital para pagar essas mercadorias. Fornece o produto ao consumidor que também não paga na hora que leva a mercadoria.

O acerto com o consumidor, a um preço elevado, corresponde mais ou menos ao que vai ser o preço por ocasião da passagem do fornecedor. Entre o comerciante e o fornecedor o acerto também é feito com preços do dia em que este é efetuado. A mercadoria, já consumida, paga com preço novo, atinge alto preço, que aliado ao baixo poder aquisitivo da população, restringe muito o número e a quantia dos produtos consumidos.

A base de alimentação dos habitantes de Pontinópolis se constitui de arroz e de mandioca. Além destes produtos, se usam, em menor quantidade, o feijão, a carne, o açúcar, a farinha de trigo, araruta, leite, etc.

O consumo de alimentos restringe-se, com poucas exceções, ao que é produzido pela família camponesa. O que eles precisam de adquirir são principalmente o café, açúcar,

macarrão, massa de tomate, óleo, araruta, farinha de trigo e outros. Entretanto, o uso deles é raro.

Normalmente são preparadas três refeições durante o dia. Pela manhã, o desjejum; entre 10 e 11 horas o almoço; e à tarde o jantar. A composição dessas refeições depende fundamentalmente da quantia de produtos de que a família dispõe ou que pode adquirir. Entretanto, ela varia também conforme seja preparada por homens ou por mulheres; se é feita no povoado ou na posse; e depende ainda da época do ano.

As famílias de Pontinópolis geralmente possuem uma casa no povoado, na qual permanecem a mulher e os filhos menores, e outra residência na posse, onde ficam o homem e os filhos mais velhos. Assim, as 3 refeições diárias são comumente preparadas nos dois locais. Variam, contudo, quanto aos horários e ingredientes. Nas posses, os homens preparam pela manhã farinha com carne. Esta pode ser de caça ou de gado, levada seca, do povoado. No almoço, farinha com arroz, carne, se houver e alguma "mistura", produzida ali mesmo, com abóbora, pepino ou maxixe. No jantar, geralmente se esquentam o que sobrou do almoço. O feijão não é usado pelo fato de que ninguém permanece em casa para ativar o fogo, quando este se apaga. Como o feijão é de difícil cozimento, uma vez apagado o fogo, ele não amolece.

As refeições são preparadas um pouco mais tarde de que o normal. Os homens começam a preparar o alimento depois que deixam o trabalho na roça. Quando as mulheres estão na posse, chegando do trabalho os homens já encontram a refeição

preparada.

No povoado, as mulheres preparam o quebra-jejum um pouco mais variado. Fazem bolos de araruta, de polvilho ou de farinha de trigo. as vezes fazem pães. Quando conseguem leite, fazem uma mistura com farinha e açúcar, uma espécie de mingau. As crianças costumam comer esta mistura em uma vasilha comum, cada uma com uma colher e sentados no chão, em círculo. O quebra-jejum pode ser também com farinha e carne seca, da maneira como é usado na posse.

No almoço e no jantar, o mais comum é a farinha e o arroz. O feijão também é usado com certa frequência. As vezes também o macarrão com extrato de tomate. A carne é muito apreciada e é consumida sempre que a família consegue adquiri-la. A de gado é comprada no povoado, em um único açougue ali existente. Os preços, comparados com outras regiões do Brasil, são bem menores. O açougueiro compra o gado dos posseiros, a um preço mais baixo, podendo vender mais barato. Mesmo assim, não é sempre que a família pode adquirir o produto. A carne de caça também é usada quando os homens têm sorte de encontrá-la. Além dessas há a carne de porco e a de galinha, produzidas na "rua" mesmo. O seu consumo é restrito. Geralmente a família cria um ou dois porcos de cada vez. Poucos têm uma criação maior, devido à dificuldade para alimentá-los. São os produtos da roça que garantem a comida dos animais. Do porco é utilizada principalmente a gordura. Esta é frita e bem guardada. Mata-se um porco quando a banha está acabando e o animal estiver em um tamanho que valha a pena. A carne, muito apreciada, é oferecida aos vizinhos mais próxi-

mos, aos parentes e compadres. Não produz "fartura". Quanto às galinhas, são criadas em abundância. Elas se reproduzem facilmente e conseguem, por si mesmas, parte da alimentação. Criadas soltas, elas comem bichinhos e plantas, o que auxilia o seu trato. Das galinhas, o que mais se aproveita são os ovos, para bolos, pães ou acompanhando as refeições. A sua carne é reservada para ocasiões especiais, como para festas ou para a alimentação da parturiente. Também é usada a carne de galinha para visitas inesperadas e consideradas importantes. A utilização da carne de galinha confere um tom de solene, significando tratar-se de uma data incomum. Consumem-se as frutas nos intervalos das refeições principais. Apesar de existirem fruteiras em todas as casas do povoado e nas posses, a maioria delas só produz uma vez por ano, como as mangueiras. Mas algumas produzem durante o ano todo, como o mamoeiro e a bananeira. São importantes como complementação alimentar. Entretanto, há tabus que restringem seu consumo. Evitam-nas principalmente em casos de doenças acompanhadas de febres.

Nas áreas de cerrado, próximas ao povoado, existe uma variedade de palmeira, cujo fruto é usado para sucos. É a chamada "bacaba". Para o preparo do suco é necessário colocar o coco em uma vasilha com um pouco de água e bater com o fundo de uma garrafa. A casca do coco é quebrada e o suco se solta na água. Esse líquido é coado, acrescenta-se mais água e açúcar e está pronto para ser consumido. O sabor é muito agradável.

As verduras são pouco usadas pelos habitantes do povoado, com exceção das cebolinhas verdes, coentros, cheiro-verde, que são encontradas em praticamente todas as casas. Algumas famílias cultivam alface, couve e repolho. Outras verduras como tomate, cenoura, rabanete e couve-flor são praticamente inexistentes.

No meio das roças plantam-se pepino, abóbora, maxixe e mandioca mansa. Enquanto produzidas, são bastante utilizadas como parte das refeições.

O leite é pouco usado, mesmo pelas crianças. A sua produção é muito restrita. Para consegui-lo é necessário possuir animais em pastos próximos ao povoado, o que é muito raro. Ele é vendido por alguns posseiros que reúnem essas condições, a um preço reduzido. Mas como a produção é pouca, apenas algumas pessoas se beneficiam. Geralmente tem preferência para adquirir o leite as famílias com crianças muito pequenas ou com pessoas doentes. Ou, simplesmente, as que chegam primeiro para adquirir o produto.

Na ausência do leite materno, o alimento básico do recém-nascido até cerca de 1 ano de vida é uma mistura de polvilho, água, açúcar e pouco leite, que é denominada "gomoso". Talvez o nome tenha origem na semelhança que esta mistura tem com a goma. Este "gomoso" faz a criança engordar, mas não é o alimento mais adequado, já que contém pouca proteína.

Nos casos de doenças, recorre-se a uma "medicina caseira". Só em casos muito graves o doente é retirado do povoado e levado ao médico da Fazenda Suiá-Missu ou para São Félix do Araguaia e tratado de outra forma. Os chás de frutas

e raízes são amplamente usados com fins curativos, substituindo os remédios da indústria farmacêutica, praticamente inexistentes na localidade. Por exemplo, para gripe utiliza-se batata de purga em chá ou doce; para engordar, deve-se tomar chá de casca de gameleira; para vermes e inflamação, leite de gameleira adoçado e raleado com água ou leite; para picada de arraia, coloca-se sobre o ferimento, raiz de guaimbe raspada; para varizes, usa-se tomar banho com água onde foram cozidas as raízes e as folhas de uma planta chamada vassourinha; para dores uterinas a mulher deve tomar alfazema socada, dissolvida na pinga queimada. Para preparar coloca-se a pinga em um prato e põe-se fogo.

Além de plantas, outros produtos podem entrar na composição dos remédios caseiros, como o que é usado para desinterias, cuja composição é a seguinte: pasta de dente dissolvida em água ou guaraná, misturada com limão, açúcar e polvilho. Também para estancar o sangue de ferimentos, utilizam teia de aranha ou pedaços de casa de marimbondo sobre o local machucado. Para "dores de lado" aconselha-se comer sal torrado e evitar carnes.

Existem procedimentos que são parte desse tratamento caseiro, as chamadas "simpatias". Por exemplo, logo que a criança nasce, deve-se passar o sangue do cordão umbilical nas bochechas do recém-nascido, a fim de que este fique corado. Para secreção no peito das crianças pequenas, coloca-se o óleo na moleira. Para facilitar o parto, aliviando as dores, coloca-se sobre o umbigo da mulher um pouco de fumo,

alho e pau-d'arco, amarrando um pano por cima,

O remédio pode ter também origem animal. Por exemplo, para torção e nervo encolhido, passa-se banha de cobra cascavel.

Essas práticas medicinais são intermináveis e têm como objetivos suprir a falta de um tratamento mais adequado. Geralmente as famílias possuem em casa as plantas mais usadas na composição dos remédios e são as mulheres mais velhas que dominam a arte de prepará-los. Quando interrogadas sobre a maneira como aprenderam a lidar com as plantas, respondem que foi com uma pessoa mais velha. Percebe-se que são práticas conservadas através da tradição oral e do ensino direto por meio da observação dos modos de fazer.

2. Comercialização

A produção dos posseiros de Pontinópolis tem uma dupla destinação: parte é consumida no interior da unidade de trabalho e parte é comercializada.

Pontinópolis não conta com um local apropriado para a realização de suas trocas.

Existem motivos de suas ordens para explicar esse fato: o pequeno fluxo de mercadorias produzidas na localidade e o baixo poder aquisitivo da população, que se traduz em pequena circulação monetária. Também nas proximidades não existem feiras, para onde a mercadoria pudesse ser transportada e vendida com uma certa regularidade.

Os produtos são comercializados no próprio povoado, sem um local específico para esse fim.

O posseiro leva o produto da posse até o lugarejo,

utilizando os meios de que dispõe. O mais comum é o carro de madeira, puxado por uma junta de bois. Usam-se também o cavalo, o burro ou o boi com a "canga", que consiste em um jugo de madeira que é colocado sobre o animal para sustentar fardos de mercadorias.

Na falta destes meios de locomoção, as mercadorias são transportadas nas costas, pelo próprio posseiro. Existem também glebas onde as condições de solo não permitem a entrada de carros e nem mesmo de animais. Parte das posses de Pontinópolis situa-se em uma área pantanosa denominada "Impuca". O percurso entre a gleba e o povoado tem que ser feito a pé, pois em determinados trechos nem o animal de montaria entra. Não há como chegar à posse de condução, nem mesmo com carro de boi. O posseiro, então, leva as mercadorias nas costas, em pequenas quantidades e guarda em casa, no povoado, até ter uma quantidade razoável de produtos que possa ser comercializada.

Os compradores periodicamente passam pelo povoado à procura de arroz, milho, farinha ou gado, que são as mercadorias mais produzidas. Geralmente procuram se informar nos pequenos armazens ou nos bares, acerca dos possíveis vendedores. São principalmente caminhoneiros que compram para revender aos atacadistas, cereais e farinha de mandioca e, para os fazendeiros, o gado.

A quantidade de mercadoria comercializada varia conforme a época do ano. Os períodos de safra são os que apresentam um movimento maior de compra e venda. Os posseiros

não têm condições de estocar a produção, esperando que seus produtos atinjam melhores preços. Eles vendem a parte destinada ao comércio, tão logo terminem de fazer a colheita, reservando apenas o que se destina ao auto-consumo. Pode ocorrer, durante o ano, de terem que vender até esta parte, sendo obrigados a diminuir o consumo, substituindo um produto por outro. Há casos de o pai precisar de se ausentar para procurar trabalho, acarretando sérios problemas para a organização interna do trabalho na família.

Nas épocas de safra, ocorre o aumento da oferta de produtos. De acordo com as leis de mercado, o preço de venda dessas mercadorias cai. O posseiro não tem condições de estabelecer um preço que seja mais compatível com o valor da sua produção. Vários fatores irão agravar esta situação. Ele conta com relativamente poucos compradores. Como a produção da região é baixa são poucos os comerciantes que se dirigem até lá, a fim de adquirir as mercadorias ali produzidas. Isso facilita o controle de preços por parte dos caminhoneiros. Outro agravante são as distâncias dos centros consumidores, principalmente do arroz. Esse fato encarece o transporte para o escoamento da produção, sendo compensado no baixo preço pago no ato de adquirir a mercadoria. Além disto existe aí a figura do "atravessador", que é quem viabiliza o processo de venda dos produtos.

O produto comercializado em maior quantidade é o arroz, seguido do milho. Entretanto, o seu comércio é efetuado apenas no período de colheita, pois, conforme já foi dito, o posseiro não tem condições de fazer estocagem dos produtos

em grande quantidade. Ele guarda apenas o que consome.

A farinha de mandioca é fabricada e vendida em diferentes épocas do ano. Essa possibilidade advém do fato da mandioca ser conservada no pé, dentro da terra, até por 3 anos. Quando a família tem necessidade do dinheiro, ela faz a farinha para vender. Igualmente a transação se dá no povoado. Os compradores entram e se informam de quem tem o produto para entrega ou em fase de acabamento, e acertam a comercialização.

O único produto que se destina apenas ao comércio é o gado. Entretanto, ele não alimenta trocas regulares, devido à finalidade que é atribuída a esses animais e ao fato do rebanho da localidade ser muito reduzido. Os bois e vacas significam a poupança do posseiro. Deles só dispõem em casas de grande necessidade, como por ocasião de doenças, casamento de filhos ou mesmo para alguma viagem. São comercializados principalmente os bezerros, os quais são vendidos a caminhoneiros que passam nessas pequenas localidades com uma certa frequência, comprando para fazendeiros das proximidades. Há também comerciantes que compram o gado para corte, a fim de vender para frigoríficos distantes. Outro comprador de gado é o açougueiro da localidade, que adquire dos posseiros o gado para o abate.

O maior comprador das mercadorias ali produzidas é um médio comerciante que possui um armazém na rodovia que liga São Félix do Araguaia a Barra do Garças, na entrada do ramal rodoviário que leva até Pontinópolis. Ele possui também

um pequeno armazém no povoado, através do qual ele adquire os produtos dos posseiros. Por estar instalado na rodovia, ele facilita o trabalho do comprador. A sua ação equivale à de mais um atravessador, e, mantidos os preços de venda dos produtos nos centros consumidores, faz diminuir ainda mais a parcela que é embolsada pelo lavrador.

O comércio da região analisada tem uma especificidade: ele é restrito a poucos produtos. E os moradores, de maneira geral, produzem as mesmas coisas. As implicações desse fato são as seguintes: inexistente um movimento de compra e venda entre a população, já que todos são produtores das mesmas mercadorias. O que ocorre entre eles são trocas de produtos, realizadas de maneira esporádica, as quais não garantem um fluxo constante de dinheiro em circulação. Quando um posseiro necessita de arroz, por exemplo, fora de época de safra, ele pode fazer farinha e trocá-la pelo produto que necessita.

O comércio envolvendo a manipulação de dinheiro é realizado entre os posseiros e agentes externos à comunidade. Nas condições em que ocorre esse comércio, os preços alcançados não cobrem o valor do produto. Vários fatores concorrem para isso: por ocasião da safra, época de maior movimento comercial, a produção local representa uma abundância na oferta. Não chega, entretanto, a se configurar como uma grande produção e atrair muitos compradores. Estes chegam em pequeno número configurando uma situação de procura restrita para uma oferta maior. Estabelece-se uma concorrência entre os próprios posseiros, vendedores em potencial das mesmas

mercadorias. Considerando-se que a produção tem por base a unidade familiar e que não há cooperativas ou entidade similar, que pudesse estabelecer um preço único para as mercadorias, cada família aparece no mercado como uma unidade de venda do produto. Esse esfacelamento enfraquece o poder da barganha por parte do vendedor. Aparecem no mercado muitos produtores individuais para uma procura relativamente restrita.

Esta região mantém um vínculo com a sociedade mais ampla. Considerando que é uma área de fronteira, a esse respeito José Graziano da Silva diz:

"A fronteira não é necessariamente uma região distante, vazia no aspecto demográfico. Ela é fronteira do ponto de vista do capital, entendido como relação social de produção. Não se deve pensar, pois que a fronteira é algo externo ao "modelo agrícola" brasileiro, se é que podemos nos expressar assim. Ao contrário, a fronteira é simultaneamente condicionante e resultado do processo de desenvolvimento da agricultura brasileira."(1)

Desta forma, por mais isolada e distante que essa região possa estar situada dos grandes centros consumidores, ela mantém uma vinculação a esta se dá justamente através do comércio.

1 - GRAZIANO DA SILVA, José, "Para Onde Vai a Agricultura" in Encontros com a Civilização Brasileira. Rio, Civ. Brasileira, abril/1979 p.59 (nr. 10).

De acordo com Otávio Guilherme Velho, a comercialização da produção camponesa oriunda de regiões de fronteira intensifica-se a partir da década de 50, quando passa gradativamente a se integrar no mercado nacional, através da abertura de estradas.(2)

O que ocorre na região analisada, entretanto, é que a sua vinculação com a sociedade mais ampla é muito fraca. A pequena produção impede uma ligação mais forte com outros setores da economia.

Os posseiros de Pontinópolis lutam para se manter na terra e na condição de pequenos produtores. Mas, apesar de estarem na região desde final dos anos 50, a sua participação nessa produção camponesa à qual Otávio Velho faz referências, é muito pequena. De acordo com Velho, o campesinato, a partir dos anos 50, passa a se integrar no mercado nacional. Para a área analisada, entretanto, não se pode fazer esta afirmação sem tecer algumas considerações.

Os lavradores que compõem o núcleo de Pontinópolis têm uma produção muito pequena, o que concorre para mantê-los quase isolados. Além disso, parte de sua produção que se destina ao comércio compõe-se de produtos, que, ao longo do tempo, têm se desvalorizado nas relações de troca com o milho, o arroz e a farinha de mandioca.

A consequência desta pequena produção e dos baixos preços conseguidos com a sua venda é o reduzido poder se

2 - VELHO, Otávio Guilherme, "Capitalismo Autoritário e Cam-
pesinato, 2.a ed, São Paulo/Rio, DIFEL, 1979, Cap.
XIII, p.193/223.

compra destes posseiros.

Sendo assim, não se pode considerar que existe, através da produção e do comércio, uma forte integração dos posseiros de Pontinópolis com o mercado nacional, no sentido de contribuir para o seu abastecimentos. A produção reduzida caracteriza mais uma economia de subsistência onde a maior parte do que se consegue com o trabalho destina-se ao auto-consumo. Essa integração, então, é muito fraca.

A partir dessas constatações pode-se ligar a pobreza da população a uma produção insuficiente e ao relativo isolamento econômico daquela comunidade.

As causas de sua miséria teriam que ser buscadas nas condições que o empurram para a situação de posseiro, para a permanência em áreas situadas distantes dos centros consumidores, para a falta de assistência de qualquer órgão público capaz de suprir as mínimas condições de existência como saúde, educação e alimentação e ainda da total impossibilidade de interferirem nas políticas voltadas para o setor agrário.

Esses posseiros lutam para se manter na terra a fim de conseguirem uma "autonomia" como pequenos produtores. Entretanto, eles não conseguem realizá-la totalmente. Mesmo quando conseguem com dificuldades, permanecerem na terra, não conseguem ser autônomos enquanto produtores e melhorar suas condições de vida.

O trabalho que a Igreja Católica desenvolve em Pontinópolis procura atacar algumas das causas que mantêm o posseiro na situação de miserabilidade. A denúncia, a nível

nacional, das condições de vida daquela população, visa reverter essa condição de isolamento e de abandono, os quais poder-se-iam dizer de desconhecimento da sociedade mais ampla.

Para sobreviver, o posseiro de Pontinópolis necessita produzir um excedente para comercializar, já que não consome só o que produz. Impossibilidade de estabelecer um preço de venda compatível com os custos reais de produção, ele entrega sua mercadoria a um preço baixo. Por outro lado, os produtos de que necessita são adquiridos no comércio local a preços elevados. Assim, ele precisa aumentar a sua produção, para adquirir as mesmas quantidades de que antes necessitava. **Na ausência de mecanismos que pudessem aumentar a produtividade do trabalho, uma maior intensificação da força de trabalho familiar é a solução mais viável.** Só que nem sempre isso é possível. A produção é limitada pela quantidade de terra de que a família dispõe e pelo número de braços à disposição do trabalho. Salvo poucas exceções, as famílias são numerosas, mas as glebas são pequenas. neste caso, o resultado é uma pressão maior sobre o solo, o que leva a um esgotamento da terra.

Pode-se concluir que a ação do comerciante ajuda a explicar tanto a apropriação do pequeno sobretrabalho desses camponeses como a superexploração da força de trabalho a que eles estão submetidos. A atuação do comerciante perpetua e aprofunda a subordinação do posseiro, ao mesmo tempo que fornece-lhe as condições de sobrevivência, ajuda a realizar a

sua expropriação. Com o dinheiro apurado nas vendas de seus produtos, o posseiro adquire o que não produz na posse e que é essencial à sua sobrevivência. Enquanto tiver condições de permanecer trabalhando, ele submete a si e a sua família a longas jornadas de trabalho e a duras condições de vida para continuar na terra. Então, este comércio efetuado assegura a reprodução do campesinato de Pontinópolis, apesar de não acenar com modificações significativas que pudessem se traduzir em uma melhoria no nível de vida.

CAPITULO 5

O Conflito Pela Terra

As dificuldades, enfrentadas pelos lavradores nos caminhos, até a região de Pontinópolis, não terminaram com o seu estabelecimento no local. O conflito pela terra esteve presente desde o momento da instalação dos primeiros posseiros.

1. - Índios e Posseiros: Convivência Conflituosa.

A ocupação da região se marcou por disputas de terras. Os primeiros a se envolverem: de um lado os posseiros, e, de outro, os indígenas.

Apesar de consideradas terras desocupadas, como já se afirmou, na verdade as terras, em que mais tarde estaria o povoado de Pontinópolis, e as áreas rurais contitufam parte do território Xavante.

Devido à extensão das terras que ocupavam, a instalação das primeiras famílias de posseiros não causou fortes reações por parte dos indígenas, os antigos moradores.

Os posseiros iam chegando, ocupando a área e, aos poucos, o Índio foi se sentindo acuado. Conforme relatos de moradores mais antigos, houve escaramuças, brigas. O Índio entrava na roça dos lavradores, levava mandioca, milho. O pessoal negociava, ia convivendo. Dependia, um pouco, do tipo de temperamento do posseiro a forma em que se dava essa convivência. Com a intensificação do contato, vários deles conseguiram criar um certo tipo de confiança, de amizade.

Houve também enfrentamentos mais sérios, com mortes, principalmente de Índios. A população que hoje habita a região aponta alguns nomes de antigos habitantes que teriam matado vários deles. Entretanto, de maneira geral, a convivência era pacífica.

O Índio Xavante também, por esta ocasião, apresentava uma postura mais agressiva ao branco. A nação Xavante havia sofrido um grande massacre em Goiás, nas proximidades do Rio Vermelho, localidade onde anteriormente habitava. Fala-se em milhares de Índios ali mortos pelos brancos.

Segundo D. Pedro Casaldáliga, a partir deste massacre o Xavante adquiriu uma postura mais agressiva frente ao branco. Para D. Pedro, isto marca a história de um povo. Além de ser já um povo ativo por natureza, se se tem uma história de choques, evidentemente, que se cria uma irritabilidade maior em relação ao branco.(1)

Na ocasião da chegada dos primeiros posseiros, não havia empresas agropecuárias instaladas nas proximidades. Posteriormente foram apropriados na região 1.200.000 (um milhão e duzentos mil) hectares por 2 indivíduos possivelmente em 1960.

A área das posses se compreendia dentro desse imenso latifúndio que se formou.

Parte do latifúndio foi vendida, em 1961, para Hermínio Ometto, aproximadamente 600 mil hectares na Serra do Roncador, então município da Barra do Garças. O grupo

1 - Entrevista com D. Pedro Casaldáliga, Bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia, em 30/01/88

Ometto inicia a formação de uma agropecuária em área limítrofe à região de posses.

A instalação desta fazenda fazia parte de uma corrida de empresas capitalistas às terras da Amazônia, conforme relata D. Pedro Casaldáliga:

"A partir de 1961 os capitalistas do Sul começam a realizar, também no Mato Grosso, seus negócios, objetivando a formação de grandes fazendas agropecuárias (ou pecuárias apenas) e o monopólio fundiário que vai se concentrando nas mãos das grandes indústrias, comércios e bancos nacionais e multinacionais."(2)

Os primeiros a se transferirem da região foram os Índios Xavante. Através de negociações entre a fazenda Suiá e os Índios, fez-se a transferência em um avião da FAB, com a interveniência do SPI - Serviço de Proteção ao Índio (órgão que antecedeu à FUNAI) e com a ajuda de missionários Salesianos. Foram levados para outras aldeias, ao longo do Rio das Mortes, no Estado de Mato Grosso, confinados em reservas. Inicialmente eram as seguintes: São Marcos, Kuluene, Couto Magalhães e Pimentel Barbosa. Nessas mudanças, que datam de 1960 e 1961, morreram 60 indígenas com epidemia de gripe e sarampo.

2 - Depoimento de D. Pedro Casaldáliga à CPI da Terra - Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar as atividades ligadas ao sistema fundiário em todo o Território Nacional, in Diário do Congresso Nacional, Seção I, Suplemento ao no 121, Capital Federal, p. 512.

"Os Índios Xavante foram realmente expulsos da área que atualmente é a sede da fazenda Suiá-Missu. Sesenta deles morreram por contágio, insuperável para eles, sendo levados, inclusive por avião da FAB. Aind hoje os Índios Xavante voltam com frequência à região para cortar o "pati", um tipo de palmeira fina que utilizam para seus arcos e flechas."(3)

Periodicamente os Xavante voltam ao local também para caçar. Sempre afirmam que aquelas terras são deles, tendo, ali, enterrados seus mortos.(4)

Talvez devido ao pequeno espaço de tempo em que Índios e posseiros estiveram em contacto na região, pouco mais de dois anos, após o choque inicial não se registraram encontros frequentes e nem agressões sérias que caracterizassem uma luta pela terra entre eles. Durante esse período de convivência, poucas famílias de migrantes se instalaram. Havia espaço suficiente para que Índios e posseiros se movimentassem sem necessidade de um contato maior.

2. - O Acirramento do Conflito.

A transferência dos Índios para outros locais dei-

3 - Idem, p.537.

4 - Nas proximidades de Pontinópolis, no Município de Luciará, atualmente (Janeiro/88), ainda existe conflito entre o Índio e os moradores brancos, principalmente posseiros. Os Karajá estão querendo recuperar toda a área, inclusive a que faz parte da zona urbana. Existem mais de 20 famílias de posseiros vivendo ali, há mais de 40 anos. A Prefeitura Municipal já se envolveu com o problema. A Polícia Federal esteve no local e houve até prisão de vereadores. O problema continua, ilustrando que este é um conflito latente na região.

xou livre o seu antigo território, que agora se torna palco de luta entre outros antagonistas. De um lado, os posseiros, cuja migração para a área se intensifica a partir a partir do início dos anos 60 e, de outro lado, jagunços, grileiros e fazendeiros, os quais procuravam se apossar das terras já desbravadas pelos lavradores.

A instalação de uma imensa agropecuária, em áreas limítrofes à região das posses, marcou o início das hostilidades. Os posseiros, cujas terras ficavam na **divisa com a fazenda**, eram os mais atingidos. Devido à necessidade de defesa das terras, uma ação de resistência na área, por parte dos lavradores, tem início. Começam a se firmar as lideranças, que durante uma década conduzem as lutas e servem como porta-vozes da comunidade.

As hostilidades por parte da fazenda partiam, principalmente, de gerentes ou mesmo de outros empregados e jagunços, já que os donos nunca se faziam presentes nos enfrentamentos.

Os posseiros começam também a ser hostilizados por parte de indivíduos, que se apresentavam no povoado em nome do suposto dono das terras.

Era necessário uma constante mobilização para tentar permanecer na terra e vigiar os limites das posses. havia, então, 2 frentes de luta: uma com a fazenda, onde a preocupação era, principalmente, os limites das posses mais próximas da fazenda; outra com as pessoas, que se diziam proprietárias legais das terras, alegando terem a titulação delas. Neste aspecto, a resistência se desenvolvia mais no

sentido de ocupação efetiva do solo, através de benfeitorias e, por outro lado, procurava-se legitimar uma forma de acesso à terra, através da posse. Assim, os posseiros valorizavam a ocupação efetiva, reivindicando para si o direito de permanência na terra pelo fato de elas terem sido por eles desbravadas.

Por essa ocasião, não havia clareza quanto ao verdadeiro proprietário jurídico das terras. O que se sabia era que o antigo dono de toda a região, Arlosto da Riva, havia vendido as terras onde a fazenda Suiá-Missu se instalara. A dúvida era devido ao fato de os proprietários nunca se apresentarem pessoalmente, mas sempre através de "mandados".

Em meados dos anos 60, portanto 5 anos após a instalação das primeiras famílias em Pontinópolis, a situação dos posseiros era de instabilidade. A população aumentava gradativamente, com a chegada de parentes ou amigos dos antigos moradores e, com isso, as áreas ocupadas pelas posses aumentavam progressivamente. A fazenda intensifica a vigilância principalmente nos limites de sua área, a fim de impedir a entrada de posseiros em suas terras. Desavenças envolvendo, de um lado, elementos da fazenda como jagunços, empregados e até a gerência e, de outro lado, os posseiros, tornam-se comuns. Quanto ao dono das terras de posses, este fazia-se representar, algumas vezes, através de "prepostos", sempre fazendo ameaças de que iria desalojar os posseiros.

Logo que inicia a hostilização por parte dos proprietários das terras, os posseiros procuraram se defender. A

forma de defesa mais eficiente era a ocupação efetiva do solo e a constante vigilância da terra. O enfrentamento dos posseiros em conjunto funcionava como uma forma eficaz de impedir a concretização de ações de expulsões. A presença das lideranças constituídas pelos chamados "fundadores" era o que viabilizava essas ações coletivas.

Com a intensificação das agressões e a constante instabilidade na terra, os lavradores procuram outras formas de se defender e garantir a permanência. Começaram a procurar um apoio externo, através de agentes que eles acreditavam terem autoridade para resolver as pendências na região. O propósito perseguido passa a ser o de sensibilizar determinados elementos que pudessem interceder a seu favor e viabilizar o acesso à terra.

Com esse propósito, um dos líderes dos posseiros empreende uma série de viagens a Brasília e a Cuiabá, a fim de sensibilizar as autoridades para o caso. Diante das dificuldades enfrentadas para se encontrar pessoalmente com autoridades, buscou-se uma outra forma de contato. Em 14 de julho de 1965, este posseiro escreveu uma carta ao então Presidente da República, Mal. Humberto de Alencar Castelo Branco, relatando a situação e pedindo providências do Governo Federal, a fim de que pudessem permanecer na área que tão duramente haviam conquistado.

É interessante observar a confiança que eles depositavam nos agentes ou representantes do Governo Federal. A Polícia Federal e o Exército eram bem vistos e eles acreditavam que essas instituições teriam poderes para resolver a

situação das terras. O mesmo não ocorria com relação à Polícia Militar e à Civil, que muitas vezes serviam como instrumento de grilagem de terras. Era fato comum esses policiais agirem a mando de fazendeiros, à revelia da justiça e da legislação.

Na mesma ocasião, em 16 de julho de 1965, escreveu-se outra carta, a um deputado, com o mesmo propósito, pelo mesmo lavrador, representando os posseiros.

Foram enviadas correspondências por um representante dos lavradores ao então Presidente do INDA - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário, Dr. Eudes de Souza Leão, em 01/10/65 e ao então Diretor do Depto. de Colonização, Dr. Francisco Targino de Siqueira, em 02/10/65. Estas correspondências pediam informações sobre o andamento de um processo que eles acreditavam estar em tramitação, autorizado pelo Presidente da República e que daria solução para o problema de suas terras.

A correspondência, entretanto, não cita o número do processo e, possivelmente, esse processo nunca tenha sido aberto.

Houve uma resposta aos posseiros, por parte do INDA, o qual em um ofício enviado em 11 de outubro de 1965, acenava com uma solução para o caso, prometendo fazer o levantamento da situação das terras:

"Será verificado:

- 1) Se a Cia de Terras Suiá-Missu que alega ser proprietária das terras existe de fato e

está registrada nos órgãos competentes;

2) Se as terras realmente pertencem a particulares, ou à citada companhia;

3) As providências legais, para solucionar o caso."(5)

O ofício recomenda ainda, qual o procedimento que os lavradores deveriam adotar, enquanto a situação não fosse definitivamente solucionada:

"Enquanto houver essa investigação os colonos deverão manter-se em harmonia e respeito, confiantes na Lei e nas providências que o governo pode adotar.

Nesse sentido, inicialmente, serão solicitadas ao Governo Federal, medidas que assegurem a paz e a segurança daqueles que residem na região.

Qualquer ocorrência deverá ser comunicada a esta Delegacia, ou às autoridades competentes de São Félix, para que nada seja feito sem conhecimento dos órgãos competentes para julgamento do caso.

Aos supostos proprietários da Cia de Terras "Suiá-Missu" será enviado um ofício desta Delegacia, ponderando sobre o assunto.

Na certeza de que tudo se resolverá com

5 - INDA (Delegacia Estatual em Mato Grosso). Of. no 151/65, de 11/10/65, dirigido ao Sr. José Antonio dos Santos e outros.

respeito, justiça e Lei, com apreço e consideração."(6)

Enquanto os posseiros agiam, procurando os órgãos competentes para dar uma solução ao seu problema, os proprietários das terras também agiam em defesa de seus interesses. Em 1965, dois pistoleiros, andaram pelo Patrimônio carregando, ostensivamente, revólveres e intimando os posseiros para que deixassem a localidade. Os dois apresentavam-se como mandados do suposto dono das terras.

Percebem-se duas diferentes formas de atuação: os posseiros, apesar de não serem portadores de títulos de propriedade das terras, ao procurarem os órgãos governamentais buscavam uma solução pacífica, dentro da legalidade. Os proprietários das terras, agindo através dos pistoleiros, utilizavam procedimentos fora da lei.

Um ano depois, em setembro de 1966, o então delegado do INDA, Bento Machado Lopes, promete aos posseiros demarcar 15.000 hectares de mata, com possibilidade de aumentar essa área, caso fosse necessário. Após a demarcação esses hectares estariam assegurados aos posseiros de Pontinópolis.

Há uma correspondência enviada por um dos líderes dos posseiros, ao então delegado da INDA em Cuiabá, datada de 28/03/67. Nesta carta ele "solicita enviar engenheiro a partir de primeiro de maio próximo, a fim de demarcar a terra".(7)

6 - Idem, idem.

7 - Trecho de correspondência enviada em 28/03/67 por um dos posseiros, José Antonio dos Santos, ao Sr. Bento Machado Lobo, Delegado do INDA em Cuiabá - MT.

É estranho que o órgão federal que se interessou pelo caso fosse o INDA e não o IBRA. O primeiro destinava-se a realizar atividades de Desenvolvimento Agrícola e o segundo a executar a Reforma Agrária.(8)

Esta questão dos posseiros, pela sua natureza, está ligada ao problema da distribuição da terra. Resolvê-lo significava efetuar transformações na posse e uso e, sobretudo, na propriedade da terra, o que seria de competência do IBRA. Desta forma, não causou estranheza o fato de INDA não ter resolvido totalmente a questão.

Parte da área prometida foi realmente demarcada, possivelmente em 1967. Na ocasião havia mais de 300 famílias vivendo na região. A maioria teve suas roças a benfeitorias fora desses limites. Apesar da proposta inicial ser de demarcar apenas terras de matas, melhores para lavouras, apenas 20% do total tinha esse tipo de vegetação.

Em 1967 estiveram na localidade dois agentes, possivelmente do INDA, vindos de Brasília, os quais instruíram o

8 - O INDA - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário, foi criado pela Lei nº 4.504/64 (Estatuto da Terra) em novembro de 1964. Art. 74: "É criado para atender às atividades atribuídas por esta Lei ao Ministério da Agricultura, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário - INDA - entidade autárquica, vinculada ao mesmo Ministério, com personalidade jurídica e autonomia financeira...". Quanto ao IBRA, suas atribuições foram estabelecidas pela mesma Lei, no art. 11: "O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária fica investido de poderes de representação da União, para promover a discriminação das terras devolutas federais, restabelecida a instância administrativa disciplinada pelo Decreto Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, e com autoridade para reconhecer as posses legítimas manifestadas através da cultura efetiva e morada habitual, bem como incorporar ao patrimônio público as terras devolutas federais ilegalmente ocupadas e as que se encontram desocupadas."

povo no sentido de "tocar serviço e continuarem aumentando as suas plantações".

Em 29 de julho de 1967, houve um encontro do proprietário das terras de posses, com alguns posseiros no qual ele se referia a uma medição realizada na área. Na ocasião ele procurou tranquilizar a população no sentido de que esta não se preocupasse com a medição feita. Segundo ele, a mesma só serviria como levantamento. Possivelmente ele se referia à demarcação efetuada pelo INDA.

Por essa época, já havia mais clareza, de parte dos posseiros, quanto à propriedade das terras. Eles já tinham informações seguras sobre o suposto dono das terras **com quem os lavradores iniciam um certo entendimento**. Entretanto, não houve nenhuma iniciativa no sentido de regularizar as terras para os posseiros. A medição feita pelo INDA, além de não atender às necessidades dos posseiros, com relação às dimensões pretendidas, não representou garantias de que eles pudessem permanecer na terra. Os posseiros continuavam mobilizados, defendendo as terras já ocupadas e procurando ainda assegurar áreas de matas e próximas de aguadas para futuros moradores. A maneira mais eficaz de efetuar a defesa era continuar na terra, plantando, colhendo e fazendo benfeitorias nas posses. Quanto maior o número dos moradores, maiores as possibilidades de permanência já que nos momentos de agressões e acirramento de lutas pela terra o que assegurava a permanência era a mobilização rápida dos homens, os quais se dirigiam com suas rústicas armas aos locais dos confrontos.

No início dos anos 70, apesar da situação instável das terras de Pontinópolis, continuam chegando novos moradores.

Por essa ocasião, a Igreja Católica inicia um trabalho na região através de padres e agentes leigos. Ela se apresenta como uma instituição que pode ajudar a legitimar a situação do posseiro, a partir do discurso apresentado de opção pelo oprimido. Com relação à terra, ela defende o acesso a quem nela trabalha. A medida que as intenções da Igreja começam a se concretizar através de ações, os posseiros passam a se apoiar nela, ao mesmo tempo em que esses lavradores conferem à Igreja a condução da luta pela terra.

A Igreja age em duas frentes, atuando em dois espaços diferentes. Internamente, com um trabalho ao lado do posseiro, acompanhando a luta cotidiana e ajudando-o a se organizar no sentido de enfrentar os adversários. Externamente, divulgando a luta dos posseiros, procurando mostrar a legitimidade da intenção dos posseiros de permanecerem na terra, elaborando e divulgando um discurso de defesa e permanência na terra a quem nela trabalha.

Como já foi dito o discurso da Igreja se concretiza com o deslocamento de equipes da Prelazia para Pontinópolis. Os agentes de pastoral, logo que chegam, começam imediatamente a trabalhar ao lado do lavrador, no sentido de incentivar a coordenar uma mobilização constante da comunidade. Na verdade, o trabalho da Igreja se apoiou nas práticas já adotadas pelos posseiros. Mas a presença da Igreja reforçou e legiti-

mou a luta pela terra a partir de uma vigilância constante e de denúncias da situação desses lavradores, as quais extrapolaram os limites da Prelazia.

O trabalho de mobilização interna dos posseiros era coordenado pela Igreja, mas estava assentado na liderança constituída pelos primeiros posseiros a chegarem à área, os chamados Fundadores. Neste aspecto, a autonomia da Igreja era relativa. Os agentes de pastoral necessitavam do conhecimento e da experiência dos posseiros para enfrentar os problemas do dia a dia.

Já no âmbito externo, o trabalho de denúncia estava assentado na Igreja enquanto uma organização forte, estruturada em outras regiões e que tinha condições concretas de atuar no sentido de divulgar e reforçar a luta dos posseiros pela terra. Neste sentido, a Igreja se articulava enquanto instituição e não necessitava da intervenção do posseiro. Através de seus agentes, a Igreja se apresentava frente aos posseiros como a instituição que tinha condições concretas de divulgar sua luta, legitimando a sua condição de posseiro, portanto, a forma específica da relação que aquele lavrador mantém com a terra. O fato de estar trabalhando a terra e dela retirando o sustento da família era o argumento usado pela Igreja para legitimar a luta. Então ela se apresentava como uma entidade estruturada acima deste lavrador e, portanto, desvinculada dele. Os agentes de pastoral, então, tinham uma dupla função: participavam do cotidiano desses lavradores, de suas lutas, mas ao mesmo tempo eram parte de uma entidade maior, articulada com outros setores e em outras regiões e

que se sobrepunha a eles. Esta foi a principal causa de todo o trabalho de defesa e mobilização da comunidade de posseiros ter sido coordenada, durante toda a década de 70, pela Prelazia de São Félix do Araguaia.

Por esta época, no início da década de 70, duas razões se combinam para impor a necessidade de criação de um regulamento para a ocupação e para o uso das terras. De um lado, o aumento das pressões sobre o solo, devido à ação de grileiros e fazendeiros, o que reduzia a quantidade de terras disponíveis. Por outro lado, o aumento da migração de lavradores para a região e o próprio crescimento vegetativo da população. Com o propósito de criar essa regulamentação, os posseiros se unem sob a coordenação da Igreja e escrevem a "Lei do Posseiro", em 10 de julho de 1971. Era uma forma de legitimar e tornar aceita, pelos chegantes e pelas novas gerações, uma forma específica de utilizar as terras "da mata" e "da rua". O conteúdo dessa "Lei" teve forte influência da conduta e da relação estabelecida com a terra pelos primeiros moradores. Mas ela sofreu uma inegável influência da Igreja Católica no tocante a considerar a terra e o seu uso (conforme será analisado mais adiante).

As normas contidas na "Lei do Posseiro" tiveram como efeito a disciplina do uso das terras pelos posseiros. Raramente ocorriam desavenças entre os lavradores, por questões de limites de terras ou invasões de posses alheias. Os poucos conflitos internos que apareciam eram resolvidos através da mediação das lideranças locais, então constituída

pelos "fundadores" e pelos "agentes de pastoral". Entretanto, com relação às agressões sofridas por agentes externos à comunidade, a "Lei do Possheiro" não teria efeito. Em 1972, a situação continuava inalterada, como comprova um abaixo assinado enviado pelos posseiros ao Presidente do INCRA, pedindo garantias para permanecerem na área. (9)

Em correspondência enviada ao INCRA, os posseiros denunciavam a ação de grileiros na região, os quais estariam prometendo entregar títulos de propriedades aos moradores. Segundo os posseiros este procedimento teria fins eleitoreiros, pois um dos envolvidos era candidato a Prefeito da região. Os posseiros reafirmam a confiança nas autoridades federais, assegurando terem confiança de que só o INCRA poderia resolver o problema, para o qual reclamavam uma solução.

"... Nós entretanto não acreditamos em promessas eleitorais, sabemos que o problema das terras, particularmente nesta região amazônica compete única e exclusivamente ao INCRA. Por isso pedimos que V.S. nos oriente sobre como proceder e que medidas concretas sejam encaminhadas, a fim de que não se semeie a confusão entre nosso povo, devido à entrega de escrituras não autorizadas pelo INCRA."(10)

9 - O INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, foi criado pelo Decreto-Lei n. 1.110 de 9 de julho de 1970, vindo a substituir o IBRA e o INDA. A finalidade do INCRA era promover o desenvolvimento rural dos setores de colonização, de extensão rural e de cooperativismo.

10 - Trecho de correspondência enviada pelos posseiros de Pontinópolis ao Sr. José Francisco de Moura Cavalcante, Presidente do INCRA, em 28/10/72.

Com relação ao INCRA, conforme já se viu, a quase totalidade de seus recursos foi destinada a projetos de colonização, priorizando aqueles situados nas proximidades da Rodovia Transamazônica. O INCRA veio substituir o IBRA e o INDA, voltando a reforma agrária a um segundo plano, dando ênfase maior à colonização de áreas.

Assim, o INCRA também não acenou com uma solução para a problemática das terras dos posseiros.

Em meados da década de 70 o problema de Pontinópolis tendia a se agravar. A Cia. Suiá-Missu comprava e cercava para si, posses de antigos moradores, os quais cediam diante das ofertas que lhes eram feitas. Em uma correspondência datada de 05/03/74, enviada às "autoridades competentes", os posseiros denunciam várias pessoas ligadas à Suiá-Missu: o gerente, o administrador, um irmão e um filho deste, os quais estariam pressionando os lavradores a venderem suas posses e deixarem as terras. Esse tipo de transação comercial não estava de acordo com a "Lei do Posseiro", estabelecida em 1971. Por isso essa venda configurava-se como uma situação não aceita pelos lavradores que continuavam residindo na área.

"Vários senhores que não são posseiros, nem precisam de terra para viver, vem ocupando as melhores áreas de terra reservada para posseiros de Patrimônio.

...Alguns posseiros, esmorecidos ou desmoralizados, tem vendido suas posses para esses senhores, com frequência sob pressão, em vez

de deixar para os posseiros do Patrimônio e para o benefício dos posseiros." (11)

No Patrimônio, um clima de insegurança se instalava, a medida que as fazendas estendiam seus limites sobre áreas de antigas posses. Por essa ocasião, apareceram agrimensores desconhecidos dos posseiros, fazendo medições dentro dos locais destinados à zona urbana. Os habitantes suspeitavam ser parte de uma estratégia para amedrontar os moradores e mais facilmente despojá-los. As picadas abertas seriam para cercar o Patrimônio.

Outras fazendas, médias e pequenas, começaram a se formar, por essa ocasião, sobre áreas de antigas posses.

Uma pesquisa realizada em 1975, pela equipe de pastoral da Prelazia de São Félix do Araguaia apontava a existência de 6 fazendas nas proximidades do patrimônio. Uma, com cerca de 365.000 alqueires (a Suiá-Missu) e as outras entre 4.000 e 5.000 alqueires. (12)

11 - Trecho de um abaixo-assinado intitulado "Reclamação" redigido em 05/03/74, pelos posseiros, moradores de Pontinópolis, então município de Barra de Garças - MT, dirigido às "autoridades competentes".

12 - Não se tem conhecimento de dados de órgãos oficiais sobre a existência das posses, para esse período, nesta região. Os dados utilizados foram retirados de uma pesquisa realizada por agentes de pastoral ligados à Prelazia de São Félix do Araguaia. A área abrangida é a de influência do "Patrimônio" e tem esse povoado como centro. Foram pesquisados 105 posses e em 20 delas não se constatou o tamanho da área. Por isso, para o cálculo das porcentagens, foi considerado 85 como o total.

Os dados dessa pesquisa são aproximados. A medição das áreas era realizada pelos próprios posseiros de forma muito precária. A contratação de um agrimensor para fazer uma medida mais exata representava uma despesa inacessível aos mesmos.

Foram surgindo também pequenos fazendeiros dentro da área do "Patrimônio" (13) Em média, as áreas desses indivíduos tinham pouco mais de 200 alqueires (alqueire de 4,8 hectares). A pesquisa da Prelazia apontava para a existência de 9 dessas glebas.

O que diferenciava esses pequenos fazendeiros dos posseiros era, inicialmente, o tamanho da área (geralmente a dos primeiros é bem maior). Entretanto, algumas posses chegavam a ter estas medidas. Mas a diferença fundamental é que o posseiro vive e trabalha na área com a família, enquanto a terra das fazendas é apenas marcada por picadas e sem benfeitorias. Muitas vezes o dono da fazenda não mora na terra. A "Lei do Posseiro" especifica no Item 2: "Este Patrimônio é de posseiros, e posseiro é aquele que mora na terra que trabalha." Desta forma se colocam limites claros para se pertencer ou não a esta comunidade de lavradores.

Tanto as grandes como as pequenas fazendas constituíam ameaças às posses, à medida que existia sempre a possibilidade daquelas virem a desalojar os posseiros.

Os moradores da localidade denominavam "tubarões" aos grandes fazendeiros e "piranhas" aos médios e pequenos. Eles se sentiam ameaçados pelos dois tipos.

É interessante observar que os chamados "piranhas" também ocupavam terras não tituladas, comprando as benfeitorias dos posseiros ou então desalojando-os por meios violentos.

13 - A existência do "Patrimônio" foi melhor explicada no capítulo 2.

Nesse sentido, a aspiração à terra titulada passava a ser uma reivindicação compartilhada por grileiros e por posseiros. Entretanto, não há registros de um movimento em comum envolvendo os dois segmentos devido às diferenças acentuadas existentes entre eles. A principal instituição que fazia a defesa do posseiro, a Igreja Católica, procurava legitimar a forma de acesso à terra pelo trabalho familiar nela desenvolvido. Acentuar as desigualdades existentes entre grileiros e posseiros era parte de uma estratégia de criação de uma mentalidade favorável à expansão de "terra de trabalho".

Esse clima de insegurança, que aumentava à medida que as fazendas se instalavam nas proximidades, tinha algumas consequências:

- Mantinha a comunidade de posseiros sob alerta, o que significava estar constantemente mobilizada para casos de emergência. Os esquemas de segurança funcionavam, principalmente no tocante à comunicação. Em poucas horas, os posseiros se reuniam, nestas ocasiões. O esquema era: as informações passavam de casa em casa e de posse em posse, quando houvesse necessidade.
- Mantinha a comunidade unida frente à possibilidade de enfrentamento de inimigos comuns.
- Reforçava a liderança da Igreja, pelas razões já apontadas, já que cabia a ela a coordenação das ações de defesa da terra.

- Criava nos posseiros uma disposição para os enfrentamentos, mesmo os armados, quando houvesse necessidade.

- Reforçava a necessidade de utilização da terra de maneira produtiva porque mais dificilmente ela seria grilada ou apossada por elementos estranhos à comunidade de lavradores. É importante lembrar que um dos argumentos usados em defesa dos posseiros era o "acesso à terra a quem nela trabalha".

A situação de instabilidade vivida por esta comunidade de posseiros caracterizou toda a década de 70 e os elementos envolvidos podem ser especificados da seguinte forma:

- Alguns elementos posseiros, que invadiam e cercavam parte das posses, geralmente provocavam desentendimentos que eram resolvidos mediante a intermediação das lideranças locais.

- Fazendeiros que cooptavam posseiros e se apossavam das terras. Nestes casos, a solução escapava do controle das lideranças e o resultado era a transformação das posses em fazendas não tituladas. Houve vários casos, nos quais os novos donos das terras passavam a reivindicar, da mesma forma que os posseiros, a titulação das terras.

- Jagunços e grileiros agindo a mando de fazendeiros que procuravam, por meios violentos,

conseguir parte das posses. A resposta a essas agressões era a mobilização dos posseiros que enfrentavam os agressores nos locais das invasões.

- Pessoas agindo a mando do dono das terras, procurando formas de desestabilizar os posseiros para, mais facilmente, conseguir a sua retirada da terra, liberando-a para ser negociada. Nesse caso, a ação da Igreja, procurando legitimar, perante a sociedade, a utilização da terra pelo posseiro, portanto a sua forma de acesso à terra era um meio de procurar neutralizar a ação desses elementos.

Outro problema que a comunidade como um todo passa a enfrentar, em meados da década de 70, é a "venda" dos direitos de posses por alguns lavradores, para fazendeiros ou grileiros. Essa transferência geralmente era feita sob pressão e os posseiros cediam sob a ameaça de que, se não aceitassem as irrisórias indenizações oferecidas, seriam desalojados por meios violentos. Esse fato agravava a situação de instabilidade porque reduzia a área de posses, fazia diminuir o número de posseiros, diminuindo conseqüentemente a capacidade de mobilização dos lavradores. Além disso, provocava um efeito negativo na comunidade, de incerteza e desânimo, quanto à possibilidade de continuar defendendo as terras de posses.

Os líderes locais, "fundadores" e "agentes de pastoral" procuravam impedir essas vendas, visitando as posses com frequência, principalmente as mais visadas e animando os

lavradores a resistirem ante as pressões.

A situação das famílias que se despojavam da posse era incerta. Geralmente eles se transferiam para a sede do patrimônio e ali ficavam vivendo do dinheiro recebido na indenização ou montavam um pequeno comércio.

A permanência no povoado era por pouco tempo. Logo a família se transferia para outro lugar, a fim de abrir outra posse ou tentar a sorte de outra maneira.

A Igreja incentivava a resistência na terra. Uma frase usada para reforçar a necessidade de permanência era: "quem muda murcha".

Entretanto, o trabalho de denúncias empreendido pela Igreja não era suficiente e a forma de defesa mais eficaz continuava sendo o enfrentamento, todas as vezes em que houvesse situações conflituosas. A tática usada pelo posseiro era criar condições para a permanência na terra. Ele teria que evitar a expulsão e, nesse aspecto, a Igreja teve uma presença atuante durante toda a década de 70.

As ações empreendidas pelos lavradores, sob a orientação da Igreja, com a finalidade de proteger as terras de posses teriam que ser reestruturadas. As visitas, reuniões, encontros, promovidos pelas lideranças mostravam-se insuficientes para assegurar essas terras. As ameaças diversificavam e os elementos de mobilização da comunidade mostravam-se insuficientes.

Desta forma é que, com a intensificação das ameaças às posses por grileiros e fazendeiros, os lavradores do Pon-

tinópolis começam a se movimentar no sentido de criação de um Sindicato Rural. Acreditavam que, com isso, teriam mais força para enfrentar os seus adversários. Em 1976, entraram em contato com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, denunciando as ameaças que vinham sofrendo e pedindo orientação para a criação de um sindicato Rural. A CONTAG envia-lhes um ofício sugerindo que deveriam se dirigir à Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Mato Grosso. Em março de 1977, os lavradores enviam uma carta à Federação com a mesma finalidade. Esta correspondência foi assinada por 84 lavradores.(14)

O que se observa, de parte dos posseiros, é uma mudança de atitude com relação ao procedimento adotado na década de 60. Naquela ocasião, os lavradores se dirigiam aos órgãos oficiais, procurando uma solução para o problema das suas terras. Diante da ineficácia dos procedimentos anteriores e, já sob a orientação da Igreja, adotam uma nova postura. O que se procura agora são formas de organização do próprio grupo a fim de que este procure as possíveis soluções e lute por elas. A criação de um Sindicato de Trabalhadores Rurais fazia parte dessa estratégia ou seja, estava ligado à necessidade de defesas dessas posses individuais e das áreas coletivas que foram criadas à medida em que a região se povoava.

14 - Carta enviada ao Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, no Estado de Mato Grosso, em 12/03/77, assinada por 84 lavradores de Pontinópolis. (em anexo)

3. - Emergência de "novas lideranças".

A criação do Sindicato Rural se deu algum tempo depois e teve como consequência o aparecimento de novas lideranças, surgidas principalmente entre os jovens, filhos dos posseiros mais antigos. Isto não significou um recuo da Igreja, enquanto presença atuante. Até o final dos anos 70, a Prelazia manteve uma equipe de agentes de Pastoral em Pontinópolis, coordenando, ao lado das lideranças locais, a luta pela terra.

No final dos anos setenta ocorreram algumas transformações na condução da luta em Pontinópolis. O fato mais significativo foi o surgimento das novas lideranças, principalmente, a partir da criação do Sindicato de Trabalhadores Rurais.

Por outro lado, as antigas lideranças começaram a recuar, em termos de poder.

Um dos "fundadores" desentende-se com a Igreja, passando a se opor às posições defendidas pelos agentes de Pastoral. Outro "fundador" mudou-se de Pontinópolis, levando a família, que era muito numerosa e constituída por vários jovens.

A estrutura de poder constituída pela liderança dos fundadores e dos agentes de Pastoral, que até então conduzia a resistência na terra, está desarticulada. A aliança posseiro/Igreja, no sentido da edificação de uma "terra prometida", começa a perder as bases de sua sustentação. As novas lideranças já são arregimentadas a partir de uma outra forma de organização. O centro de articulação é o Sindicato de Traba-

lhadores Rurais. Portanto, cria-se uma nova instituição com o mesmo propósito de lutar pela melhoria das condições de vida desses trabalhadores e mesmo pela terra. Neste momento, a Igreja perde a hegemonia como única instituição capaz de influenciar na vida dos lavradores.

Tem-se que levar em conta que o momento político que o país atravessa tem características diferentes dos períodos que antecederam esse final dos anos 70. A abertura maior do regime político propicia a emergência de outras formas de organização e a criação de outras instituições que pudessem levar adiante o processo de organização destes lavradores.

A instabilidade na terra e o clima de insegurança, vividos pelos posseiros de Pontinópolis, influenciaram todas as instâncias de vida daquela população, durante as décadas de 60 e 70. As formas de organização criadas, de alguma maneira, estavam relacionadas com o problema das terras, assim como as formas de autoridade legitimadas pela população.

A solução que se apresentava aos posseiros, como a mais viável, era a titulação das terras. Com as terras regularizadas juridicamente, com seu "título de propriedade" nas mãos, acreditavam eles desaparecerem as ameaças.

Este o objetivo perseguido durante as décadas de 60 e 70. Veja-se, porém, como o processo se desenvolveu.

Durante os anos 60, as tentativas de regularização jurídica das terras se tornaram infrutíferas, devido principalmente à falta de expressão política dos lavradores. Eles

tentaram chamar a atenção de autoridades federais para o seu problema, tendo, inclusive, conseguido uma resposta de parte de um órgão federal, o INDA.

Conforme se relatou, houve demarcações na área, mas não se concretizou uma solução definitiva para o problema de terras dos posseiros.

Após a instalação da prelazia de São Felix do Araguaia, no início dos anos 70, a luta pela fixação e permanência dos posseiros, em Pontinópolis, se intensifica.

Não há dúvidas de que durante a década de 70, a condução da luta pela terra esteve a cargo da Igreja Católica, na região. Entretanto, parece que o que se procurou não foi simplesmente conseguir a regularização jurídica das terras. Este era apenas um aspecto da luta maior. A Igreja procurou criar uma forma particular de acesso do lavrador à terra e uma forma de relação específica dos lavradores entre si. Procurou-se a criação, a proliferação e a legitimação da "terra de trabalho". E, como forma de viabilizar este projeto, procurou-se desenvolver a união e a solidariedade dos trabalhadores para que pudessem concretizar a realização de uma "terra prometida". A luta pela titulação da terra colocava-se no bojo desse conflito maior como uma forma de arregimentar a comunidade em torno de um objetivo comum e de mantê-la unida.

O objetivo, portanto, era a legitimação da "terra de trabalho". Nesse sentido, a Igreja delimita claramente um espaço social para a sua atuação. A exclusão sistemática do grileiros, capangas ou fazendeiros de qualquer atividade

desenvolvida pelos agentes de pastoral, são sintomas da ação da Igreja.

As denúncias veiculadas por ela, na região e a nível nacional, procuravam combater a propriedade desvinculada do trabalho. As imensas propriedades destinadas à especulação ou as agropecuárias que funcionavam à base de mão-de-obra alugada, eram sistematicamente criticadas pela Igreja. A legitimidade do acesso à terra passava pelo trabalho de base familiar ali desenvolvido. Era inconcebível então, para a Igreja, que as terras de posse fossem ocupadas por fazendeiros ou por grileiros.

Por outro lado, internamente, o que ela procurava era criar entre os posseiros uma comunidade fraterna cristã, assentada nos laços da ajuda mútua. E este objetivo se sobrepunha à simples titulação da terra. Ele ia muito além e incluía a criação de comportamentos e de um tipo de convivência entre os adeptos da Igreja.

Então, impedir que uma expulsão de posseiro se concretizasse era resguardar essa comunidade fraterna.

É fácil compreender que a igreja excluía de sua área de atuação os elementos que se apoderavam de terras em Pontinópolis e as deixavam ali improdutivas. Esta colocação é importante para se compreender o rumo que toma essa luta pela terra em Pontinópolis, até culminar com a sua regularização jurídica.

Em meados da década de 70 é intensificada a venda dos "direitos de posse" de lavradores para grileiros ou fa-

zendeiros. Estes também passam a ser posseiros, já que não têm também o título jurídico das terras.

Estas terras eram deixadas improdutivas, à espera da regularização. Assim, toda a luta empreendida no sentido da legalização da terra, passa a ser interessante para estes especuladores. Entretanto a luta não pôde ser empreendida ou travada em comum com as famílias dos posseiros, que realmente trabalham a terra, e os grileiros, devido às diferenças dos atores nela envolvidos.

A identidade dos posseiros se estabelece e se reafirma pela Igreja, enquanto trabalhadores de base familiar, que se diferenciam fundamentalmente de outros elementos que consideram a terra do ponto de vista da valorização para futura especulação.

A realização da "terra prometida" deveria se concretizar pela união e pela ajuda mútua, construída a partir de uma comunidade de iguais, não comportando, portanto, um processo de diferenciação.

Quando a Igreja e os antigos fundadores perdem a hegemonia na condução da luta pela terra, a partir da emergência de novas lideranças (o que se deu com a criação do Sindicato), os esforços no sentido de regularização jurídica das terras tomam outros rumos.

Percebe-se, por esta época, duas frentes de atuação interessadas nessa legalização:

- de um lado, os posseiros que durante mais de 20 anos lutavam pela permanência na terra;
- de outro, os "novos posseiros", formados por

grileiros e fazendeiros, que aspiravam a regularização e a conseqüente valorização das terras, para mais facilmente poder negociá-las.

É interessante observar que mesmo os fazendeiros, que não possuíam terras em Pontinópolis, mas sim em localidades próximas, começam a se movimentar no sentido de conseguir acabar com as posses. Era uma forma de elevar o preço das terras de toda a região.

As pressões junto ao dono da terra, a favor da regularização jurídica, passam a ser realizadas por esses dois diferentes segmentos. Por essa ocasião, o proprietário das terras estava muito envolvido em projetos de colonização, em outras regiões de Mato Grosso. Diante da nova pressão, agora efetuada por "seus pares", e da antiga pressão dos posseiros, através de suas novas lideranças, o proprietário acaba cedendo e entregando os títulos aos antigos posseiros, que ainda continuavam efetivamente ocupando as terras, e a esses "grileiros" e "fazendeiros".

Enquanto durante toda a década de 70 a Igreja faz um sistemático e eficiente trabalho de combate às formas de ocupação da terra assentados na exploração da força de trabalho ou na especulação, estes fazendeiros não conseguem a legitimação do objetivo de regularizar juridicamente as terras griladas.

Parece que o recuo da Igreja como uma estrutura de poder na região e o enfraquecimento dos antigos líderes ocasionaram a possibilidade de organização dos grileiros e fa-

zendeiros e, conseqüentemente, a realização de seus objetivos.

4. - A Presença da Igreja Católica na Luta pela Terra em Pontinópolis

Durante toda a década de 70, a condução da luta pela terra esteve sob a coordenação da Prelazia de São Félix do Araguaia.

A defesa da terra consistia, conforma já se viu, na maneira mais eficaz de garantir a existência daquela comunidade de posseiros. A condução da luta pela terra dependia da mobilização dos trabalhadores. Assim, as reuniões da comunidade constituíram-se em práticas importantes nas tentativas de permanência na terra.

Dos agentes de pastoral estavam constantemente em contato com a população através de visitas, reuniões. Reunindo-se periodicamente com a população, os religiosos mantinham a comunidade mobilizada e exerciam uma influência a partir das propostas da Igreja.

Nas reuniões formais o discurso de legitimidade da terra de trabalho reforçava o ânimo dos posseiros em continuar defendendo suas posses. A presença constante dos agentes de pastoral no povoado facilitava a mobilização rápida, em casos de emergências. Constituíam um ponto de referência e eram procurados sempre que houvesse alguma ameaça. O fato de os agentes de pastoral trabalharem com as antigas lideranças locais facilitava a mobilização da comunidade. As reuniões eram realizadas nas casas dos moradores, variando o local, a

cada encontro. Isto aproximava lavradores e agentes, o que, aliado ao discurso Igreja/Povo fazia com que cada lavrador se sentisse um elemento da Igreja. Na interpretação religiosa, isto representava a "encarnação da Igreja no povo".

Outro espaço de mobilização da população eram as celebrações religiosas ocorridas na Igreja construída pelos próprios moradores. Nas reuniões mais amplas o ambiente formal era mais reservado a temas religiosos, à procura do Evangelho, mas também ali eram tratados assuntos do cotidiano da população. As questões discutidas durante as celebrações adquiriam uma importância maior devido ao respeito atribuído às cerimônias.

O fato de a Igreja estar presente nos vários povoados, que faziam parte da Prelazia de São Félix, e a possibilidade de comunicação entre eles favoreciam a uma visualização melhor dos conflitos, uma clareza maior quanto aos envolvidos nas disputas de terra. Isto impedia, por exemplo, que a população fosse enganada por políticos com propostas que aparentemente favoreciam os lavradores, mas, na verdade, escondiam práticas visando a desestabilização dos posseiros de suas terras.

A presença da Igreja estava assentada em 2 objetivos:

- manter o lavrador na terra, legitimando a sua forma de acesso à terra, através do trabalho familiar ali desenvolvido;
- criar uma comunidade cristã, guiada por valores humanísticos, procurando evitar uma diferenciação acentuada

entre os lavradores. Esta comunidade teria o Evangelho como guia de ação.

As pretensões da Igreja, acerca de uma atuação específica naquela comunidade de posseiros, visando a criação de uma "terra prometida" são mais facilmente visualizadas através da "Lei do Posseiro". Sendo um documento que teve forte influência da Igreja, ele retrata as concepções da instituição acerca da relação que deveria ser estabelecida entre lavradores e a terra, e entre os próprios posseiros entre si. Foi um instrumento formal criado a partir do cotidiano daquela população, mas que continha embutidas propostas da Igreja. (15)

O 10º item da "Lei do Posseiro", "Este Patrimônio de Pontinópolis se destina a localizar a pobreza, possibilitando-lhes a posse e o cultivo de uma área de terra", é o que mais claramente revela, em sua redação, a influência da linha progressista da Igreja, estruturada a partir da "Teologia da Libertação". Identifica-se a condição do posseiro com a situação de pobreza, o que justifica a opção da Igreja de trabalhar com esse segmento da população. A opção preferencial pelo oprimido, linha norteadora dessa Igreja progressista, está sendo respeitada quando se trabalha com o posseiro, identificado com a pobreza, visando a sua promoção social.

15 - O ano em que a "Lei do Posseiro" foi escrita (1971) coincide com o ano em que as "Campanhas Missionárias", integradas pelo Padre Pedro, e um professor e um atendente de enfermagem estiveram na localidade de Pontinópolis, realizando ali um trabalho, que, até 10 anos depois, era lembrado em detalhes pela população.

"A Teologia da Libertação exprime, de maneira clara, o caminho de uma Igreja Libertadora, que se insere no meio do povo, que deseja a transformação social, a partir da Fé." (16)

Um dos elaboradores mais expressivos da Teologia da Libertação afirma:

"A comunidade cristã deve sempre atualizar a memória perigosa e libertária de seu fundador que, inegavelmente, privilegiou os pobres e marginalizados." (17)

"Medellin definiu a posição da Igreja dentro do submundo dos pobres; abandona o discurso desenvolvimentista e fala da libertação integral e justiça para todos. Opta por encarnar-se nas classes subalternas e apóia as comunidades eclesiais de base, lugar natural da realização da face nova da Igreja." (18)

"Ela (a Igreja) pode - dado um certo grau de ruptura do bloco histórico, por razões evangélicas e pela própria compreensão da justiça de suas causas - optar e compor-se com os grupos marginalizados. Ela entra numa estratégia de libertação, legitimando os apelos do povo, contra legitimando a dominação que

16 - Declaração do teólogo Clodovis Boff citado por Helena Salem in SALEM, Helena (Coord) "A Igreja dos Oprimidos", 2.a ed, São Paulo, Ed Brasil Debates, 1981, p. 40.

17 - BOFF, Leonardo, "O Caminhar da Igreja com os Oprimidos", Ed. Codecri, Rio de Janeiro, 1980, p. 60.

18 - Idem, p.68.

ele sofre e elaborando uma visão religiosa do mundo ... que se ajuste a seus interesses de transformação social." (19)

A questão da pobreza, tal como é colocada pela Igreja ("somente pode ser livre aquele que é pobre") introduz um elemento novo para o posseiro. Vai resultar na valorização da sua condição de pobre. Até então, a ideologia vigente levava-o a perceber a si mesmo como uma pessoa mal sucedida, que não consegue ter bens materiais, acumular dinheiro, etc., estando, portanto, em uma posição inferior aos "ricos". A Igreja não só legitima e exalta a condição do pobre, mas coloca-o em uma posição de superioridade em relação ao rico, o qual não poderia fazer parte dessa comunidade fraterna, estando, portanto, excluído dela.

A influência dessa maneira de a Igreja conceber a inserção social do posseiro pode ser percebida no Art. 1º da "Lei do Posseiro", já citado.

O posseiro assimila o valor atribuído pela Igreja a sua condição de "pobre". Isto implica que, para ele se valorizar, ele necessita de internalizar o discurso da Igreja e ajudar a colocá-lo em prática. Realizar, então, as propostas da Igreja, significa se valorizar enquanto trabalhador que tem o acesso à terra de uma forma específica, ou seja, através de seu trabalho constante e de sua família.

A relação a ser estabelecida com a terra está contida ao longo de toda a "Lei do Posseiro", mas ela se encon-

19 - Idem, p. 78.

tra de maneira mais clara nos itens 1 e 2, os quais afirmam que ao lavrador deve ser destinada "a posse e o cultivo de uma área de terra" e que esse possessor deve morar na terra e ali realizar o seu trabalho.

A redação da "Lei do Possessor" sofre influência também das concepções que a Igreja tem acerca da posse e do uso da terra. Para chegar à compreensão dessa interferência, é necessário buscar a fundamentação contida na doutrina que guia essa Igreja, e, mais especificamente, na sua linha progressista.

O documento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB "Igreja e Problemas da Terra", aprovado em 1980, define a posição da Igreja frente à questão da terra. Apesar de ter sido escrito em 1980, muito tempo depois da implantação da Prelazia de São Félix do Araguaia, pode-se considerar que a fundamentação teórica do documento da CNBB tenha sido a mesma que influenciou os integrantes da Prelazia de São Félix, desde a sua fundação, no final dos anos 60. Isso porque esses fundamentos representam uma volta à Igreja primitiva, aos primeiros anos do Cristianismo, quando a proposta de construção da sociedade deveria partir da fraternidade, da partilha e de uma vida em comum. A fonte que inspirou os dois momentos considerados foi a mesma.

Por isso se compararão trechos retirados do documento da CNBB (de 1980) com o conteúdo de alguns itens da "Lei do Possessor", estabelecida em 1971.

No Item 62, o documento da CNBB mostra que

"A Igreja conserva a lembrança de severas

advertências dos profetas de Israel, que denunciavam a iniquidade dos que usavam a terra como instrumento de espoliação e opressão dos pobres e humildes. Não se esquece do desígnio de Deus de que a terra devia ser o suporte material da vida de uma comunidade fraterna e servicial." (20)

Os Itens I e II da Lei do Posseiro atribuem a mesma finalidade à terra: ela deve abrigar uma comunidade que trabalha.

Item 65 do documento da CNBB:

"Todo o Novo Testamento, a Nova Aliança de Deus com seus filhos, irmãos de Jesus, nos orienta no sentido de partilha e da prática da justiça na distribuição dos bens materiais, como condição necessária da fraternidade dos filhos do mesmo Pai, conforme o ensinamento do Sermão da Montanha." (21)

Vários Itens da Lei do Posseiro orientam-se pela necessidade desta **partilha** sugerido pelo Novo Testamento:

"Ninguém poderá ter mais de um lote para lavoura, ou mais de um lote para chácara, ou mais de um lote para morada na rua. Se alguém tem mais de um lote, deverá escolher aquele

20 - Igreja e Problemas da Terra - Documento aprovado pela 18.a Assembléia da CNBB. Itici, 14 de fevereiro de 1980, Ed. Paulinas, p. 23.

21 - Idem, p. 23.

que mais lhe serve e colocar os restantes à disposição dos outros posseiros; se tiver benfeitoria, a benfeitoria será indenizada pelo justo valor; se não tiver benfeitoria, o lote será entregue sem indenização."(22)

"Terra de posseiro não pode ser vendida. Pode-se vender apenas a benfeitoria."(23)

"O posseiro que já tem lote, não pode comprar benfeitoria em outro lote, para que não suceda de ele ficar com mais de 1 lote."(24)

O Item 67 do documento da CNBB diz:

"A Igreja tem presente a experiência da primeira comunidade de Jerusalém quando a fraternidade em Cristo, vencendo as barreiras do egoísmo exprimia-se em gestos de partilha: 'Todos os fieis tinham tudo em comum...'. "(25)

Item 69:

"Foi a avareza que repartiu os pretensos direitos de posse (Sto. Ambrósio, P.L. vol. 42, Coluna 1046). "A terra foi doada a todos e não apenas aos ricos."(26)

Item 70:

"Pelo direito das gentes, implantou-se a dis-

22 - "Lei do Posseiro" - Item 6.

23 - Idem, Item 7.

24 - Idem, Item 8.

25 - At 2, 44 - 45 in Igreja e Problemas da Terra, op. cit. p. 24.

26 - Sto. Ambrósio, Apud Populorum Progressio nr. 23, De Nabuthe, c. 12, nr. 53 P. L. 14, 747 in Igreja e Problemas da Terra, op. cit. p. 24.

tinção as propriedades e o regime de servidão. Pelo direito natural, porém, vigorava a posse comum de todos e de todos a mesma liberdade."(27)

Todos esses fundamentos guiaram os agentes de pastoral participantes da redação da "Lei do Possseiro" e os que levaram adiante o trabalho da Prelazia, procurando colocar em prática estes ensinamentos herdados. Por exemplo, a consideração do direito de todos à posse da terra, já que esta é um bem deixado por Deus aos homens, está presente na "Lei do Possseiro".

Resta indagar qual a importância da explicação da Lei do Possseiro para a compreensão da luta pela terra, em Pontinópolis.

Durante o tempo em que a condução da luta pela terra esteve a cargo da Igreja e das antigas lideranças em Pontinópolis, conforme já se disse, buscou-se a viabilização da instalação e da permanência do posseiro e de sua família com o objetivo de criar uma comunidade fraterna, baseada em valores humanísticos e conduzida por uma prática de união e solidariedade.

A Lei do Possseiro foi o instrumento formalmente criado para delimitar o espaço social de abrangência dessa comunidade, caracterizando os elementos que pudessem fazer parte dela bem como estabelecendo os procedimentos e práticas aceitas pelo grupo.

27 - Decr. de Graciano, L.II, D. 13, Ídem p. 25.

O espaço desenvolvido pela criação e permanência de uma comunidade com determinadas características implica em uma disposição de lutar contra situações ou elementos que exerçam uma ação no sentido de impedir a realização de suas propostas e de seus objetivos.

A Lei do Posseiro foi, neste sentido, o instrumento normativo que legitimou a existência da comunidade de posseiros e, portanto, a disposição de lutar por sua preservação e continuidade.

A Igreja, com seu discurso e com a sua prática, elaborou e traduziu para o posseiro, os contornos de sua própria identidade. Nesse sentido ela constitui um agente fundamental na própria formação do posseiro pobre, enquanto categoria social específica.

5. - As Influências Exercidas pela Igreja Católica na Condução da Questão da Terra - em Pontinópolis.

As concepções da Igreja Católica acerca do problema agrário influenciaram a condução da luta pela terra na região de Pontinópolis, desde a criação da Prelazia de São Félix de Araguaia.

Uma questão importante refere-se às influências recebidas por esta Igreja e que resultaram em uma determinada forma de condução do assunto terra.

A Igreja Católica no Brasil, através de suas declarações e documentos ofereceu subsídios para o desenvolvimento do trabalho implantado em São Félix do Araguaia, a partir do final dos anos 60, ou a influência recebida foi apenas da

Conferência de Medellín?

Considero que as duas fontes de influências teriam condicionado os religiosos de São Félix:

1 - Determinadas posições assumidas pela Igreja Católica no Brasil, veiculadas através de documentos oficiais, desde a década de 50 e

2 - As posições assumidas pela Igreja Católica, sobretudo na América Latina, a partir da II Assembléia Geral da Conferência Episcopal Latino Americana (CELAM) em Medellín, Colômbia, em 1968.

Essas duas diferentes fontes exerceram influência no tocante à questão terra, e conseqüentemente, na explicação da "Lei do Posseiro".

Segue-se a análise de trechos dos documentos oficiais da Igreja Católica no Brasil, priorizando os aspectos que possam ter influenciado a conduta dos agentes religiosos de São Félix do Araguaia.

Os pronunciamentos da Igreja, no Brasil, com relação à questão terra, durante os anos 50, trazem a visão de uma instituição ainda comprometida com as classes dominantes no campo. Entretanto, alguns documentos já contém avaliações, apreciações, juízos de valor sobre o trabalhador rural, que poderiam ter oferecido subsídios a essa "linha progressista" da Igreja.

Com relação ao diagnóstico da situação do trabalhador no campo, o documento "Conosco, sem nós ou contra nós se

fará a Reforma Agrária", pronunciado por D. Inocêncio Engelke, bispo de Campanha, MG, em 10/09/1950, diz:

"Uma enorme massa de trabalhadores sem terras e enormes áreas de terras sem trabalhadores, eis o quadro terrível que está a desafiar os esforços dos sociólogos, dos legisladores, dos órgãos técnicos governamentais e dos apóstolos cristãos". (28)

Mas, se o diagnóstico da situação do trabalhador rural incentiva a Igreja a tomar uma posição frente ao problema terra, as soluções apontadas diferem muito se se considera a postura, as soluções apontadas pela Igreja nos anos 50 e 60, em comparação com a posição assumida pelos religiosos de São Félix.

A análise do conteúdo da carta de D. Inocêncio mostra que ela:

- Refletia a preocupação em controlar as transformações sociais,
- Propunha melhores condições de vida aos trabalhadores rurais,
- Propunha a formação de líderes rurais para defender-se das agitações e das revoluções e "recuperar" o proletariado dos campos,
- Dizia da necessidade de assistência médica, hospitalar, ensino, segurança contra aciden-

28 - Pastoral da Terra - Estudos da CNBB - nr. 11, Ed. Paulinas, São Paulo, 1976, p.52.

tes, proteção na velhice e invalidez dos trabalhadores,

- Faz apelo aos patrões que antecipem a legislação rural, já em tramitação no Congresso Federal, por uma questão de consciência,

- Propõe um programa mínimo de ação social,

- Conclama o governo e os patrões a se empenharem nessa desproletarização do trabalhador rural.

Em síntese, é uma carta que preconiza a necessidade de uma revisão agrária que deveria antecipar uma revolução iminente, no campo.

De acordo com Abdias Vilar de Carvalho "ela não questiona a estrutura agrária, nem tão pouco a estrutura econômica e política da sociedade brasileira." (29)

Este autor ainda comenta um ponto acerca da maneira como a Igreja concebia, no período, o campo brasileiro. Seria mais como "comunidades rurais, no sentido antropológico". (30) Segundo Abdias Vilar de Carvalho, a Igreja desconhece a constituição social da agricultura, não percebendo as forças internas de transformação. Conseqüentemente, para a Igreja "o que se passa no campo é decorrência de idéias estranhas, que vêm de fora, do urbano" (trecho da carta de D. Inocêncio). Em

29 - CARVALHO, Abdias Vilar de, "A Igreja e os Problemas da Terra" in Reforma Agrária - Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA - Ano X - nr. 02 - Março/Abril/80, Campinas - SP, p. 22.

30 - CARVALHO, Abdias Vilar de, "A Igreja Católica e a Questão Agrária: Análise de suas declarações no período de 1950 a 1964, p. 88.

decorrência desta maneira de conceber o campo brasileiro, está presente, na carta de D. Inocêncio, a idéia de proteção ao trabalhador rural, de preservá-lo da agitação urbana. E é dentro dessa visão e atendendo a esses objetivos que ele propõe a formação de líderes rurais e os programas de ação social. Mesmo porque, um campo com melhores condições de vida mais dificilmente atenderia aos apelos dos agitadores.

Os documentos da Igreja, divulgados na década de 50 e até meados dos anos 60, mostram uma preocupação com as condições de vida dos trabalhadores, começam a defender a reforma agrária, mas a postura da igreja é de harmonia com o Estado e com o desenvolvimento capitalista em curso.

O documento: A Igreja e o Vale do São Francisco - 25 a 28/08/1952 trata da necessidade da reforma agrária no Brasil, considerada como condição para a justiça social:

"Para chegar-se a uma verdadeira educação religiosa dos rurais, é condição prévia, geralmente necessária, um ambiente de justiça social e de bem estar econômico".(31)

No documento: "Conclusões da 2.a Assembléia Geral da CNBB" realizada em Aparecida-SP de 9 a 11/09/1954, o assunto reforma agrária é discutido e tratado como um dos problemas mais importantes do país.

"A reforma agrária deve, pois, ser encarada

31 - Documento: "A Igreja e o Vale do São Francisco". Trecho da Declaração dos Arcebispos, Bispos e Prelados do Vale do São Francisco e das Circunscrições Eclesiásticas, situadas no raio de ação da Hidrelétrica de Paulo Afonso, reunidos em Aracaju de 25 a 28 de agosto de 1952 in Pastoral da Terra op. cit. p. 69 a 75.

sob tríplice aspecto, isto é, com relação:

1 - A terra -

- a) Removendo vícios de estrutura e outros obstáculos, bem como facilitando ao máximo a sua aquisição para se constituir em "propriedade privada", numa justa distribuição que se destina, pelo Criador, a todos os homens e não a uns poucos privilegiados.

2 - Ao homem

- a) ...
- b) Possibilitando àqueles que pessoalmente possam na terra trabalhar, a oportunidade de nela se fixarem e terem assegurados - por sua exploração inteligente - uma vida digna e o futuro da família."(32)

Da Conferência dos Bispos do Nordeste, reunidos de 21 a 26/05/1956, em Campina Grande - PB, resultou a "Declaração dos Bispos do Nordeste" e inaugurou a ofensiva oficial da Igreja, rumo a uma efetiva penetração no campo. O documento faz uma caracterização da vida econômica e social da região, utilizando-se de dados para retratar a realidade do Nordeste. Trata da necessidade do acesso à terra pelo trabalhador rural, a fim de que eles promovam a subsistência da família:

32 - Documento: "Conclusões da 2.ª Assembléia Geral da CNBB", realizada em Aparecida - SP de 9 a 11/09/1954 in Pastoral da Terra, op. cit. p. 80.

"Neste assunto da vida rural, aliás, o ideal é favorecer que a terra seja possuída por aquele que a cultiva e trabalha, com a sua prole, se bem reconhecamos difícil, nas atuais circunstâncias, que esse princípio de justiça social seja aplicado no caso específico da economia canavieira do Nordeste"(33)

O mesmo documento propõe que sejam encaminhados ao Congresso Nacional

"...os anteprojetos de Lei que tratam do acesso à exploração agrária, de locação rural e da desapropriação das áreas de terras aproveitáveis dos açudes públicos, construídos ou a construir, todos eles inserindo medidas do mais alto alcance em benefício das populações rurais do Nordeste."(34)

A penetração no campo na época, já possibilitava à Igreja ter uma visão realista das condições de vida das populações rurais. Entretanto, as reformas por ela propostas se limitavam a apoiar as iniciativas do Estado. Seu compromisso com o Governo e com as camadas dominantes, no campo, a impediam de desencadear procedimentos, que pudessem levar a transformações mais profundas na sociedade brasileira.

O documento "Declaração dos Arcebispos e Bispos presentes à reunião das Províncias Eclesiásticas de São Paulo

33 - Documento: "Declaração dos Bispos do Nordeste" resultado da Conferência dos Bispos do Nordeste de 21 a 26/05/1956 in Pastoral da Terra op. cit. p. 94.

34 - Idem p. 102.

- 05/12/1960 " - analisa a proposta de "Revisão Agrária" que havia sido apresentada pelo Governo do Estado de SP e conclama vários segmentos da sociedade a apoiá-la: proprietários rurais, trabalhadores rurais, o Governo da República e o padres. O apelo feito aos proprietários rurais:

"O primeiro apelo que dirigimos - e o mais difícil - é precisamente aos proprietários rurais do Estado de São Paulo: de vossa largueza de espírito e de coração vai depender grandemente a paz social em nosso Estado e em todo o Brasil..."(35)

O documento: "Encontro dos Bispos do Vale do Rio Doce" - de 04 a 07/07/1961, em Coronel Fabriciano, destinou-se a estudar os principais problemas da região. No ítem 2 das "Conclusões", diz:

"...para o desenvolvimento integral e harmônico de que necessitamos, só terão eficiência, planos de conjunto em que se entrossem, antes de tudo entre si, os diversos órgãos oficiais que atuam na região, mais ainda, em que se aliem e se completem os órgãos oficiais e particulares com responsabilidade na Bacia..."(36)

Estes dois últimos documentos citados atribuem

35 - Documento: Declaração dos Arcebispos e Bispos presentes à reunião das Províncias Eclesiásticas de São Paulo - 5/12/1960 in Pastoral da Terra, op. cit. p. 108.

36 - Documento: "Encontro dos Bispos do Vale do Rio Doce" - 4 a 7 de julho de 1961, em Coronel Fabriciano in Pastoral da Terra op. cit. p. 113 a120.

claramente às classes dominantes e aos órgãos de Estado, as soluções para os problemas do campo brasileiro.

O documento: "A Igreja e a Situação do Meio Rural Brasileiro", de 05/10/1961, cita:

"Por hoje nossa atenção se volta, de preferência para o meio rural, cuja situação é grave e que mereceu todo um longo capítulo da Encíclica, a propósito de exigências da justiça em relação aos setores de produção."(37)

Ainda outro documento: "Trecho da Mensagem da Comissão Central da CNBB" - de 30 de abril de 1963 refere-se à situação dos trabalhadores do campo:

"...ninguém pode desconhecer a situação de milhões de nossos irmãos que vivem nos campos, sem poder participar do nosso desenvolvimento, em condições de miséria que afronta à dignidade humana."(38)

Indica, como medida a ser tomada, a desapropriação de terras por interesse social e a necessidade de uma indenização justa dentro de critérios de justiça e atendendo ao bem comum.

O que existe em comum entre várias passagens dos documentos e declarações e a prática adotada pela prelazia de São Félix do Araguaia, é a preocupação com as camadas margi-

37 - Documento: "A Igreja e a situação do Meio Rural Brasileiro" de 05/10/1961 in Pastoral da Terra op. cit. p. 121.

38 - Documento: "Trecho da Mensagem da Comissão Central da CNBB de 30/04/1963, in Pastoral da Terra op.cit. p. 128/129.

nalizadas do campo e o fato da Igreja se sentir responsável por essas camadas. Em comum existe ainda a sensibilidade para com a pobreza e as difíceis condições de vida das populações rurais. Também a preocupação com a reforma agrária está presente em todos esses momentos considerados.

A Igreja Católica, como instituição, está presente no campo brasileiro, durante as décadas de 50 e 60, através de diversas formas de trabalho, mas profundamente comprometida com as classes dominantes e com o Estado. A proposta da igreja, neste período, é de apoiar as iniciativas oficiais de realização de uma reforma agrária. A presença da Igreja no campo, durante esses anos, tem um caráter de controle sobre os trabalhadores rurais. Até mesmo o incentivo dado pela Igreja à criação de sindicatos rurais visava, principalmente, deter o avanço comunista.

"Ficai alertas quanto à infiltração comunista. Reparai bem! para melhorar, de verdade, vossa condição de vida, não foi preciso agitação vermelha. A revisão agrária foi proposta por um governo democrático e vai ser realizada sob as bênçãos e com a participação da Igreja. Quando o comunismo vos convidar para grupos e ligas de defesa de vossos interesses, já deveis estar organizados em núcleos democráticos e construtivos que desejamos ajudar a criar, independentes de qualquer exigência religiosa". (39)

39 - Pastoral da Terra op. cit. p. 109.

E a proposta de "Revisão Agrária", apoiada pela Igreja era analisada como sendo uma reforma equilibrada e razoável, capaz de substituir uma revolução rural.

A herança, que a Igreja de São Félix recebe dos documentos oficiais da Igreja Católica no Brasil, é a sensibilidade para com as camadas mais pobres do campo e uma prática de estar presente no meio rural, através dos trabalhos implantados por esta instituição.

O que introduz de novo e difere das antigas práticas é o "compromisso com o oprimido" realizado sob a influência de Medellín. A partir dessa conferência:

"O episcopado do continente assume, pela primeira vez a temática da libertação e define-se pelos oprimidos, ao estabelecer como tarefa principal a criação de comunidades eclesiais de base e demais formas de organização que incorporem o povo à Igreja ...

"Já não se trata mais de concentrar os esforços na atuação junto ao poder, como no passado, porém de voltar-se para a base, de encarnar a tragédia do oprimido." (40)

A postura assumida pela Igreja de São Félix rompe o compromisso da Igreja com as classes dominantes e com o Estado, o que havia sido uma prática até então adotada. A condução do trabalho ali desenvolvido se baseia fundamentalmente com um questionamento constante da estrutura agrária, econô-

40 - SALEM, Helena, A Igreja dos Oprimidos op. cit. p. 39.

nica e política de toda a região.

A Igreja em São Félix inicia o trabalho ao lado das camadas mais marginalizadas no campo, fazendo a sua defesa e procurando legitimar e valorizar o seu trabalho, bem como as formas de organização social desses lavradores.

O estabelecimento da "Lei do Posseiro", em 10 de julho de 1971 se decorreu desta nova prática da Igreja.

CAPITULO 6

Transformações na Estrutura Fundiária de Pontinópolis: A Desestruturação do Grupo de Posseiros

No início da década de 80 ocorreram mudanças na forma de propriedade das terras de Pontinópolis, as quais, uma vez concretizadas, concorreram para alterar a estrutura fundiária ali existente.

1. - A Regularização Fundiária das Terras.

A mobilização empreendida pelos lavradores, que durante mais de duas décadas, lutaram pela permanência na terra, culminou com a titulação das terras, o que significou a regularização jurídica das mesmas. Isso ocorreu em 1980.

As terras foram doadas pelo antigo proprietário, ficando aos lavradores beneficiados o pagamento da medição das áreas e dos encargos cartoriais da escritura. O total, incluindo zona rural e urbana, englobou 60.000 ha. A área do povoado, cerca de 10.000 ha., não representou ônus para os antigos posseiros.

Para a concretização da transferência das terras, o antigo proprietário entrou, pessoalmente, em contato com os lavradores a fim de solucionar o litígio.

A transação imobiliária foi feita entre a INDECO S/A - Integração, Desenvolvimento e Colonização, firma pertencente a Ariosto da Riva, e os lavradores.

Os lotes escriturados conservaram as dimensões das antigas posses. Entretanto, houve casos de famílias que fize-

ram a mediçãõ de um lote menor do que possuíam, devido à falta de condições para pagar o serviço de agrimensura. Quanto menor a área, menor a quantidade a ser medida e consequentemente haveria a queda do preço a pagar ao agrimensor. Um dos lavradores entrevistados relatou que foi escriturada, em seu nome, uma área englobando a sua terra e a de outro possuidor, porque aquele não podia pagar as despesas de cartório. Ambos continuaram trabalhando normalmente em suas terras, após a sua regularização jurídica.

De maneira geral, a quantia, paga por esses serviços, representou um pesado encargo ao lavrador.

Nesse momento, ele teve que desembolsar, de uma só vez, uma quantia elevada, se comparada com os seus pequenos rendimentos. Os que possuíam gado, venderam alguns. A situação ficou mais difícil para os que não possuíam animais. Estes tiveram que vender o que tinham estocado da lavoura, fazer mais farinha para vender e alguns saíram para trabalhar nas fazendas. Mesmo assim, muitos não conseguiram o suficiente para essas despesas. Segundo depoimentos colhidos em entrevistas, houve lavradores que não pagaram a medição, por falta de condições. Ficaram devendo. Outros tiveram que vender parte da sua terra, mesmo antes de ser lavrada a nova escritura. Durante a medição das terras, eles cediam uma parte para outra pessoa, conseguindo assim, algum dinheiro para cobrir essas despesas da transferência.

Quais os motivos que impulsionaram essa transformação na posse e no uso da terra?

O fator mais importante foi, sem dúvida, a resis-

tência organizada dos posseiros, os quais, por mais de vinte anos, lutam pela permanência na terra. Apesar da pretensão do fazendeiro ser a de desocupar a área, as formas de organização social criadas pelos lavradores, a partir de sua instalação no local, contribuíram para a permanência do homem na terra. Configurou-se na prática, uma resistência ao processo de expropriação. As lideranças, representadas pelos fundadores do povoado e, em seguida, pela Igreja e por outras lideranças, formadas no interior do grupo, tiveram um papel significativo nesse processo.

Entretanto, outros fatores se combinaram de forma que o direcionamento dado ao processo de transformação influenciasse profundamente a vida da comunidade, no momento seguinte, ou seja, logo após a titulação das terras.

Pode-se responsabilizar esse processo de mudança pela ação de dois diferentes grupos:

- Posseiros e Igreja, de um lado e
- Uma ação conjunta de grileiros, fazendeiros e do antigo dono das terras, por outro lado.

As ações desses segmentos diferenciados se combinaram, de modo que a solução dada ao problema fosse a doação das terras.

Vejam-se os motivos que mais diretamente impulsionaram o processo de transformação:

- A existência das antigas formas de organização da comunidade, assentadas na luta pela permanência na terra, todas elas já

analisadas.

- A criação do Sindicato de Trabalhadores Rurais o qual, como já foi dito, possibilitou a emergência de novas lideranças que continuaram apoiadas pela Igreja e a institucionalização da defesa dos trabalhadores rurais,

- O interesse dos grileiros que já haviam cercado terras na área de abrangência do patrimônio e que, portanto, seriam diretamente beneficiadas com a titulação.

- Uma ação organizada de fazendeiros da região, de modo a neutralizar a ação dos posseiros, pressionando uma regularização fundiária das terras, com o objetivo de elevar o preço delas.

- O interesse do dono das terras em impedir que as terras continuassem sendo ocupadas por posseiros, podendo até chegar a ser tituladas devido ao direito adquirido.

- A irreversibilidade do processo de ocupação das terras que, uma vez desmatadas e beneficiadas, tornam-se cada vez mais disputadas. Nesse sentido é que após mais de vinte anos de lutas, por maiores que fossem as ameaças, dificilmente todos os posseiros desocupariam as terras, de modo que elas pudessem ser livremente utilizadas pelo dono.

- O fato dos posseiros, realmente, possuírem

direitos adquiridos sobre as terras, como os previstos pelos artigos 97 e 98 do Estatuto da Terra, podendo, inclusive, conseguir os títulos de propriedade através da ação dos órgãos competentes.

- O aumento do número de empresas e fazendas que se instalaram nas regiões próximas a Pontalópolis, o que aumentou o número de interessados na regularização fundiária da região, já que isto implicaria no aumento do preço das terras.

2. - Implicações Políticas da Transformação das Posses em Propriedades Privadas.

A doação de terras representou um triunfo para os fazendeiros, em se tratando de uma região trabalhada pela Igreja Católica, tendo como proposta a construção de um "Socialismo Cristão", tendo por base a terra de trabalho. A transformação da terra em propriedade privada devidamente regulamentada implica em que o acesso a ela deverá ocorrer através da compra e da venda da mesma. Esse fato neutraliza o fundamento da "terra de trabalho", destinada a localizar a pobreza. Os argumentos legitimadores do acesso à terra, ou seja, a disposição do lavrador para o trabalho e as necessidades de sobrevivência da sua família deixam de ser suficientes para se conseguir um pedaço de terra. Configura-se, de fato, um triunfo da propriedade privada, desde que se tornaram ilegítimas outras formas de acesso à terra, que não

aqueilas realizadas, mediante a compra e a venda. Entretanto, a Igreja não poderia recusar esta solução porque ela representava o culminar de uma luta desencadeada pelo posseiro e levada adiante também por ela. Significava a estabilidade na terra para um grupo de antigos posseiros, trabalhados pela Igreja.

Esta passagem das posses a propriedades privadas representou, ainda, a neutralização de um processo de luta desencadeado na região e prolongado através da resistência organizada desses lavradores que efetivamente ocupavam a terra. Conforme já foi analisado, a mobilização desses lavradores girava em torno de sua condição de posseiros. Sua organização central, orientada pela "Lei do Posseiro" se originava dessa condição e a reforçava. Transformar esta categoria em pequenos proprietários significou, na prática, destruir as bases de sua mobilização. Houve um esvaziamento da principal bandeira dos posseiros que era a luta pela terra. A passagem da situação de posse à propriedade da terra deu a falsa impressão de que a terra estaria garantida contra qualquer risco.

Veja agora como essa titulação das terras em favor dos antigos posseiros provocou alterações significativas na estrutura fundiária vigente.

A consequência imediata da transformação das posses em propriedades privadas foi a alteração no seu preço. Deste momento em diante, as terras adquiriram valor, pelo fato de estarem juridicamente regularizadas, independentemente de

terea benfeitorias. O preço das mesmas se elevou para o proprietário. Caso fossem comercializadas, o montante conseguido na transação seria muito maior de que o valor conseguido pela venda das antigas posses. Sendo assim, o fato de a terra titulada possuir um valor maior de venda, facilitou a sua comercialização.

As pequenas propriedades começaram a ser vendidas, por inúmeras causas.

Cerca de 300 antigas posses foram tituladas em 1980. Conforme informações colhidas no INCRA e na Prefeitura de São Félix do Araguaia em 1987, apenas 100 lavradores, aproximadamente, continuavam com as suas propriedades. Os outros venderam, sendo que a quase totalidade deles mudou-se para outros lugares.

As pequenas propriedades estão sendo reagrupadas, formando outras maiores. A maioria delas já foi negociada. Os compradores são, principalmente, dois fazendeiros que vinham adquirindo terras, mesmo antes da titulação. Estes já adquiriram dezenas de glebas, na localidade de Pontinópolis.

Embora mais raros, houve casos de antigos posseiros que compraram terras de outros pequenos proprietários. Em geral, adquiriram poucas glebas, duas ou três. Estes, geralmente, eram indivíduos que não viviam só do trabalho da terra. Possuíam outro negócio qualquer.

O que está ocorrendo na região é um processo de reconcentração das terras. Estão se formando propriedades bem maiores, todas destinadas à criação de gado.

Está havendo alterações não só quanto à posse, mas

também quanto ao uso do solo.

Se é fácil perceber o esvaziamento da região e constatar as transformações ocorridas na estrutura agrária, o mesmo não ocorre com relação às causas que levaram os lavradores a vender as propriedades e se mudarem.

Uma das razões alegadas é que "as terras de Pontinópolis são fracas, ruins". Esse é um argumento apresentado por vários lavradores que ainda residem na localidade, referindo-se aos que saíram. Analisando melhor essa alegação, percebe-se que só superficialmente ela responde à questão. As terras não são de primeira qualidade. Entretanto, durante cerca de vinte anos, elas estiveram sustentando essas famílias camponesas. O que ocorreu foi um progressivo empobrecimento do solo, devido à incapacidade de sua recuperação, a não ser pelos meios naturais. Como já foi dito neste trabalho, a terra uma vez desmatada, se presta ao plantio por alguns anos. Depois de algum tempo de uso, a terra está enfraquecida. Mesmo sendo deixada periodicamente em repouso, ela não volta a recuperar totalmente a fertilidade perdida. Explica melhor, então, esta questão, o fato deste lavrador não dispor de recursos suficientes para adubar corretamente a terra, porque ele é descapitalizado. E esse problema não é solucionado pela simples passagem de posseiro a pequeno proprietário.

Outro fato que responde a essa indagação é a ocupação das terras dos lavradores por pastos. O gado é considerado a "poupança" desses camponeses. Para qualquer eventualida-

de, ele pode vender um boi, uma vaca ou um bezerro. A aspiração, portanto, é aumentar o número de animais. Entretanto, a área com capim faz diminuir a destinada à lavoura. Levando-se em conta as distâncias dos centros consumidores e a dificuldade de realizar o valor da produção, percebe-se que estes camponeses dificilmente podem se dedicar exclusivamente a um produto comercializado. Para a sobrevivência, ele necessita, além de vender parte da produção, produzir para o auto-consumo. Esgotadas as terras de lavoura, o lavrador enfrenta sérias dificuldades para continuar se reproduzindo como camponês, mesmo que, no momento em que transforma sua terra em pasto, ele não tenha a consciência clara do problema.

Assim, a venda das terras já tituladas apresentou-se a muitos lavradores como a única alternativa para resolver seus problemas ligados à escassez de terras para o plantio.

Analizando de maneira mais global a localidade de lavradores, percebe-se outra causa do esvaziamento da região. A existência de relações de parentesco, de compadrio e vizinhança faz parte das estratégias para a reprodução desse campesinato. As atividades coletivas são importantes para a sobrevivência destas famílias camponesas, como os mutirões, as trocas de dia de trabalho, mobilizações para melhorias do povoado e mesmo para as festas populares. Ocorre que, uma vez iniciado este processo emigratório na região, foram sendo desestabilizadas essas relações. De que permaneceram foram encontrando, cada vez mais, maiores dificuldades para solucionar os problemas que o dia a dia lhes apresentava. Enfraqueceram os laços de ajuda mútua, de solidariedade, que eram

componentes importantes do cotidiano destes lavradores.

A titulação das terras, por outro lado, fez desestruturar as formas de mobilização e resistência desses camponeses, as quais estavam centradas na "Lei do Possheiro", que conferia uma identidade àquele núcleo e lhe garantia um certo equilíbrio social. A vigência dessa "Lei", observada em vários itens, conferia legitimidade à ação dos líderes da comunidade. Uma vez deixando a condição de posseiros, esse instrumento legal perde imediatamente a razão de ser. O núcleo, pouco a pouco perdeu o caráter de uma comunidade regida por um regulamento comum. Ocorreu uma descaracterização da vida social que se traduziu na desmobilização e na vulnerabilidade da população. Este processo facilitou o cerco do capital à região, ajudando a penetração dos fazendeiros.

Há que se considerar como um fato importante nesse processo de desestruturação da comunidade, o recuo das antigas lideranças, entre elas a Igreja. As condições concretas de atuação da Igreja na localidade já estão modificadas. A equipe de agentes de pastoral se desloca de Pontinópolis e a Prelazia perde o acompanhamento cotidiano da vida desses lavradores. A Igreja, que já havia perdido a hegemonia na condução da luta pela terra não tem uma nova proposta de organização para esses lavradores, agora na condição de pequenos proprietários.

A Igreja, coerente com as propostas de Medellín - a "comunidade cristã deve sempre atualizar a memória perigosa e libertária do seu fundador que inegavelmente privilegiou os

pobres e marginalizados" (1) encontra dificuldades para continuar desenvolvendo uma ação evangelizadora em Pontinópolis. O acesso à terra por novas famílias de posseiros está impossibilitado. O fato de poder terem acesso às terras do Patrimônio somente aqueles, que puderam comprar terras, exclui justamente os que não têm condições para comprá-las. A construção de uma terra prometida baseada na união, solidariedade e na ajuda mútua não poderia excluir justamente os mais necessitados.

A titulação jurídica das terras colocou, lado a lado, antigos posseiros, grileiros, fazendeiros, todos, agora, novos proprietários. A delimitação rígida, estabelecida pela Igreja para identificar os seus adeptos, exclui a possibilidade de desenvolver trabalhos com elementos tão diferenciados, do ponto de vista da Igreja.

Por outro lado, mesmo entre os antigos posseiros, adeptos da Igreja, a titulação aponta no sentido de um processo de diferenciação social, com tendência a se aprofundar, dificultando a realização das propostas da Igreja de construção de uma comunidade sem grandes diferenças entre os seus membros.

A Igreja, que havia conduzido a luta, enquanto o núcleo era formado basicamente por posseiros, não tem uma proposta concreta de atuação para um núcleo de pequenos proprietários. A comunidade vai perdendo a sua identidade à medida que ocorre um recuo da Igreja enquanto liderança efe-

1 - BOFF, Leonardo, "O Caminhar da Igreja com os Oprimidos", Ed. CODECRI, Rio de Janeiro, 1980, p. 60.

tiva.

O lavrador, dentro dessa nova fase, não está identificado pela Igreja e, portanto, ele não consegue se ver através dessa instituição, da forma como havia ocorrido até então. Esse fato constitui um elemento de desestabilização do grupo.

A falta de identificação implica na ausência de perspectivas para si, enquanto lavrador e para o núcleo de moradores.

Uma vez enfraquecidas as terras e intensificadas a sua ocupação por fazendeiros, o lavrador encontra dificuldades maiores para continuar na região, na forma de pequeno produtor. O depoimento que segue, ilustra isso:

"Eu vendi a terra porque ela estava cercada por fazendeiros e o gado invadia sempre. A mata tinha acabado. Só havia capoeira. O gado invadia a terra e comia todo o arroz que eu plantava. A cerca tinha 4 fios de arame farpado e mesmo assim o boi arrebatava. Minha terra estava cercada de todos os lados por 2 fazendeiros, o B... e o G... Acabei vendendo tudo para o G... Depois que vendi não consegui comprar outra terra. As que existem por aqui são tituladas. São caras." (2)

2 - Depoimento de Antonio Ferreira da Silva (Janeiro/88), ex-possuidor e ex-pequeno proprietário na localidade de Pontinópolis. Atualmente para viver, arrendou terras em uma das fazendas próximas e com um contrato de 4 anos, no fim dos quais a terra deverá ser entregue gramada. Além disso ele conseguiu um emprego na Prefeitura de São Félix, recebendo um salário mínimo mensal.

Após a titulação das terras os lavradores passaram a ter direito a empréstimos junto ao Banco do Brasil, servindo as terras, devidamente tituladas, como garantia. Os que se aventuraram a contrair esse tipo de dívida encontraram dificuldades para pagar. Alguns foram forçados a vender a terra a fim de saldar os compromissos. Essa foi, portanto, mais uma causa de esvaziamento populacional de Pontinópolis.

3. - Situação das terras e do Patrimônio de Pontinópolis Pós-Titulação - O Destino dos Moradores.

No lugar das antigas posses estão se formando médias e grandes propriedades, as quais estão se transformando em fazendas de gado.

Os novos médios e grandes proprietários da região encontraram uma fórmula eficiente e barata para formar seus pastos e aí desenvolver a pecuária. Utilizam a mão de obra de ex-pequenos proprietários que venderam suas terras e continuaram morando no povoado. Fazem um contrato de trabalho com o lavrador, segundo o qual o fazendeiro cede a terra por um prazo estipulado, geralmente por um ano, podendo, entretanto, ser prorrogado. O agricultor tem o direito de plantar roça, colher e, em seguida deve plantar o capim. Ele se obriga a entregar aquele pedaço de terra em pastagem para os animais. Assim, a cada ano o lavrador planta em uma área diferente. Dessa forma as terras que podem ser utilizadas para lavoura vão se escasseando porque, uma vez transformadas em pastos, elas não servem mais para outras culturas.

O grande proprietário tem condições para recuperar

a terra, inclusive arrancar o capim e desenvolver a lavoura, utilizando-se de máquinas adequadas, tratores, etc., desde que tenha interesse e disponha de capital para esse fim. Entretanto, segundo depoimento de um dos novos fazendeiros de Pontinópolis, do ponto de vista da valorização do capital, não compensa desenvolver lavoura nessa região. Segundo ele, para isso, a terra precisa de correção. É necessário adicionar calcário para se obter uma boa produtividade. A mina de calcário mais próxima fica a cerca de 400 Km. de lá. (3) Além disso, há necessidade de irrigação artificial em algumas épocas do ano. Ocorre que não há energia elétrica suficiente na região. E, mesmo que houvesse, de acordo com ele, os preços não seriam compensadores. Então, não há, do ponto de vista do capital, outras perspectivas para estas propriedades, além da criação de gado.

A quantidade de mão de obra que essas fazendas de gado demandam é mínima, quase irrisória. Levantamentos realizados na área revelaram que uma propriedade de 2.500 hectares

3 - Com relação ao calcário, existem minas em funcionamento no Estado de Goiás, no Projeto Rio Formoso, distante 100 Km. do município de São Félix do Araguaia. Entretanto, não há estradas ligando a essa área produtora. É que a ilha do bananal fica no meio e, sendo reserva indígena e parque florestal, ela não pode ser cortada. Os fazendeiros de São Félix, com o objetivo de conseguir o calcário mais próximo e também escoar sua produção bovina estão lutando junto às autoridades competentes a fim de construir uma estrada cortando a Ilha ao meio, o que representaria a destruição daquela reserva. Esta estrada seria a BR-242, que foi iniciada e não concluída devido à ação de grupos preservacionistas e dos próprios indígenas que se mobilizaram em defesa da Ilha. Um dos fazendeiros entrevistados considera que a não conclusão dessa rodovia "está prejudicando o Progresso de todo o Leste do Estado".

possui, no seu interior, apenas duas famílias trabalhando. Para cuidar de 600 cabeças de gado, necessitam de um ou dois vaqueiros.

Também os trabalhos de formação da fazenda como confecção de cercas, instalação de currais, desmatamentos, plantação de capim, quando não são executados através dos contratos já citados, são realizados por trabalhadores temporários, os quais são arregimentados por empreitas. Terminado o serviço, o grupo que o executou é todo dispensado.

Praticamente o fazendeiro não tem despesas para a formação das pastagens. Com a concessão de terras por um ano, ao lavrador, este produz os seus meios de subsistência, sem ônus nenhum para o proprietário. Entretanto, é o lavrador expropriado que se submete a esse tipo de contrato. A cada ano, com o seu trabalho, ele vai limitando as áreas que podem ser trabalhadas, à medida que elas são transformadas em pastagens. Tendo como a principal atividade a pecuária, a fazenda não fixa mão de obra em grande quantidade. Quanto mais aumenta o rebanho e incorpora mais terras para pastagens, maior o despovoamento na região.

Com relação ao destino dessas famílias e à vida do Patrimônio, ocorreram mudanças significativas, uma vez desencadeada a venda dessas pequenas propriedades.

A consequência mais visível foi o despovoamento da região. A maioria das famílias dos antigos posseiros mudou-se para outros lugares. O número de pequenas propriedades reduziu-se para menos da metade. As novas propriedades que se formaram, por destinar-se à criação de gado, demandam pou-

quíssima mão de obra. Com isso, reduziu-se a população da localidade toda.

O povoado diminuiu de tamanho. Muitas casas foram abandonadas, virando "taperas". Outras caíram, existindo apenas mato em seu lugar. A escola municipal, que atualmente funciona bem, conta, entretanto, com um número reduzido de alunos. Os armazéns maiores se fecharam. O movimento, de fins-de-semana, caiu. Os moradores falam com desânimo sobre o futuro. Os mais jovens planejam sair, tentar a vida em outro local. Os mais velhos apenas é que não pensam em deixar a localidade e esperam poder viver ali até morrer. Estes apreciam sobretudo o sossego, a tranquilidade do lugar. Dizem que não trocam aquela localidade por nenhuma outra.

Uma pequena parcela da população permaneceu no povoado de Patrimônio. Estes, para viver, utilizam, anualmente, trechos de terra para plantar. Estas são conseguidas principalmente com os donos das grandes fazendas que estão se formando na região. Entretanto, não é necessário uma análise profunda para se perceber que esta é uma solução provisória e insuficiente para que a família sobreviva. Os contratos realizados permitem apenas a cultura do arroz e do milho, colhidos anualmente. O fazendeiro não permite o plantio da mandioca, porque esta pode ficar no pé por 3 anos ou até mais. Para ele interessa que o capim seja plantado no menor espaço de tempo possível, a fim de que possa aumentar o seu rebanho. Também o lavrador não pode colocar animais de sua propriedade nas terras da fazenda porque, desta forma, ocuparia pastos

reservados ao gado do fazendeiro. Como a possibilidade de trabalho do agricultor, mesmo com a família, é limitada, a colheita do arroz e do milho não garante a sobrevivência durante o ano. Com exceção do arroz, que é guardado em parte para o consumo, a família do trabalhador tem que adquirir tudo o mais no comércio local. Levando em conta a pequena produção, os baixos preços dos produtos agrícolas vendidos por estes lavradores e a exorbitância dos preços das mercadorias adquiridas nos armazéns, facilmente se conclui que o lavrador não consegue sobreviver por muito tempo nessas condições. Atualmente em Fontinópolis, muitas dessas famílias possui pelo menos um membro que trabalha em outra atividade, recebendo mensalmente um salário fixo.

Entretanto, o número de empregos remunerados nessas condições é muito pequeno. Apenas a Prefeitura de São Félix do Araguaia contrata alguns poucos empregados.

Entre os que venderam suas propriedades, uma parte significativa seguiu para o recém criado município de Porto Alegre do Norte, na expectativa de ali "tirar" uma nova posse ou abrir um pequeno comércio.

Outros dirigiram-se para áreas de garimpo, principalmente no Sul do Pará.

Mas é difícil precisar o destino dessas populações. Os que ficaram dão notícias de alguns, de outros, não. Muitas famílias também saíram sem saber exatamente onde iriam fixar. E a maioria nunca mais mandou notícia aos que ficaram.

Uma preocupação que ressalta é a seguinte: - Por que os pequenos proprietários que tão duramente e durante

tantos anos lutaram para conseguir a terra, dentro de tão pouco tempo se desfizeram dela?

Esta questão recoloca o problema da viabilidade ou não da pequena produção. Será a pequena propriedade tão inviável que sua tendência seja fatalmente o desaparecimento?

Considera-se que essa não é a resposta mais correta. Analisando a situação do Brasil, como um todo, percebe-se que há regiões onde a pequena propriedade conta com um espaço maior para a sua reprodução. Existem, inclusive, estados onde a pequena propriedade é a base da produção agrícola, mesmo a destinada à exportação. É o caso, por exemplo, de Santa Catarina.

Na região que se analisou, entretanto, a situação é diferente. Durante toda a análise efetuada sobre a produção, o consumo e a comercialização nas posses, percebem-se a dificuldade de sobrevivência, a instabilidade na terra e a miséria que ronda esse posseiro. Como pequeno proprietário, a situação não difere muito. Ele não se capitaliza, de noite para o dia, apenas porque se transformou de posseiro em pequeno proprietário. Ele continua pobre, enfrentando quase que as mesmas dificuldades da situação anterior. Como pequeno proprietário ele possui mais encargos ainda do que como posseiro. Por exemplo, os impostos que ele deve pagar anualmente ou os juros, caso faça algum empréstimo bancário. A sua capacidade de produção, porém, continua limitada porque, como camponês, dispõe da mesma maneira da mão de obra familiar para trabalhar. Ele não explora a força de trabalho de terceiros,

a não ser esporadicamente.

O pequeno proprietário de Pontinópolis que conseguiu segurar até hoje a sua terra, sonha em aumentar a sua produção de gado, já que esta é a mercadoria que encontra um melhor preço e é vendida em melhores condições, tendo mercado certo. Analisando as condições em que esse gado é criado observa-se que se alimenta apenas com capim. Esse lavrador não tem, absolutamente, condições de criar o gado com ração ou outros complementos alimentares. Para o gado viver, há necessidade de pastos formados. Entretanto, as pequenas propriedades têm geralmente, as áreas de pastos limitadas. Para aumentá-las é preciso, todo ano, plantar capim nos locais onde existem lavouras e a terra já está cansada para tal plantio. Desta forma, a cada 3 ou 4 anos, é necessário desmatar parte da propriedade para abrir novas roças. Esgotadas as áreas de mata, toda a propriedade está transformada em pastos.

Entretanto, aumentadas as suas áreas de pastos, portanto o número de animais, as terras destinadas à lavoura vão se escasseando. Quando o camponês consegue transformar-se em criador de gado, ele não possui mais terras para plantar, o que compromete a sua sobrevivência. A pecuária demanda pouca mão de obra. A sua propriedade não terá mais trabalho para toda a família.

Os filhos, em idade de trabalhar, terão que sair da casa para se assalariar em outros locais ou procurar outra terra onde possam também se transformar em outros camponeses. O que se observa, então, é que a existência da pequena pro-

priedade que se mantém como uma forma de resistência ao processo de proletarização passa a ser, ela mesma, um fator que impulsiona a isso.

Durante a realização desse trabalho, afirmou-se que o processo de reprodução deste campesinato, em condições tão adversas está ligado à existência de uma autoridade, dentro da família e que está centrada, geralmente, na figura do pai. Na ausência deste, a mãe ou um dos filhos ocupa essa posição.

Essa figura central, dentro da estrutura familiar, tem o papel de organizar a produção, distribuindo tarefas aos diferentes membros e ao longo do ano.

A essa autoridade está ligado o poder.

Uma vez que a pequena propriedade deixa de fornecer trabalho a todos ou à maioria dos membros da família, o equilíbrio no qual ela está assentada se rompe e ela deixa de ser o laboratório da mão de obra familiar. A figura que coordena o trabalho tem o poder enfraquecido e mais facilmente a pequena propriedade se desfaz, deixando de ser a unidade que congregava a família para o trabalho.

Outro elemento desagregador desta comunidade, conforme já se viu, foi a ausência de uma instituição que exercesse uma ação legitimadora nessa nova fase e que assumisse o papel que a Igreja havia desempenhado na década anterior.

Como tendência, o que se pode observar na região é a desestruturação das antigas relações ou modificações significativas no uso da terra.

O antigo campesinato está sendo destruído e rela-

ções de assalariamento temporário estão se fortalecendo, como alternativas de relações de trabalho. Isso aponta no sentido de uma população flutuante, sem maiores vínculos com a região.

Outra tendência é uma diferenciação social no meio dos pequenos proprietários, ex-posseiros. Alguns conseguiram segurar sua terra e comprar algumas glebas vizinhas. Outros tiveram que vender parte de sua terra, para continuar na condição de pequenos proprietários. Futuramente, estes que estão conseguindo adquirir mais terras poderão transformar-se em médios fazendeiros e se capitalizar. Os proprietários menores terão que recorrer, cada vez mais, ao assalariamento temporário a fim de garantir a sobrevivência da família.

CONCLUSAO

CONCLUSÃO

A análise da trajetória desses lavradores e de suas formas de organização permitiu-nos tirar algumas conclusões acerca da especificidade deste campesinato e da construção de uma "terra prometida".

A luta dos lavradores de Pontinópolis, pela permanência na terra, desenvolvida ao longo de duas décadas, teve como principal objetivo a reprodução de sua condição camponesa.

Este trabalho procurou mostrar a lógica que explica essa "reprodução camponesa". É essa lógica, desvendada por Alexander Chayanov, que atribuiu um sentido ao esforço destes lavradores de permanecerem na terra. Buscam o acesso à terra e aos instrumentos de trabalho como forma de preservar a autonomia, garantindo a continuidade de uma forma específica de vida. Esta inclui a reprodução de valores, uma determinada divisão de trabalho e uma forma de autoridade, geralmente centrada na figura do pai. A viabilidade da unidade camponesa se consegue mediante um balanço efetuado entre o esforço exigido para a realização do trabalho e a satisfação das necessidades da família.

As migrações constantes, empreendidas por essas famílias de lavradores, impediam sistematicamente uma fixação mais duradora na terra, a qual permitisse a continuidade da vida social. As expulsões frequentes impediam a sedimentação de valores e a institucionalização de procedimentos que pudessem facilitar a vida destes trabalhadores.

A instalação em Pontinópolis representou um momento privilegiado nessa trajetória pois a permanência mais prolongada possibilitou a criação de formas de organização social que permitiram uma vida social mais intensa.

Mas o fator decisivo para a fixação destes lavradores em Pontinópolis foi a presença da Igreja Católica, que se colocou, desde a sua instalação, ao seu lado.

As organizações criadas pelos camponeses, as lideranças que emergiram entre eles estavam relacionadas à necessidade de preservação deste campesinato e da busca da reprodução a partir de uma lógica própria.

As lideranças, que se firmaram durante os anos 60 e 70, provêm da situação de instabilidade na terra e lutaram enquanto tiveram condições concretas de conduzir o processo. O acesso à terra aparece aqui como componente fundamental da organização interna de produção camponesa.

Este trabalho procurou mostrar o pequeno espaço de reprodução do campesinato, especificamente as dificuldades enfrentadas pelo posseiro que tem como agravante a situação de instabilidade na terra.

Percebem-se as dificuldades enfrentadas por estes lavradores na rusticidade do seu instrumental de trabalho, no abandono por parte das autoridades, na vinculação vertical com a sociedade mais ampla, que os matém em uma situação de subordinação. De tudo isso resulta um padrão de vida muito precário.

As lutas travadas ao longo de duas décadas, inclu-

sive durante o período de atuação efetiva da Prelazia de São Félix na região, tiveram como resultado a continuidade do núcleo, a permanência dos lavradores na região, mas não resultaram em mudanças significativas no padrão de vida destas populações. O lavrador manteve-se pobre. O equilíbrio conseguido assegurava, minimamente, a sobrevivência. Aumentar a quantidade de trabalho empreendido pela família não significava alterar qualitativamente a situação. Mediante o baixo preço dos produtos oriundos das unidades camponesas e da exorbitância do preço das mercadorias produzidas fora e ali comercializadas, o aumento da ~~população~~ ^{produção} não significava, necessariamente, o aumento do poder de compra. O equilíbrio entre trabalho e consumo se atingia tão logo as necessidades de auto-consumo se encontrassem satisfeitas. Acima de um determinado limite, aumentar demasiadamente o esforço para a realização do trabalho não resultaria, necessariamente no aumento do grau de satisfação das necessidades da família.

A presença da Igreja também não representou melhorias significativas no padrão de vida destes lavradores. A opção da Igreja pelo "oprimido" reforçava a adoção de um padrão de vida muito modesto, por parte da população. Mas foi a Igreja Católica quem ajudou este lavrador a encontrar a própria identidade. Foi a Igreja quem legitimou a sua relação com a terra, exaltando a sua condição de "pobre". A partir daí é que a viabilização da "terra de trabalho" emerge com a ação legitimadora de todo o processo de luta desencadeado pela permanência na terra.

O lavrador aceita a presença da Igreja e sua inter-

mediação na luta pela terra porque percebe que, como instituição, ela tem voz e possibilidades concretas de empreender ações visando a permanência na terra.

A partir da ação da Igreja é que as formas de organização vão se estruturando. Ela confere determinadas feições ao núcleo de trabalhadores, de modo a se constituir em uma comunidade de posseiros tendo a união, a solidariedade e a ajuda mútua como os componentes mais importantes dessa vida em comum.

As lideranças religiosas foram aceitas e introduziram um componente novo na vida daquela população. Ao lado da luta pela reprodução da condição camponesa, a Igreja trazia embutida em sua prática cotidiana, o desenvolvimento de valores comunitários, procurando praticar uma vida compartilhada.

A realização da "terra prometida" ocorre, então, com a intermediação da Igreja. Desde a instalação da Prelazia de São Félix do Araguaia é a Igreja, como instituição, que direciona a luta pela terra em Pontinópolis. E há que se considerar que essa luta emerge como a principal estratégia desenvolvida no cotidiano dessa população, com vistas à sobrevivência.

Os agentes de pastoral, que estiveram presentes em Pontinópolis, durante toda a década de 70, se constituíram num estímulo à permanência e procuraram intervir nos momentos de crises, organizando a comunidade e criando disposição e condições concretas para a defesa da terra.

A construção desta "terra prometida" assentou-se,

pois, em uma predisposição da Igreja em assimilar o cotidiano destes lavradores e, em um movimento comum, na internalização do discurso da Igreja pelos trabalhadores. A tradução dos valores e normas da Igreja, reafirmados através do dia a dia destes trabalhadores ofereceu o direcionamento para as formas de organização social deste núcleo.

Enquanto o núcleo era formado basicamente por posseiros, a Igreja esteve a seu lado, organizando-os e se colocando como liderança efetiva. Na passagem do posseiro a pequeno proprietário, a Igreja recua enquanto instituição ao lado do lavrador.

A Igreja não percebe que o pequeno proprietário não difere fundamentalmente do posseiro. Esta passagem não anula as especificidades deste campesinato que, no seu conjunto, não sofre mudanças significativas. Os novos pequenos proprietários buscam a mesma autonomia, procurando se reproduzir através do trabalho de base familiar. Ele não se descaracteriza, mesmo quando o equilíbrio entre penosidade do trabalho e satisfação das necessidades possa ser atingido em um patamar de vida mais elevado. A realização de um "projeto camponês" que se traduz em "trabalhar para si, com os seus, no que lhe pertence", continua sendo a aspiração do pequeno proprietário.(1) A não visualização destes pressupostos fez a Igreja retroceder.

De tal forma a realização desta comunidade estava

1 - WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel, Trajetória Social e Projeto de Autonomia: Os Produtores Familiares de Algodão na Região de Campinas, São Paulo. Campinas, UNICAMP, 1988. (Cadernos IFCH UNICAMP, 19) p. 11.

assentada em uma liderança da Igreja e de sua participação nas relações de poder, que o seu recuo, enquanto presença efetiva significou a desestruturação desta comunidade, nos moldes em que ela estava organizada.

O momento da titulação das terras coincide com o fim do sonho da edificação da terra prometida. As mudanças desencadeadas apontam no sentido de uma diferenciação social entre os antigos posseiros. A Igreja não cria uma "Lei do Pequeno Proprietário", assim como havia a "Lei do Posseiro". Além do mais, a regularização fundiária beneficiou, igualmente, antigos posseiros, grileiros e fazendeiros. A Igreja não se propôs a trabalhar com esses segmentos que ela considera tão diferenciados.

A medida em que ocorre o recuo da Igreja, enquanto presença atuante, outras instituições vão assumindo a luta no sentido de aumentar os espaços de participação popular. Há que se levar em conta que a situação política em toda a região já havia mudado. A própria ação da Igreja, durante mais de uma década, havia alterado profundamente as condições locais. Do lado oposto aos antigos políticos, coniventes com fazendeiros, empresas etc. se firmaram outras lideranças com novas propostas políticas.

Por um lado se desfez o sonho de edificação da terra prometida, tal como havia sido concebido pela Igreja, mas, por outro lado, foi ampliado o espaço de participação popular nas decisões políticas. Não só em Pontinópolis, mas em toda a região de São Félix do Araguaia, associações de bairros, sindicato de trabalhadores rurais, grupos de mulhe-

res, etc., congregam novas lideranças que foram surgindo e que levam adiante um processo desencadeado de uma organização popular maior.

Seis anos após a titulação das terras, a atuação da Igreja Católica em Pontinópolis se resumia a visitas periódicas de um jovem padre que, de tempos em tempos, percorria todos os povoados pertencentes à Prelazia de São Félix do Araguaia. A Igreja, como instituição recua, porém, a proposta política da Prelazia, de aumentar os espaços de participação popular é levada adiante através de outros agentes.

“Esses movimentos e associações deveriam fazer como João Batista, que disse frente a Jesus que aparecia: “Eu devo diminuir para que ele cresça.” Todo movimento, toda associação, todo instituto, toda congregação deveria saber diminuir e às vezes retirar-se para que o Povo de Deus pudesse crescer e se expandir. E, cada época, cada lugar teria seus movimentos e associações provisórios, instrumentos numa situação concreta.”

(D. Pedro Casaldáliga)

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de, *Estrutura Fundiária e Expansão Camponesa*, Rio de Janeiro, set. 1984, (mimeo.).
- BETTO, Frei, *O que é Comunidade Eclesial de Base*, 4a. ed., São Paulo, Brasiliense, 1981 (Col. Primeiros Passos, 19).
- BOFF, Leonardo, *O Caminhar da Igreja com os Oprimidos: do Vale de Lágrimas à Terra Prometida*, Rio de Janeiro, CODECRI, 1980 (Col. Edições do Pasquim, v.82).
- CANDIDO, Antonio, *Os Parceiros do Rio Bonito* (Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida), São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1979.
- CARVALHO, Abdias Vilar de, "A Igreja e os Problemas da Terra" in *Reforma Agrária - Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária ABRA - ano X, nr. 02.*
- CARVALHO, Abdias Vilar de, *A Igreja Católica e a Questão Agrária: análise de suas declarações no período de 1950 a 1964.*
- CEAS - Centro de Estudos e Ação Social, "Histórico de Igrejas, in: *Cadernos do CEAS*, Salvador, CEAS, set./out. 1978, nr. 57, p.34-48.
- CHAYANOV, Alexander V. *La Organización de la Unidad Económica Campesina*, Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión, 1974 (Colección Teoría e Investigación en Ciencias Sociales).
- CHAYANOV, Alexander V. "Sobre a Teoria dos Sistemas Economicos Não Capitalistas" in GRAZIANO DA SILVA, José e STOLCKE, Verena (org.), *A Questão Agrária*, São Paulo, Brasiliense, 1981.
- CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, *Pastoral da Terra*, São Paulo, Edições Paulinas, 1976 (Estudos da CNBB, 11).

- CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Pastoral da Terra - 2: posse e conflitos, São Paulo, Edições Paulinas, 1976 (Estudos da CNBB, 13).
- CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Igreja e Problemas da Terra: Documento aprovado pela 18a. Assembléia da CNBB, São Paulo, Edições Paulinas, 1980.
- CONGRESSO Internacional Ecumênico de Teologia, 4, São Paulo, 20 de fev. a 2 de março de 1980, A Teologia dos Oprimidos, São Paulo, Associação Ecumênica de Teólogos do Terceiro Mundo, 1980.
- CPT - Comissão Pastoral da Terra, CPT: Pastoral e Compromisso, Petrópolis, Vozes, Goiânia, CPT, 1983.
- DUARTE, Élio Garcia, Conflitos pela Terra no Acre: a resistência dos seringueiros de Xapuri, Rio Branco, Casa da Amazônia, 1987.
- ESTERCI, Neide, Conflito no Araguaia: Peões e posseiros contra a grande empresa, Petrópolis, Vozes, 1987.
- ESTERCI, Neide (org.), Cooperativismo e Coletivização no Campo: Questões sobre a Prática da "Igreja Popular" no Brasil, Ed. Marco Zero, Rio de Janeiro, 1984.
- FERREIRA, Eudson de Castro, A Luta Pela Terra em Mato Grosso; Campinas, março de 1984, (Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia - Universidade Estadual de Campinas, mimeo.).
- GARCIA JUNIOR, Afrânio Raul, Terra de Trabalho, Rio de Janeiro, Museu Nacional/UFRJ, 1975, (Dissertação de Mestrado, mimeo.).
- HALAMSKA, Maria, La Structure Agraire en Pologne au XXe Siècle - continuité ou changement ?, Académie Polonaise des Sciences, Institut de Développement de la Campagne et de l'Agriculture, s/d, (mimeo.).
- HEBETTE, Jean e MARIN, Rosa E.A. "Colonização Espontânea, Política Agrária e Grupos Sociais" in COSTA, José Marcelino Monteiro da, Amazônia: Desenvolvimento e Ocupação, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1979.

IANNI, Octavio, *Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia*, Petrópolis, Vozes, 1979 (Col. Sociologia Brasileira; v.11).

JATENE, Heliana da Silva, *Reabertura da Fronteira sob Controle: A Colonização Particular Dirigida de Alta Floresta*, Campinas, junho de 1983 (Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Estadual de Campinas).

KAUTSKY, Karl. *A Questão Agrária*, Rio de Janeiro, Laemmert, 1968.

KINZO, Mary Dayse. *Colonização e as Transformações na Estrutura de Classes - De Possesores a Colonos*, Brasília, UNB, 1982 (Dissertação de mestrado, mimeo.).

LOUREIRO, Maria Rita Garcia. *Parceria e Capitalismo*, Rio de Janeiro, Zahar, 1977.

MARTINE, George. *Fases e Faces da Modernização Agrícola Brasileira*, Julho de 1989 (mimeo.).

MARTINS, Edilson. *Nós, do Araguaia: Dom Pedro Casaldáliga, bispo da Teimosia e da Liberdade*, Rio de Janeiro, Graal, 1979 (Col. Eu; v.4).

MARTINS, José de Souza, *Expropriação e Violência: A Questão política no campo*, São Paulo, Ed. HUCITEC, 1980 (Col. Ciências Sociais).

MARX, Karl. *O Capital*, (Crítica da Economia Política), 2a. ed., Rio de Janeiro, 1971, livro 3, v.6.

MOURA, Antonio Carlos et al, *A Igreja dos Oprimidos*, São Paulo, Ed. Brasil Debates, 1981 (Brasil/hoje, 3).

MOURA, Margarida Maria. *Invasão, Expulsão e sucessão: Notas sobre três processos sociais envolvendo o camponês e a terra e suas consequências judiciais* (mimeo.).

- NOVAES, Regina Célia E. A Questão e o Papel da Igreja na Paraíba (mimeo.).
- PERANI, Claudio. "A Igreja do Nordeste: Breves Notas Histórico-Críticas", in: *Cadernos do CEAS*, Salvador, CEAS, nov./dez. 1984, nr.94, p.53-65.
- RICHARD, Pablo. "A Igreja Latino-Americana entre o Temor e a Esperança", in: *Cadernos do CEAS*, Salvador, CEAS, set./out. 1980, nr.69, p.37-46.
- SILVA, José Graziano da, *Para Onde vai a Agricultura*, in: *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, abril/1979 (nr. 10).
- SILVA, José Graziano da. *O que é Questão Agrária*, São Paulo, Brasiliense, 1980 (Coleção Primeiros Passos).
- SILVA, Sérgio S. *Capitalismo e Pequena Produção no Campo*, (Texto apresentado na 31ª. Reunião anual da SBPC, de 11 a 18 de junho de 1979 em Fortaleza. Mimeo.).
- SORJ, Bernardo et al, *Camponeses e Agroindústria: Transformação Social e Representação Política na Avicultura Brasileira*, Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- VELHO, Otávio Guilherme. "A Propósito de Terra e Igreja", in: *Encontros com a Civilização Brasileira*, nr. 22, Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1980, p.157-168.
- VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo Autoritário e Campesinato* (Um Estudo Comparativo a Partir da Fronteira em Movimento), 2a. ed., São Paulo, DIFEL, 1979.
- VIEIRA, Maria Antonieta da Costa. *Caçando o Destino* (um estudo sobre a luta de resistência dos posseiros no sul do Pará), São Paulo, PUC/SP, 1981, (Dissertação de Mestrado, mimeo.).
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Em Busca da Modernidade Social. Uma Homenagem a Alexander V. Chayanov*, Campinas, UNICAMP, 1989. (Texto apresentado no seminário: "Os Camponeses tem Futuro? Uma Homenagem a Alexander Chayanov". mimeo.).

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O Campones, um Trabalhador para o Capital, Campinas, 1981 (mimeo.).

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Trajetória Social e Projeto de Autonomia: Os Produtores Familiares na Região de Campinas, São Paulo, Campinas, UNICAMP, 1988 (Cadernos IFCH UNICAMP, 19).